



DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVER O AGRONEGÓCIO ARTICULADO COM A REDE DE PRODUÇÃO ESTADUAL

DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVER O AGRONEGÓCIO ARTICULADO COM A REDE DE PRODUÇÃO ESTADUAL

O agronegócio baiano, responsável por 24% do PIB do Estado, mostrou capacidade para atravessar o recente período de turbulência, dando sinais de estabilidade com a recuperação das exportações, a retomada do crédito agrícola, a geração de empregos e a atração de agroinvestimentos. As perspectivas são positivas no que diz respeito à produção e faturamento de produtos como milho, carne, café, cana-de-açúcar, feijão e arroz.

A safra baiana de grãos de 2009 foi da ordem de 6,09 milhões de toneladas, a segunda maior safra da série histórica de 33 anos. O faturamento da agropecuária da Bahia, em 2009, foi de cerca de R\$ 16,4 bilhões, com decréscimo mínimo de 0,8% em relação ao ano de 2008, que apresentou um Valor Bruto da Produção – VBP de R\$ 16,6 bilhões. As frutas alcançaram um faturamento de R\$ 3 bilhões, positivo em 13% em relação ao resultado obtido no ano de 2008, quando registraram R\$ 2,6 bilhões de faturamento. Os produtos que mais contribuíram para o crescimento do VBP, em 2009, foram a banana, manga, mamão, coco, uva e maracujá.

A reação positiva do agronegócio baiano deve-se ao dinamismo do setor, base da economia de centenas de municípios, e às ações do Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI.

Neste ano de 2009, a SEAGRI, dentre outras realizações, recuperou sua capacidade articuladora; dialogou com clareza e transparência com os movimentos sociais, criando e mantendo aberto um canal de comunicação; dedicou atenção especial à agricultura familiar, sem esquecer outros setores; iniciou um processo de organização das cadeias produtivas, com a criação de câmaras setoriais; levou o governo para perto do agricultor, verificando *in loco* os problemas e dificulda-

des de cada região e discutindo em conjunto as soluções possíveis; atuou em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, estabelecendo que agricultura e meio ambiente podem e devem andar de mãos dadas; estruturou políticas públicas, criando condições para que os agricultores familiares tenham acesso aos créditos e programas do Governo Federal; lançou, de forma pioneira, o Plano Agrícola e Pecuário do Estado da Bahia PAP-BAHIA, e contratou 420 novos técnicos para atuar nos programas de reforma agrária.

Dentre as ações e projetos desenvolvidos merecem destaque:

SEAGRI Itinerante – Iniciado em fevereiro de 2009, o Projeto SEAGRI Itinerante visa levar o Governo para perto do homem do campo e conhecer *in loco* as dificuldades de cada região e município baiano. Durante cinco dias, a SEAGRI transfere-se para o Território escolhido, para escutar as demandas dos produtores, discutindo com eles alternativas para os problemas detectados. O projeto já foi realizado no Oeste, no Vale do São Francisco, no Vale do Jiquiriçá e, o último, o “Itinerante Mais Alimentos”, aconteceu nos municípios de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Ituberá, Jaguaquara e Jequié.

Oeste Sustentável – A partir da assinatura da Portaria Conjunta 001, das secretarias da Agricultura e do Meio Ambiente, foi criado o Plano de Adequação Ambiental do Oeste da Bahia no dia 5 de fevereiro de 2009. As duas secretarias desenvolveram ações que culminaram com a elaboração do Plano Oeste Sustentável, visando equacionar o passivo ambiental da região Oeste. Graças a isso, a Bahia conta hoje com um modelo que pode ser aplicado em todas as regiões do Estado.

Assentamentos Sustentáveis – A SEAGRI, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e com a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, iniciou o processo de regularização ambiental dos assentamentos rurais da Bahia.

Plano Agrícola e Pecuário – A Bahia, que possui 662 mil famílias de agricultores familiares, o maior contingente deste setor no Brasil, tem, pela primeira vez, seu Plano Agrícola e Pecuário – PAP Bahia, ampliando a capacidade de acesso aos créditos, colocando à disposição da agricultura mais de R\$ 4 bilhões, garantindo a produção e a comercialização, e assegurando a assistência técnica. O Plano Agrícola e Pecuário do Estado da Bahia 2009/2010, batizado como “Agricultura Tamanho Família”, foi lançado no dia 1º de outubro de 2009. Um dos objetivos do plano é capacitar e dar assistência técnica aos agricultores para que eles tenham acesso aos recursos e saibam como aplicar o dinheiro de forma correta.

Câmaras Setoriais – A organização dos setores produtivos, viabilizando a integração e intercâmbio de todos os segmentos envolvidos, é uma das metas da SEAGRI. Com este objetivo, já foram criadas a Câmara Setorial do Cacau e a Câmara Setorial do Leite e estão sendo estruturadas as câmaras da Carne e da Fruticultura. Além disso, a SEAGRI organizou o 1º Congresso Nordestino de Apicultura, que aconteceu no mês de novembro de 2009 em Salvador.

PAC Cacau – O Governo da Bahia por meio da SEAGRI e em parceria com os produtores e agentes financeiros, viabilizou o PAC do Cacau, possibilitou aos produtores de cacau renegociar suas dívidas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE Verde, com carências de oito anos a 12 anos para pagar.

Fruticultura do São Francisco – Prejudicados pelos reflexos da crise na economia mundial no final de 2008 e início de 2009, os produtores de frutas do Vale do São Francisco sofreram prejuízos e se viram quase que impossibilitados de plantar a safra colhida no final de 2009. Mas encontraram apoio do Governo da Bahia, através da SEAGRI, e não só tiveram suas dívidas renegociadas como

acesso a novos créditos para investimentos, garantindo mais de 240 mil empregos no Vale. A safra 2009/2010 deve atingir as marcas de 61 mil toneladas de uva e 78,9 mil toneladas de manga.

Bahia Livre da Aftosa com Vacinação – Obtendo o índice vacinal de 96,5% na primeira etapa da vacinação contra a febre aftosa, a Bahia manteve o status de Estado livre da doença com vacinação. Agora, a SEAGRI, através da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, envia esforços no sentido de reduzir e acabar com as zonas-tampão que se constituem em regiões intermediárias entre duas áreas epidemiologicamente distintas.

Bahia Livre de Doenças dos Citros – Segundo produtor nacional de citros do país e primeiro do Nordeste, a Bahia já pode comercializar com outros Estados frutos e mudas desta cultura. Isso se tornou possível graças à declaração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que o Estado da Bahia é área livre da Pinta Preta, Cancro Cítrico, Mosca Negra dos Citros, Morte Súbita e *Greening*, doenças que acometem os citros. Esse novo status vai aquecer a economia nas regiões produtoras, gerando mais de 35 mil empregos diretos e 65 mil indiretos.

Programa Sertão Produtivo – Através do Programa Sertão Produtivo, a SEAGRI incentiva a principal cadeia produtiva do semiárido baiano, a caprino-ovinocultura, e traz a sustentabilidade para a região e para mais de oito mil famílias, com geração de emprego e renda. Para garantir a melhoria genética e o aumento do rebanho no Estado, foram distribuídos 38.265 caprinos e ovinos (fêmeas mestiças e machos Puro de Origem – PO das raças Anglo Nubiano, Bôer, Dorper e Santa Inês) a 7.680 famílias de agricultores em 125 municípios.

Outras Ações – Estão descritas neste relatório outras ações, a exemplo da planta piloto desenvolvida pela SEAGRI para construção de pequenos frigoríficos; emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP *Off-line* e a Guia de Trânsito Animal – GTA Eletrônica; a distribuição de milhares de mudas de seringueiras, cacau, dendê e fruteiras; a emissão de 8.161 títulos de terra, para uma área de 151,2 mil hectares e a entrega

de 7.023 títulos para agricultores em diversos territórios do Estado; a capacitação de mais de 800 técnicos da EBDA para dar assistência técnica aos agricultores e capacitá-los a desenvolver projetos para o Plano de Aquisição de Alimentos e para o Garantia Safra; das ações para controle e erradicação da Brucelose e Tuberculose, além da elaboração do Plano de Contingência para o enfrentamento do vírus A/H1N1.

Todas essas ações traduzem um novo momento da agricultura baiana e mostram o comprometimento do Governo do Estado em oportunizar, incentivar, investir e valorizar os agentes do campo, tanto o pequeno produtor quanto o agronegócio tendo em vista o desenvolvimento da Bahia com sustentabilidade e justiça social.

Agronegócio: A Raiz da Economia Baiana

Depois do 1º semestre de 2009, marcado por muitas incertezas na economia mundial, os indicadores começam a apontar um resultado mais positivo para a economia como um todo, em especial o setor agrícola.

A atividade econômica na Bahia vem demonstrando sinais de estabilidade e, em alguns segmentos, até de crescimento. Segundo estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o PIB baiano (soma das riquezas do Estado), deve apresentar em 2009, uma expansão de 1,5%, taxa extremamente positiva, considerando a crise que passamos. Isso significa um PIB nominal estimado da ordem de R\$ 126 bilhões em 2009.

Os indicadores que medem as atividades dos setores da economia mostram uma expectativa de crescimento acumulado de 3,7% para o setor de serviços, expansão de 7% na construção civil e 6% nas vendas do comércio varejista. Somente a indústria apresentou uma retração de -1,2% no acumulado do ano. Outro indicador importante é o número de admissões: foram admitidas 588 mil pessoas com carteira assinada na Bahia em 2009. Todos esses resultados são uma demonstração de que a Bahia retoma o seu crescimento de forma consistente.

O setor agrícola também deu sua contribuição à recuperação da economia e tem mostrado capa-

cidade para atravessar o período de turbulência, decorrente da crise mundial. Os maiores resultados são a recuperação das exportações, a retomada do crédito agrícola, da geração de empregos e da atração de agroinvestimentos. Além das perspectivas positivas nas produções e no faturamento dos produtos, tais como o milho, carne, café, cana-de-açúcar, feijão e arroz.

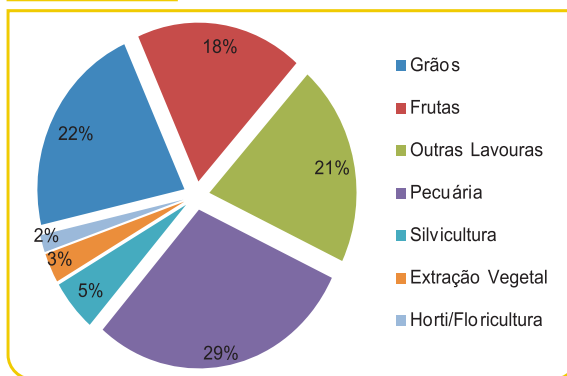
O agronegócio baiano tem reagido positivamente, e isso se deve principalmente ao dinamismo do setor, que mostra ser o sustentáculo da economia de centenas de municípios. Um indicador do bom desempenho da atividade agrícola é o Valor Bruto da Produção – VBP: o faturamento da agropecuária da Bahia, em 2009, foi de cerca de R\$ 16,4 bilhões, com decréscimo pequeno de 0,8% em relação ao ano de 2008, que apresentou um VBP de R\$ 16,6 bilhões.

Na produção vegetal, as lavouras decresceram 5,4% em 2009, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 10 bilhões. Resultado puxado, sobretudo, pelos grãos que, em decorrência da queda na produção, obtiveram taxa 23,5% inferior ao faturamento do ano passado.

As frutas alcançaram um faturamento de R\$ 3,02 bilhões, com rendimento de 13% em relação ao resultado obtido no ano de 2008, quando registraram R\$ 2,6 bilhões de faturamento. Os produtos que mais contribuíram para o crescimento do VBP em 2009 foram: banana, manga, mamão, coco, uva e maracujá.

GRÁFICO 1

COMPOSIÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BAHIA, 2009



Fonte: SEAGRI/SPA

Na pecuária, o melhor resultado no VBP foi verificado na bovinocultura, sobretudo na produção de carnes. O rebanho do Estado cresce a taxas constantes que, combinadas com o aumento do preço médio da arroba do boi gordo, permitiram o faturamento de R\$ 2,4 bilhões. A avicultura faturou R\$ 865 milhões, um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior. A estimativa é que a produção de carne de frango encerre o ano de 2009 com 217 mil toneladas, 14% superior à produção registrada em 2008. Destacam-se também a produção leiteira e a aquicultura e pesca, que registraram faturamento de R\$ 772 milhões e R\$ 354 milhões, respectivamente.

Grãos

A Bahia deverá acompanhar a tendência do país inteiro, com uma safra menor em relação à que foi colhida em 2008. Dados preliminares indicam que haverá uma queda na produção na ordem de -4,5%, com a expectativa de colher seis milhões de toneladas. Ainda assim, essa queda será menor do que a registrada em outros estados da

Região Nordeste, também tradicionais e/ou importantes produtores de grãos, como o Estado do Ceará, que deverá sofrer uma queda de 30%, Rio Grande do Norte, de 16,3%, Maranhão, de 14% e Alagoas, queda de 6,6%.

Esta queda, no entanto, não deverá ocorrer em todas as culturas. Considerando-se os principais grãos, confirma-se a redução na produção baiana de mamona (-39%), algodão (-16,5%), soja (-12%) e amendoim (-1,2%), enquanto se espera um crescimento para as lavouras de arroz na ordem de 38,5%, milho 10,5% e sorgo 22%.

Destaca-se a safra recorde de milho e sorgo, que atingiu pouco mais de dois milhões de toneladas e 126,9 mil toneladas, respectivamente. O arroz teve um aumento espetacular de quase 40%, trazendo grande impacto na melhoria das condições de vida da população, por ser, juntamente com o feijão, componente essencial da cesta básica.

A Bahia registra a 2ª maior safra de soja de sua história, perdendo apenas para a do ano passado.

TABELA 1

**ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS GRÃOS
BAHIA, 2008/2009**

PRODUTO	ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUÇÃO (t)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	2008	2009*	Var. %	2008	2009*	Var. %	2008	2009*	Var. %
Algodão	310.032	292.830	-5,5	1.167.947	975.404	-16,5	3.767	3.331	-11,6
Amendoim	6.858	7.124	3,9	7.356	7.271	-1,2	1.073	1.021	-4,8
Arroz	27.119	33.667	24,1	42.466	58.815	38,5	1.566	1.747	11,6
Feijão	496.968	547.594	10,2	318.522	350.916	10,2	641	641	0,0
Girassol	1.240	4.252	242,9	999	6.357	536,3	806	1.495	85,6
Mamona	119.013	105.292	-11,6	98.706	60.218	-38,9	829	572	-31,0
Milho	722.644	743.798	2,9	1.884.042	2.082.247	10,5	2.607	2.799	7,4
Soja	905.018	947.823	4,7	2.747.634	2.418.401	-11,9	3.036	2.552	-15,9
Sorgo	64.960	88.180	35,7	104.057	126.998	22,1	1.602	1.440	-10,1
TOTAL	2.653.852	2.770.560	4,4	6.371.729	6.086.627	-4,5	2.401	2.197	-8,5

Fonte: IBGE – LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola).

Elaboração: SEAGRI/SPA

(*) Dados de novembro 2009

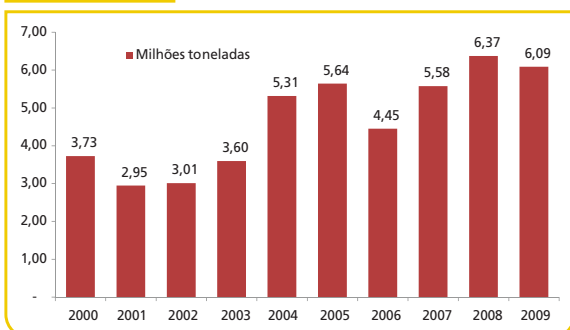
Não obstante esse decréscimo, alguns fatores – tais como a quebra de safra de soja da Argentina, a demanda externa acima das expectativas iniciais do mercado (principalmente China) e os baixos estoques americanos – criaram um cená-

rio favorável para a ampliação das exportações baianas, que já apontam um crescimento de 30,8%, acumulando uma receita da ordem de US\$ 942,9 milhões.

Outra cultura que esteve muito bem em 2009 foi o girassol, cujos números apontam para um crescimento na produção de 536,3%, passando de 999t para 6.357t. A área colhida cresceu 242,9%, passando de 1.240ha para 4.252ha e a produtividade alcançou 1.495kg/ha, contra os 806kg/ha obtidos anteriormente. Este avanço é fruto das ações de pesquisa e fomento destinados a essa oleaginosa que compõe a matriz produtiva do Programa de Bioenergia do Estado.

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS BAHIA, 2000-2009



Fonte: IBGE – PAM (Produção Agrícola Municipal)
Elaboração: SEAGRI/SPA

Quanto à área colhida de grãos na Bahia, ocorreu um aumento de 4,4%, passando de 2,65 para 2,77 milhões de hectares, impulsionado pela expansão das áreas cultivadas no Estado com o girassol, sorgo, arroz, feijão e soja, muito embora tenha sido registrada a redução das áreas plantadas com algodão e mamona em relação à safra de 2008.

Considerando que algumas regiões do Estado sofreram com a estiagem no ano de 2009, estima-se a redução na produtividade média das principais culturas em -8,5% em relação à safra anterior. No entanto, o crescimento de produtividade ocorreu para os produtos: girassol (85,6%), milho (7,4%) e arroz (11,6%).

Fruticultura

Para o segmento da fruticultura, o Governo da Bahia, em conjunto com o Governo de Pernambuco, articulou medidas de apoio aos produtores do Vale do São Francisco atingidos pelos efeitos da crise financeira internacional, conseguindo jun-

to ao Ministério da Fazenda a renegociação dos contratos com parcelas vencidas em 2008 e vencidas em 2009, pagando apenas 2% do saldo devedor em atraso. Além de criar condições para o pagamento das dívidas, a proposta abriu possibilidade para novos financiamentos, condição de suma importância para as safras seguintes.

Resultado desta política é que empresas exportadoras integrantes do Programa Nordeste Exportação – Nexport puderam contrair empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE até o limite de R\$ 40 milhões, nas mesmas condições do ano passado.

Com este apoio do Governo, a expectativa de melhoria do cenário da fruticultura está sendo confirmada pelo bom desempenho neste ano em todo o Estado, com perspectiva de aumento da produção para as culturas da banana, castanha de caju, coco-da-baía, laranja, maçã, ameixa e maracujá.

A Bahia mantém o segundo lugar no *ranking* nacional de produção e exportação de frutas frescas, com uma expectativa de produção de 5,5 milhões de toneladas e de receita com exportações da ordem de US\$ 120 milhões em 2009.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTAS BAHIA, 2001-2009



Fonte: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal
Elaboração: SEAGRI/SPA

Balança Comercial do Agronegócio

No período de janeiro a novembro de 2009, a Bahia exportou em produtos do agronegócio mais de US\$ 2,94 bilhões (5,45 milhões de toneladas) e importou aproximadamente, US\$ 385 milhões, registrando queda de 3,8% e 26%, respectivamente em

relação aos valores registrados para o mesmo período de 2008. Esse desempenho já era esperado pela ocorrência da crise: a valorização do real frente ao dólar encareceu os produtos produzidos no mercado internacional, o que diminuiu a rentabilidade das exportações.

Estes resultados contribuíram para um superávit comercial de US\$ 2,55 bilhões, um crescimento de 0,8% em relação a 2008, quando se atingiu um saldo de US\$ 2,53 bilhões para o mesmo período. A corrente de comércio externo do agronegócio (soma das exportações e importações do setor) também apresentou bom resultado de US\$ 3,32 bilhões, segundo maior registro da série

histórica, o que demonstra que o Estado vem, ao longo dos anos, ampliando o fluxo das trocas comerciais agrícolas, bem como o número de países parceiros.

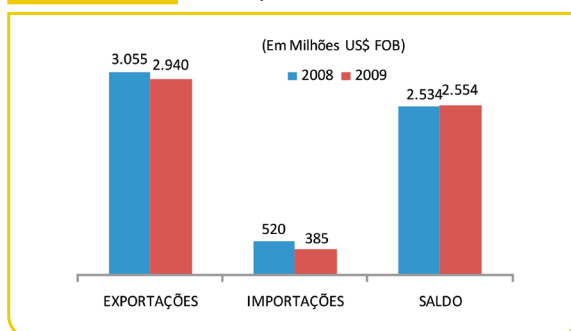
Em 2009, a Bahia galgou mais uma posição no ranking nacional dentre os maiores estados agro-exportadores do país, ocupando agora a sétima posição, ultrapassando o Estado de Goiás, ficando atrás de Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em 2009, a Bahia contribuiu com 4,93% do total das exportações do agronegócio do Brasil, que foi de US\$ 59,6 bilhões. Na pauta de exportações do Estado, o agronegócio continua se destacando e mantendo significativa participação: do total exportado pela Bahia, US\$ 6,34 bilhões (período de janeiro a novembro), 46% são provenientes do agronegócio.

Dentre os principais segmentos exportados pelo setor agrícola em 2009, continua liderando o complexo florestal, que reúne produtos como papel, celulose, madeira e borracha natural, seguido pelo complexo soja, fibras e produtos têxteis, cacau e suas preparações, couros e produtos de couro, café, chá, mate e suas especiarias e as frutas frescas e suas preparações.

GRÁFICO 4

**BALANÇA COMERCIAL
DO AGRONEGÓCIO
BAHIA, 2008/2009**



Fonte: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal
Elaboração: SEAGRI/SPA

TABELA 2

**PRINCIPAIS SEGMENTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO
BAHIA, 2008/2009**

SEGMENTOS	EXPORTAÇÕES (mil US\$ FOB)		
	2008*	2009*	Var. %
Complexo Florestal	1.400.138	1.157.274	-17,3
Complexo Soja	721.028	942.912	30,8
Fibras e Produtos Têxteis	228.989	244.210	6,6
Cacau e seus Produtos	245.528	216.651	-11,8
Couros e Produtos de Couro	128.860	106.826	-17,1
Café, Chá, Mate e Especiarias	94.412	90.796	-3,8
Frutas e suas Preparações	151.987	110.091	-27,6
Outros	84.730	71.311	-15,8
TOTAL	3.055.672	2.940.071	-3,8

Fonte: MDIC/Aliceweb; SEAGRI/SPA
Elaboração: SEAGRI/SPA

O Estado da Bahia se credencia como o próximo polo exportador de carne bovina, como também de caprinos e de aves, não só por deter o sexto maior rebanho bovino do Brasil (10,8 milhões de cabeças) e o maior rebanho caprino do país (cerca de três milhões de cabeças), mas também pelo fato de abrigar novas plantas frigoríficas adequadas à exportação de carnes, além da oferta de serviço de inspeção que garante a qualidade dos produtos.

O Governo da Bahia, através do Centro Internacional de Negócios da Bahia – Promobahia, vem implementando diversas ações para promover a inserção de produtos e das empresas baianas no mercado internacional, através da realização de estudos e análise de mercados, participação em feiras e eventos internacionais, organização de missões comerciais e rodadas de negócios, além de prestar consultoria, capacitação e assistência técnica a pequenas e médias empresas, com o objetivo de internacionalizá-las de forma competitiva.

Crédito Rural

Mesmo com a escassez de crédito, em função da crise financeira internacional, o Governo Federal lançou o Crédito Rural para o Plano Agrícola e Pecuário – PAP, Safra 2009/2010, com um montante de recursos financeiros da ordem de R\$ 107,5 bilhões, um aumento de 37% em relação à safra passada. Do total disponibilizado, R\$ 92,5 bilhões vão para a agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões para impulsionar a agricultura familiar, o que deve beneficiar 4,1 milhões de unidades produtivas familiares em todo o Brasil.

As mais importantes modificações do PAP foram: a melhoria nas condições de acesso ao programa de crédito para os pequenos e médios produtores, a redução na taxa de juros que passou para 6,2% e o aumento de recursos para o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger Rural, que passou de R\$ 3 bilhões para R\$ 5 bilhões. Houve também um progresso no reconhecimento de algumas despesas no custeio, reajuste na fixação de preços mínimos e no subsídio governamental aos prêmios de Seguro da Safra.

Na Bahia, as contratações de crédito rural, em 2009, totalizaram um montante de R\$ 996 milhões, segundo dados das principais instituições

financeiras (Banco do Brasil, Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenhahia e Banco do Nordeste), sendo os recursos injetados em diversos segmentos da agropecuária baiana, a exemplo dos grãos (soja, milho, café, feijão e algodão), pecuária de corte e de leite e para a produção de frutas.

Quanto aos financiamentos concedidos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, foram contemplados produtores de 394 municípios baianos, totalizando recursos da ordem de R\$ 266 milhões, através de 60.302 operações de crédito, sendo que os municípios que registraram os maiores números de contratações foram Paripiranga, Bom Jesus da Lapa, Adustina e Curaçá.

Indicadores de Modernização

Na atividade agrícola, verifica-se que, além da retomada do crescimento da agropecuária em seus diversos segmentos, o setor, sobretudo, vem ampliando seu processo de modernização. Isso está evidenciado por alguns indicadores, a exemplo de:

- **Fertilizantes e Defensivos Agrícolas** – Um importante indicador de modernização agrícola é o consumo destes insumos. Nas indústrias de fertilizantes e defensivos agrícolas é que são gerados os produtos que vão ajudar o homem do campo a produzir mais e com melhor qualidade e a protegerem suas lavouras contra pragas, doenças e plantas daninhas. Sem esse controle, a Bahia não teria conquistado o aumento nos índices de produtividade observados nas últimas décadas. No Estado, foram consumidos, em 2009, mais de 1,17 milhão de toneladas de fertilizantes, sendo a região Oeste o maior polo consumidor. O Estado responde por mais da metade de todo o consumo de fertilizantes da região Nordeste (57%), colocando-se em 7º lugar no ranking nacional em consumo de fertilizantes.
- **Máquinas e Equipamentos** – A Bahia é líder entre as regiões Norte e Nordeste em vendas de máquinas e equipamentos agrícolas. Foram comercializadas no Estado 568 unidades, dentre cultivadores motorizados, tratores de rodas, tratores de esteira, co-

lheitadeiras e retroescavadeiras. Para a safra 2008/2009, o Plano Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa disponibilizou, através do Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas – Moderfrota, R\$ 2 bilhões para todo o Brasil, com taxas de juros de 9,5% ao ano, prazo máximo para pagamento de oito anos e sem carência, devendo ser ampliado o número de máquinas adquiridas pelos produtores.

- **Área Irrigada** – A área irrigada é outro indicador relevante de modernização do setor agrícola. Em 2009, a área irrigada em todo o Estado manteve-se estável, no patamar de 354 mil hectares. A Bahia detém a 4ª maior área irrigada do Brasil, atrás apenas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. A irrigação é um fator preponderante para o desenvolvimento de diversos setores, destacando-se a fruticultura, os grãos, cana de açúcar e a cafeicultura.

Empregos na Agropecuária

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – MTE/Caged, em 2009, a Bahia admitiu 588 mil pessoas com carteira assinada, esse número coloca o Estado em 1º lugar entre os Estados da região Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil na geração de emprego. Dentre as atividades analisadas, a agropecuária registrou 81,7 mil admissões, correspondendo a 14% do total de admissões no Estado, e o saldo entre os admitidos e desligados no setor, em 2009, foi de 1.096 novas vagas.

Neste ano de 2009, no período de janeiro a novembro, as contratações na agropecuária baiana também se destacaram, quando comparadas com os dados nacionais, ficando em 3º lugar, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Considerando o agronegócio como o todo, englobando os seus subsetores, o total de admissões atingiu a marca de 184,7 mil contratações, correspondendo a 32% do total de empregados com carteira assinada, conforme a Tabela 3.

TABELA 3

**TOTAL DE ADMISSÕES NO AGRONEGÓCIO
BAHIA, 2008/2009**

SEGMENTOS	2008*	2009*	Var. %
Agropecuária e Silvicultura	88.511	81.767	-7,6
Produção de Alimentos e Bebidas	16.992	19.581	15,2
Têxtil, Vestuário	7.522	8.646	14,9
Borracha, Fumo e Couros	3.558	2.908	-18,3
Madeira e suas obras	3.206	2.841	-11,4
Papel, Papelão	2.686	2.425	-9,7
Outros	66.696	66.537	-0,2
TOTAL	189.171	184.705	-2,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED
Elaboração: SEAGRI/SPA

POLÍTICA AGRÍCOLA, ATRAÇÕES DE INVESTIMENTOS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS

Plano Agrícola e Pecuário da Bahia

De forma pioneira, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia –

SAGRI lançou, em 1º de outubro de 2009, o Plano Agrícola e Pecuário do Estado da Bahia – PAP-BA. Este plano sintetiza as diretrizes da política agrícola para consolidar o novo perfil socioeconômico do Estado, no sentido de torná-lo mais rico, sustentável e diversificado, alicerçado nos indicadores de fortalecimento e expansão do setor agropecuário,

responsável pelo abastecimento dos mercados interno e externo, geração de empregos, renda e divisas.

A expectativa é de que o conjunto das medidas propostas tenha reflexos positivos na qualidade de vida dos agricultores familiares e no aquecimento da economia dos municípios baianos. Para a Safra 2009/2010, está previsto um volume de crédito de aproximadamente R\$ 4 bilhões, o que representa um incremento de 37% em relação à safra passada. Deste total, R\$ 3,1 bilhões serão destinados à agricultura empresarial e R\$ 914 milhões para a agricultura familiar.

Além do Plano Agrícola e Pecuário, foram divulgadas outras ações de apoio à agricultura familiar no Estado durante a Jornada da Agricultura Familiar que aconteceu concomitante ao lançamento do Plano, quais sejam:

- **Reestruturação do Crédito** – Com o objetivo de destravar o crédito em 240 municípios, beneficiando aproximadamente 70 mil agricultores, o Governo do Estado sancionou a Lei nº. 11.611/09 que institui medidas de estímulo à renegociação de dívidas oriundas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Pela Lei, o Estado disponibilizou R\$ 1 milhão para que os agricultores familiares, enquadrados no Pronaf A ou B, paguem 1% do saldo devedor e possam refinarçar suas dívidas e voltar a ter crédito. Esses recursos foram viabilizados por meio do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese e da Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenhahia.
- **Crédito Assistido** – Criado em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil e apoiado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, Sistema da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – Faeb-Senar, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira



– Ceplac e Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenhahia, esse programa abrange 20 cadeias produtivas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da agropecuária baiana, oferecendo de forma tempestiva, responsável, dirigida e sustentável o crédito rural, respeitando as demandas levantadas junto aos agricultores e suas organizações. Para tanto, foi assinado com o Banco do Nordeste e demais parceiros convênio de cooperação técnica visando direcionar, orientar e acompanhar o crédito agropecuário e proporcionar as condições para que ele cumpra com o seu papel de indutor do desenvolvimento sustentável do Estado, tendo como foco as cadeias produtivas de maior representatividade na agropecuária.

- **Programa Mais Alimentos/Bahia** – Tendo por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreende ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para as pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Desse modo, e com base na Lei nº. 11.611/09, o Governo da Bahia disponibilizou R\$ 2 milhões para o pagamento dos juros de 2% do Programa Mais Alimento dos agricultores que estiverem adimplentes. Também foi assinado com o Banco do Brasil acordo de cooperação para o financiamento de mil tratores, caso haja demanda, e de todos os demais itens amparados no programa, até o final do ano de 2010, correspondendo a recursos da ordem de R\$ 60 milhões.
- **Programa Garantia Safra/Bahia** – Uma iniciativa solidária de atendimento ao agricultor familiar em caso de perda de safra devido a intempéries climáticas envolve os três entes federativos (União, Estado e Municípios) e os agricultores. Para a safra 2009/2010, o Governo da Bahia disponibilizou R\$ 3,36 milhões, equivalentes a 50% da parcela que caberia às Prefeituras e aos agricultores familiares.
- **Ampliação da Oferta de Assistência Técnica Rural aos Agricultores** – Em complementação aos serviços disponibilizados pela Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater Oficial, o Governo da Bahia, através da SEAGRI, firmou convênios com organizações não governamentais credenciadas para os serviços técnicos para assegurar o atendimento a aproximadamente 70 mil famílias.

Programa Estadual de Bioenergia

Lançado em 2007, o Programa Estadual de Bioenergia – Bahiabio vem acumulando excelentes resultados desde a sua criação. Em seu terceiro ano de vigência, passou por reformulações e atualização de suas metas, que incluem a produção e uso de etanol e biodiesel para o Estado da Bahia até 2014.

Para a implementação do programa, foi criado o grupo gestor que conta com a participação da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e Secretaria de Meio Ambiente – SEMA. Esse grupo vem estimulando, informando e inspirando iniciativas do setor privado interessado em investir em agroenergia, em especial o segmento de produção familiar, no sentido de expandir a produção de oleaginosas e de biocombustíveis.

Alinhado com os princípios e os objetivos da Política Energética Nacional, o Governo da Bahia, através da SEAGRI, vem articulando ações de apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB do Governo Federal.

Neste ano, foram realizadas reuniões técnicas promovidas pela SEAGRI, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com empresas produtoras de biocombustíveis, cooperativas e instituições que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, movimentos sociais de representação da agricultura familiar, agentes financeiros e demais instituições de Governo, com o objetivo de discutir a participação do Estado da Bahia no programa nacional de biodiesel, que inclui, além de incentivos à produção, linhas de crédito especiais, apoio técnico, cooperativismo, fortalecimento da cadeia produtiva do biodiesel, entre outros pontos importantes.

Foi assinado protocolo de cooperação entre o Governo da Bahia e a Petrobras Biocombustível S.A – Pbio para o desenvolvimento de oleaginosas no Estado, em conjunto com a Cooperativa

de Trabalho do Estado da Bahia – Cooteba, Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina – Coopero, Cooperativa dos Apicultores, Meliponicultores e Agricultores Familiares do Sertão da Bahia – Cooperapis, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares – Coomaf, Cooperativa dos Produtores Rurais de Una – Cooperuna, Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia – Coopaf e Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia – Coagri.

Está em fase de reestruturação a Unidade de Esmagamento de Lapão, com uma área construída de 7.000m². A capacidade da esmagadora é de 20 toneladas por dia no primeiro ano, dobrando no segundo ano, atingindo sua capacidade plena de 60 toneladas/dia no terceiro ano de funcionamento.

A operação da esmagadora de óleo vegetal bruto, deverá beneficiar o segmento da agricultura familiar, pela ampliação do número de agricultores inseridos na cadeia produtiva do biodiesel, que deixarão de fornecer grãos de oleaginosas (mamona) para fornecer óleo vegetal bruto que possui maior valor agregado, melhorando, consequentemente, a renda dos agricultores. A implantação da esmagadora possibilitará ainda a comercialização dos subprodutos oriundos do beneficiamento do óleo, como a torta de mamona, utilizada como fertilizante para a adubação de lavouras.

Buscando consolidar a parceria com a Petrobras Biocombustível, a SEAGRI celebrou convênio para aquisição e produção de sementes e promoção da Ater junto a cooperativas, no valor de R\$ 3,5 milhões, para atendimento a 100 mil famílias. Graças ao contrato firmado entre a Petrobras Biocombustível S.A – Pbio e a EBDA, durante a safra de inverno 2009, no cultivo do girassol, 2.575 agricultores familiares receberam assistência técnica.

A SEAGRI, através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, desenvolve o programa de pesquisa em plantas oleaginosas (pinhão-mansão, mamona, girassol, amendoim, dendê e a alternativa moringa oleífera lam), com o objetivo de obter e difundir informações

sobre a matriz produtiva do Estado que possam contribuir com o setor de biocombustíveis e, conseqüentemente, favorecer os produtores e empresários interessados na produção da nova matriz energética da Bahia.

As ações de pesquisa com oleaginosas contemplam estudos sobre novas variedades e novos genótipos de mamona, consorciamento desta oleaginosa com milho, sistema de produção de pinhão-mansão, com genótipos de amendoim, além do início das atividades de pesquisa com outras plantas oleaginosas potenciais (moringa oleífera lam) que estão sendo realizados através da Petrobras.

O Programa Bahiabio tem na agricultura familiar seu maior aliado para a produção de matéria-prima oleaginosa. A Petrobras distribuiu 2.089kg de sementes de mamona no Território Bacia do Jacuípe, através da SEAGRI, para atender à demanda por matéria-prima para produção de biodiesel. Essa ação propicia a redução do nível de ociosidade das plantas industriais de produção de biodiesel já instaladas no Estado. Além disso, a EBDA está produzindo 40 hectares de mamona da variedade MPA11 para colheita no próximo ano e que serão distribuídas aos agricultores, como forma de melhorar a base genética dos seus cultivos.

O Estado da Bahia participou do III Workshop Internacional em Bioenergia, realizado pela Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC, de Salvador. O *workshop*, de abrangência internacional, reuniu mais de 350 pessoas interessadas no tema bioenergia, contando com a participação dos principais nomes nacionais e internacionais que debateram sobre a utilização de microalgas para a produção de biodiesel, a utilização de resíduos agroindustriais no desenvolvimento de novos materiais em bioenergia e um debate sobre as tendências para os biocombustíveis sustentáveis.

A SEAGRI elaborou um *folder* promocional do programa com o objetivo de divulgar o potencial da Bahia e a meta de transformá-la numa referência para biodiesel com inclusão social, assim como em um grande exportador interno e externo de biocombustíveis, produtor de ener-

gia através de biomassa e gerador de créditos de carbono.

Está sendo articulada a constituição da Câmara Setorial de Bioenergia do Estado da Bahia, com o objetivo de definir oficialmente o foro de interlocução para a identificação de oportunidades de desenvolvimento da cadeia produtiva do Biodiesel e definições das ações prioritárias de interesse para o agronegócio bioenergia no Estado. A Câmara irá reunir os principais atores da cadeia produtiva, quais sejam: representantes dos agricultores familiares, empresas, cooperativas, universidades e o poder público, assegurando que todos tenham representatividade nas discussões e deliberações.

Atração de Agroinvestimentos

A atração de investimentos para o setor agropecuário do Estado tem como objetivo modernizar os diversos setores da economia baiana, aumentar a competitividade de seus produtos e gerar empregos. Como resultado desta política, no ano de 2009, o Governo do Estado, através da SEAGRI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM e Secretaria da Fazenda – SEFAZ, assinou protocolos de intenções com várias empresas, visando a implantação de empreendimentos agropecuários.

É importante, entretanto, ressaltar que a capacidade de investimento de algumas empresas foi restringida pela retração dos recursos financeiros decorrentes da queda dos lucros e da contração do crédito, como foram os casos da Infinity Bioenergy e BioClean Energy Brasil por exemplo, que planejavam fortes investimentos na produção de etanol, biodiesel e de óleos vegetais. Ademais, como reflexo da crise financeira, houve uma queda nos preços e na demanda internacional das principais *commodities* agrícolas, fazendo com que os investidores do setor agroindustrial sustentassem as aplicações programadas ou não programassem novos investimentos em função da atividade econômica mundial, como foi o caso da Celltrion Inc.

A Tabela 4 mostra os agroempreendimentos atraídos, que somam um montante de R\$ 5,4 bilhões de investimentos e a geração de futuros empregos diretos da ordem de 18,5 mil vagas nos diversos segmentos apresentados.

TABELA 4

**EMPREENDIMENTOS EM CURSO, EM ANÁLISE E/OU ESTUDO DE VIABILIDADE
BAHIA, 2009**

EMPREENDI- MENTO	EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	INVESTI- MENTO (R\$ 1.000,00)	CAPACIDADE PRODUÇÃO	EMPREGOS DIRETOS	ESTÁGIO ATUAL
AGROENERGIA/ÓLEO VEGETAL						
Óleo Vegetal	Indústria de Extração de Óleo Paramirim	Paramirim	4.500	300 t/dia	45	Em implantação
Biodiesel	Energia Limpa (implantação)	a ser definido	40.000	32.000 t/ano	80	Projeto está sendo reestruturado
Biodiesel	Biobrax Energias Renováveis	Una	90.000	60.000 t/ano	750	Em implantação
Óleo Vegetal	Bioclen Energy Brasil	Luís Eduardo Magalhães	120.000	100.000 t/ano de óleos vegetais	220	Negociando parceria financeira
Óleo Vegetal e Biodiesel	Ceema Emp. E Part. Ltda.	Pilão Arcado	50.000	60.000t/ano	1.000	Projeto alterado para eucalipto/ Licenciamento ambiental
Óleo Vegetal	Frutavi S.A	Juazeiro	12.000	72.000 t/ano	100	Negociando parceria financeira
Óleo de Algodão, Farelo e Torta	Icofort Agroindustrial Ltda.	Luís Eduardo Magalhães	23.000	120.000t/ano de caroço de algodão	200	Em implantação
Óleo Vegetal e Biodiesel	Bahia Eco Biodiesel	Jeremoabo	25.000	1.500 m³/mês	39	Em projeto
Etanol e Geração de Energia	Ecosystems Ltda e Etexx Ltda.	Barra	4.840.000	2,2 bilhões de litros/ano e cogeração de 500 MW	15.000	Projeto Básico
Subtotal	-	-	5.204.500	-	17.434	-
AGROINDÚSTRIA						
Processamento de Frutas	Special Fruit	Juazeiro	11.200	55 t/mês	100	Em Projeto
Processamento de Milho	Indústrias Reunidas Coringa	Luís Eduardo Magalhães	30.000	165.000 t/mês	200	Em implantação
Processamento de Cacau	Sul Bahia Cacau e Derivados	Ilhéus	1.375	2 t/mês	10	Financiamento bancário

Continua

Conclusão da Tabela 4

Florestamento, Reflorestamento e Extração de Óleo de Neem	Siby Florestadora e Agropecuária Ltda.	Formosa do Rio Preto	35.845	3.000 m ³ de óleo e 5.000 t de torta de neem	60	Elaborando Projeto de Licenciamento Ambiental
Processamento de Milho	São Braz	Luís Eduardo Magalhães	7.500	4.000 t/mês	450	Em processo de Licenciamento Ambiental
Confinamento Bovino, Indústria de Ração e Adubos Orgânicos	Captar Agrobusiness	Luís Eduardo Magalhães	20.000	50.000 bois	80	Em Implantação
Florestamento, Reflorestamento e Extração de Óleo de Neem	Kryia Neem e Sustentabilidade Ltda.	Formosa do Rio Preto	35.800	3.000 m ³ de óleo e 5.000 t de torta de neem	50	Elaborando projeto Licenciamento Ambiental
Florestamento, Reflorestamento e Extração de Óleo de Neem	Catuana Agropecuária e Florestadora Ltda.	Formosa do Rio Preto	20.800	1.5000 m ³ de óleo/ano e 2.500 t de torta de neem/ano	30	Elaborando projeto Licenciamento Ambiental
Florestamento, Reflorestamento e Extração de Óleo de Neem	Neem Agropecuária e Florestadora Ltda.	Formosa do Rio Preto	35.800	3.000 m ³ de óleo e 5.000 t de torta de neem	140	Elaborando projeto Licenciamento Ambiental
Subtotal	-	-	198.320	-	1.120	-
TOTAL	-	-	5.402.820	-	18.554	-

Fonte: SEAGRI/SICM

Eventos Promocionais e Agropecuários

A promoção de eventos do agronegócio apoiados pelo Governo do Estado oferece a oportunidade para mostrar o que a Bahia tem de melhor na sua agropecuária, gerar negócios e empregos, difundir tecnologia



e, o mais importante de todos os efeitos, a integração setorial. Dentre os eventos apoiados pela SEAGRI durante o ano de 2009, pode-se listar:

- **10º Agrocafé** – A décima edição do Simpósio Nacional do Agronegócio do Café – Agrocafé, com o tema “O alvo é a renda do produtor”, foi realizado no mês de março de 2009 e marcado pela discussão e apresentação de temas importantes e de destaque nacional da cafeicultura. O evento re-

cebeu um investimento de R\$100 mil, uma parceria da SEAGRI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM e da Associação dos Produtores de Café da Bahia – Assocafé, reunindo mais de 900 participantes, entre produtores, técnicos, comerciantes, exportadores e comunidade científica constituída de pesquisadores e professores. Foram instalados *stands* institucionais de empresas ligadas ao setor e os cursos realizados, simultâneos ao Simpósio, contaram com a participação de 224 produtores.

- **Bahia Farm Show 2009** – A Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios do município de Luís Eduardo Magalhães é uma feira pautada em exposições dinâmicas, palestras e mostra de resultados de pesquisas e experimentos científicos no segmento do agronegócio, colocando em evidência o potencial e as vantagens competitivas da Região Oeste, que respondem pelo enorme desenvolvimento do cerrado baiano. O evento, realizado em junho de 2009, ocupou uma área de 30.000 m², 10 mil m² de *plots* referente à participação de 117 expositores que representaram mais de 150 marcas, além da realização de 15 eventos paralelos, entre cursos, palestras e leilões, sendo visitado por aproximadamente 30 mil pessoas e gerando negócios da ordem de R\$ 214 milhões. O evento contou com o apoio financeiro da ordem de R\$ 220 mil da SEAGRI e das Secretarias de Indústria, Comércio e Mineração – SICM e Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, além da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – Aiba.
- **20ª Fenagri** – A 20ª Feira Nacional da Agricultura Irrigada – Fenagri foi realizada no mês de julho de 2009, em Juazeiro, com a temática “A Sustentabilidade na Hortifruticultura Irrigada do Vale do São Francisco – Cenários, Desafios e Perspectivas”. O evento teve por objetivo fortalecer e ampliar as relações do agronegócio, contribuindo para a consolidação do Brasil como produtor e exportador de frutas, abrindo possibilidades de sucesso para investimentos no Vale do São Francisco, assim como apresentar novidades tecnológicas do mercado.

Realizado no campus da Universidade Estadual da Bahia – Uneb, o evento foi apoiado financeiramente pela SEAGRI e pelas Secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Secretaria de Meio Ambiente – SEMA e Secretaria do Turismo – SETUR, com recursos na ordem de R\$ 156,2 mil. A Fenagri reuniu 200 marcas de diferentes expositores numa área de 15.000 m², sendo visitada por um público de mais de 50 mil pessoas. Também foram realizados oito eventos paralelos à Feira, dentre os quais se destacam palestras, seminários e dias de campo com visitas às propriedades da região.

- **1º Congresso Internacional de Fibras Naturais** – Como parte das comemorações do Ano Internacional das Fibras Naturais, instituído pela ONU, o Estado da Bahia foi escolhido para sediar o congresso internacional por ser o maior produtor nacional e mundial de sisal, principal produtor nacional de coco, segundo maior produtor brasileiro de algodão, além de destacar-se nas atividades de aproveitamento e inovação de diversas fibras naturais. O Congresso aconteceu no mês de setembro de 2009 em Salvador, com a organização da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb e parcerias das Secretarias de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, além do Centro Internacional de Negócios da Bahia – Promobahia, Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais no Estado da Bahia – Sindifibras, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO.

Aproveitando o momento em que estavam reunidos os principais atores da cadeia produtiva, a SEAGRI lançou a Câmara Setorial de Fibras Naturais do Estado, fórum de interlocução criado para discutir as oportunidades de desenvolvimento desta cadeia e definir as ações prioritárias de interesse do segmento.

- **Feira do Empreendedor** – Com a temática “Conhecimento, Inovação e Bons Negócios”

cios”, o evento teve como objetivo principal criar um meio dinâmico entre a oferta e a procura de oportunidades de negócios, apresentando diversas ferramentas para auxiliar os empreendedores a iniciar, expandir e diversificar seus negócios. A feira, organizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, com o apoio do Governo da Bahia, aconteceu em Salvador, no Centro de Convenções, no período de 15 a 18 de outubro, e ocupou uma área de 15.000 m², com a participação de um público estimado de 30 mil pessoas que visitou os 300 estandes instalados.

A feira contou com um ambiente denominado “Oportunidades de Negócios”, onde a agricultura empresarial e a agricultura familiar se fizeram presentes com um espaço destinado ao atendimento dos empreendedores estabelecidos e em potencial, especialmente nos setores de apicultura, mandiocultura, orgânicos, floricultura, fruticultura, derivados da cana-de-açúcar, aquicultura, ovinocaprinocultura, pecuária de corte, leite e derivados.

- **Salon du Chocolat** – Um dos eventos mais importantes do segmento na Europa, o Salão reuniu representações do mundo inteiro que produzem do cacau ao chocolate. O Governo da Bahia, através da SEAGRI, participou no stand brasileiro em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, contando com a participação da Associação dos Produtores de Cacau – APC e o Instituto Cabruca. O Salon Du Chocolat aconteceu no Paris Expo-Porte de Versailles, França, entre os dias 14 a 16 de outubro de 2009, com um público de mais de um milhão de visitantes. O stand brasileiro expôs produtos de altíssima qualidade, que foram muito bem recebidos pelos produtores e comerciantes de cacau que se reúnem anualmente.

O objetivo da participação da Bahia (maior produtor nacional) foi ampliar o negócio do cacau e do chocolate no Estado e no país, verticalizando e agregando valor à produção. Para os represen-

tantes do cacau baiano presentes no evento, foi uma grande oportunidade de apresentar as qualidades e potencialidades do nosso produto para o mundo em suas mais variadas formas, além de atrair novos investimentos.

Também foi assinado convênio de cooperação entre a Ceplac e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento – Cirad, da França, para a realização de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento do cacau baiano.

Na oportunidade dessa viagem à França, a delegação baiana visitou a região de Champagne, famosa pela tradicional produção de vinhos e espumantes de altíssima qualidade. O Governo da Bahia assinou protocolo de intenções com a Cave Coopérative des Riceys, que vai permitir o estabelecimento de intercâmbio e transferência de tecnologia para a promoção e desenvolvimento do projeto implantação de pequenas e médias vinícolas em sistemas de cooperativas no Vale do São Francisco e em outras regiões do Estado, a exemplo da Chapada Diamantina.

- **1ª Fispal Bahia** – A partir de 2009, a Brazil Trade Show transferiu esse grande evento para o Estado da Bahia. A 1ª edição da Fispal Bahia – Feira Internacional de Produtos, Embalagens, Equipamentos, Acessórios e Serviços para Alimentação, substituta da Fispal Nordeste, que por seis anos consecutivos foi realizada no Estado de Pernambuco, aconteceu no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, em outubro de 2009. A Fispal Bahia é o único evento da região Nordeste que integra toda a cadeia da alimentação, desde a matéria-prima até a comercialização, e agrega valor à produção regional.

A feira reuniu profissionais da indústria, do varejo e do mercado da alimentação fora do lar, proporcionando uma exposição repleta de novas tecnologias de máquinas e equipamentos, embalagens, refrigeração, ingredientes, transportes, armazenagem, processos industriais, logística e todas as linhas de serviços para o setor de alimentos e bebidas nas três principais linhas de distribuição – Alimentação Fora do Lar, Va-

rejo e Exportações, oferecendo novas e maiores perspectivas de negócios ao Estado.

Considerando que o Estado da Bahia é um grande fornecedor de matéria-prima e insumos para o setor alimentício, a feira foi uma grande oportunidade para as empresas e entidades participantes ampliarem e difundirem seus produtos no país e no exterior.

- **6º Agroportal** – Com um público visitante de aproximadamente 50 mil pessoas durante todo o período do evento, o 6º Agroportal, realizado paralelamente à Fenagro, reuniu empresas da agroindústria baiana com o objetivo de promover interação entre os produtores e o mercado de atacado e varejo do ramo alimentício do Estado, através da exposição dos produtos, além de encontro de negócios. O Agroportal foi realizado pela SEAGRI, em parceria com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, o Centro Internacional de Negócios – Promobahia, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, a Associação Baiana de Supermercados – Abase, a Associação dos Distribuidores e Atacadistas da Bahia – Asdab e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel.

Durante o evento, foram realizados diversos cursos de capacitação para os cerca de 350 agricultores familiares e empresários do segmento. Em uma ação inédita da SEAGRI, juntamente com a Abrasel, foi criado o Circuito Caminhos da Roça para aproximar o pequeno produtor dos grandes nomes da cozinha baiana, que ocorreu no Espaço Gourmet e ficou conhecido como “Desafio dos Chefes”, onde chefes e cozinheiros da Bahia foram desafiados a construir pratos com as cestas de produtos ofertadas pelos expositores.

Com resultados além das expectativas, o Agroportal gerou negócios em torno R\$190 mil reais em vendas diretas, além de geração de negócios futuros a curto e médio prazo, através de fechamento de contratos de fornecimento, divulgação de marcas e produtos e de lançamento de novos produtos no mercado.

- **SEAGRI Itinerante** – O projeto foi idealizado com o objetivo de contatar diretamente com os produtores dos diversos municípios baia-

nos, as associações, cooperativas, sindicatos rurais e outras entidades representativas. Este ano, foram realizadas quatro edições da SEAGRI Itinerante, abrangendo os Territórios de Identidade Oeste Baiano, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Vale do Jiquiriçá e o último, o “Itinerante Mais Alimentos”, aconteceu nos municípios de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Ituberá, Jaguaquara e Jequié.

Os encontros serviram para tratar das demandas do setor produtivo, assim como discutir as questões ambientais, de infraestrutura (energia, água e estradas), qualificação profissional, defesa agropecuária, regularização fundiária, economia e política agrícola.

- **Exposições Agropecuárias** – Com o objetivo de promover o melhoramento genético do rebanho do Estado da Bahia, a SEAGRI elaborou o Calendário Oficial de Exposições Agropecuárias e apoiou a realização de 31 eventos, com investimento da ordem de R\$ 1,8 milhão, beneficiando um público de 872 mil pessoas visitantes.

Os eventos atraíram 2,7 mil criadores, com exposição de um plantel de mais de 27,8 mil animais, realizando a comercialização recorde de R\$ 197,2 milhões entre os 92 leilões realizados e a venda direta entre expositores, demonstrado na Tabela 5. Esses números garantiram a posição de principal vitrine da pecuária seletiva do Norte e Nordeste, concedendo aos participantes a oportunidade de conferir e adquirir genética de ponta para os mais diversos perfis de projetos pecuários.

Nestas exposições, os produtores rurais tiveram a oportunidade de adquirir animais geneticamente melhorados, ter acesso a novas tecnologias, como a inseminação artificial, transferência de embriões, máquinas e implementos que, conjuntamente, otimizam a produção. Tudo isso aliado ao fato de que os eventos agropecuários promovidos trazem resultados significativos para cada uma das cidades onde são realizados, a exemplo de alta taxa de ocupação hoteleira, funcionamento expressivo de bares, restaurantes, mercados e o comércio em geral.

TABELA 5
**EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS APOIADAS
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	EVENTO	EXPOSI- TORES	PÚBLICO VISITANTE	LEILÃO	ANIMAIS EXPOSTOS	COMERCIA- LIZAÇÃO R\$1.000,00
Porto Seguro	2ª Expo Verão da Costa do Descobrimento	55	3.000	1	485	150
Vitória da Conquista	43ª Exposição Agropecuária	150	80.000	4	1.367	10.000
Pojuca	1ª Exposição Agropecuária	40	5.000	0	452	300
Poções	8ª Exposição Agropecuária	23	5.000	1	379	130
Salvador	7ª Expobahia	147	25.000	5	1.572	4.500
Mundo Novo	44ª Exposição Agropecuária	10	6.000	0	356	250
Irecê	11ª Exposição Agropecuária	35	10.000	0	638	1.000
Miguel Calmon	13ª Exposição Agropecuária	14	5.000	0	389	30
Paulo Afonso	6ª Exposição Esp. Caprinos e Ovinos	28	15.000	0	427	200
Jequié	30ª Exposição Agropecuária	60	30.000	1	1.638	800
Maracás	10ª Exposição Agropecuária	10	5.000	0	435	150
Barreiras	27ª Exposição Agropecuária	50	100.000	4	854	20.000
Senhor do Bonfim	24ª Exposição Agropecuária	50	10.000	1	566	600
Salvador	13ª Exposição Agropecuária	325	130.000	28	3.945	30.000
Itanhém	9ª Exposição Agropecuária	42	15.000	2	1.235	1.500
Uauá	30ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	27	5.000	1	386	200
Igual	1ª Exposição Agropecuária	34	5.000	0	152	200
Feira de Santana	34ª Expofeira	95	120.000	6	2.326	8.000
Itapebi	32ª Exposição Agropecuária	35	5.000	0	159	300
Sátiro Dias	6ª Exposição Agropecuária	15	2.000	0	212	100
Euclides da Cunha	12ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	18	3.000	1	368	200
Itabuna	27ª Exposição Agropecuária	47	10.000	1	795	500
Alagoinhas	12ª Exposição Agropecuária	67	10.000	1	612	400
Teixeira de Freitas	28ª Exposição Agropecuária	16	30.000	2	813	600
Capim Grosso	3ª Exposição Agropecuária	25	5.000	0	155	100
Ipiaú	21ª Exposição Agropecuária	10	10.000	1	306	200
Conceição de Coité	Exposição Esp. de Caprinos e Ovinos	75	10.000	1	865	500
Salvador	9º Festival do Cavalo	35	3.000	1	350	800
Salvador	Fenagro 2009	1.100	200.000	30	5.000	115.000

Fonte: SEAGRI/SDA

Continua

Conclusão da Tabela 5

Nova Soure	5ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	20	5.000	0	400	200
Cabaceiras do Paraguaçu	Exposição Esp. de Caprinos e Ovinos	35	5.000	0	256	300
TOTAL	-	2.693	872.000	92	27.893	197.210

Fonte: SEAGRI/SDA

AGRICULTURA FAMILIAR

Cabe à SEAGRI desenvolver políticas públicas para o conjunto da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, no processo de produção, beneficiamento, comercialização, através da implementação de políticas de assistência técnica, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável a partir das unidades de produção familiar no campo.

As ações desenvolvidas pela SEAGRI estão distribuídas nos diversos programas e projetos constantes do Plano Plurianual 2008-2011 – PPA, e buscam atender às principais cadeias produtivas, apoiando e acompanhando as ações com o objetivo de garantir a renda dos agricultores familiares. Os projetos são distribuídos pelas áreas de fomento à produção, pesquisa, assistência técnica, apoio à comercialização e seguro para garantia da segurança alimentar em caso de perda da produção.

Para realização das políticas propostas, tem sido imprescindível a parceria com o Governo Federal, com secretarias do Estado e a participação da sociedade civil organizada, sempre com foco nos Territórios de Identidade. Nos municípios, as relações são estabelecidas através das comissões municipais, nas quais participam representantes de órgãos públicos estaduais, prefeitura e sociedade civil organizada.

O pequeno produtor rural que faz parte da Agricultura Familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Os Programas e Projetos em andamento na SEAGRI voltados para a Agricultura Familiar são: Qualificar, Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – Uniater, Sertão Produtivo, Trilha, Garantia Safra, Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Secafes, Semeando, Biosustentável, Mata Verde e, mais recentemente, o Terra de Valor.

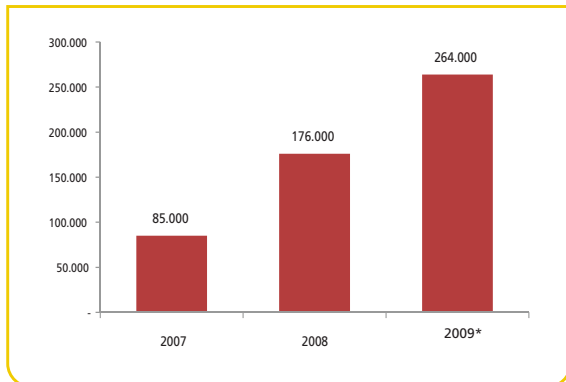
Programa Qualificar

O Programa Qualificar objetiva promover a qualificação dos produtores rurais para a elevação da produtividade, o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Através deste programa, é realizado o atendimento direto aos agricultores familiares, seja trabalhando as suas demandas individuais ou coletivas por atividades de Assistência Técnica, Extensão Rural – Ater e de pesquisa agropecuária, seja interiorizando as políticas públicas para construir um desenvolvimento rural sustentável.

No ano de 2007, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA prestou assistência técnica a 85 mil agricultores familiares, o que representou algo em torno de 14% do total de agricultores familiares da Bahia.

No período de janeiro 2007 a novembro de 2009, com a nova sistemática de programação e controle operacional adotada pela EBDA, ocorreu o registro de 264 mil agricultores familiares assistidos sem repetição, demonstrado no Gráfico 5, ou seja, com CPF individualizados, significando que 40% do total de agricultores familiares da Bahia tiveram acesso aos serviços de assistência técnica oficial.

GRÁFICO 5
ASSISTÊNCIA TÉCNICA A AGRICULTORES FAMILIARES BAHIA, 2007-2009


Fonte: SEAGRI/ EBDA
 (*) até novembro de 2009

Merece destaque, também, o número elevado de atividades operacionais desenvolvidas pela EBDA, atingindo 497 mil intervenções junto a esses agricultores familiares, o que sugere que parte deles recebeu orientação em mais de uma ação.

Capacitação de Técnicos e Agricultores – No ano de 2009, um total de 581 técnicos da EBDA participou de eventos de capacitação que trataram sobre assuntos variados de interesse dos serviços que são prestados pela Empresa, e 4.866 agricultores familiares receberam capacitação para melhorar o desempenho de seus cultivos nas diversas cadeias produtivas.

Merecem destaque os cursos que abordaram aspectos da comercialização dos produtos agropecuários, despertando grande interesse dos produtores líderes de organizações de agricultores familiares quanto ao seu corpo técnico, sendo que os principais assuntos tratados foram: Gestão de Empreendimentos, Formação de Preços, Armazenagem, Embalagem, Marketing e Políticas Públicas. Também, como ação inovadora, a EBDA acrescentou nos cursos de capacitação oferecidos temas como mercados diferenciados, especialmente abordando Biodiversidade, Plantas Medicinais e Fitoterápicas, Produtos Orgânicos e Comércio Justo e Solidário.

No segmento da **pecuária leiteira**, os agricultores vêm sendo orientados em tecnologias para

a implantação, subdivisão, manejo e utilização das pastagens; implantação, manejo e utilização de forrageiras para reserva estratégica; correção e adubação dos solos sob pastagens; manejo por categoria animal; controle de ecto e endoparasitos, também chamados de parasitas externos e internos, a exemplo do carrapato e verminoses, respectivamente, constatando-se avanços significativos na elevação da produção e na produtividade leiteira das propriedades das regiões do Extremo Sul e Sul da Bahia, inclusive em projetos de assentamento da reforma agrária no município de Eunápolis.

No período de janeiro de 2007 a novembro de 2009, a EBDA prestou assistência técnica contínua a 3.597 agricultores familiares na atividade leiteira, sendo que 255 propriedades rurais receberam visitas mensais para acompanhamento e controle da evolução dos resultados extremamente positivos, obtidos a partir das orientações técnicas transmitidas, chegando, em alguns casos, a dobrar a produção de leite/vaca ordenhada e a capacidade de suporte das pastagens, no período de dois anos.

Em 2009, foram capacitados 177 técnicos e 560 agricultores familiares na cadeia produtiva do leite, além da realização de duas excursões que reuniram 38 pequenos produtores de leite e um dia de campo sobre Produção Orgânica de Leite, que contou com a participação de 168 produtores.

Na cadeia produtiva da **apicultura**, a EBDA tem investido na capacitação e qualificação dos seus técnicos e de apicultores, com conteúdos para iniciantes e também de manejo avançado para os apicultores que já estão com suas atividades estabilizadas, sendo capacitados 624 agricultores nos Centros de Formação de Agricultores Familiares da EBDA. O Centro de Formação de Agricultores Familiares de Rio Seco – Centrea-pis, localizado em Amélia Rodrigues, também recebeu a visita de 140 apicultores, que foram de perto conhecer as experiências ali desenvolvidas.

A SEAGRI, através da EBDA, está acompanhando tecnicamente 4.037 apicultores que exploram a atividade nos diversos territórios da

Bahia. Foram realizadas atividades como Dias de Campo e Feiras de Mel, que têm servido para divulgar o produto baiano e difundir junto às populações informações sobre o valor nutritivo do mel e outros produtos da colméia. Apesar das questões climáticas terem sido desfavoráveis, estes agricultores alcançaram, no ano de 2009, a produção de 573 toneladas de mel, 3,4 toneladas de pólen e 15,5 toneladas de cera.

O Governo da Bahia quer promover o desenvolvimento integrado e sustentável da cadeia produtiva da apicultura, em seus diferentes segmentos, seja através da modernização do seu padrão tecnológico, técnico, gerencial e organizativo, como também estabelecendo uma nova relação com o mercado para ampliar o seu crescimento no Estado.

Foi realizado o cadastramento de seis mil apicultores que exploram a atividade em 16 Territórios de Identidade e está em andamento o cadastramento nos outros 10 Territórios de Identidade. Este levantamento permitiu a construção do Plano de Desenvolvimento da Apicultura dos Territórios Sisal e Semi-Árido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Vitória da Conquista, Extremo Sul e Litoral Sul. Ações coordenadas pela SEAGRI, com parcerias do Sebrae, EBDA, Cooamel e Cofasp.

Em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão vinculado à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, a SEAGRI está realizando o acompanhamento técnico da implantação de 28 unidades de extração e beneficiamento de mel; aquisição de equipamentos para uma unidade de extração e processamento de mel em Quixabeira; aquisição de equipamentos para o entreposto de Serrinha e adequação, ampliação e aquisição de equipamentos para o entreposto de Tucano. Realizou também o treinamento dos manipuladores e capacitação dos apicultores, o projeto de adequação das 18 unidades de extração e processamento do mel que foram construídas antes de 2007, visando atender à Instrução Normativa nº 34, de 28 de maio de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, além do acompanhamento técnico aos 900 apicultores beneficiários do projeto.

Foram elaborados dois modelos de plantas arquitetônicas padrão para a construção das novas Unidades de Extração e Processamento de Mel no Estado da Bahia. Encontra-se em fase de conclusão a implantação da primeira Unidade de Beneficiamento exclusivamente para pólen no Brasil, em parceria com a Associação Canavieirense de Apicultores – Acap, no município de Canavieiras, bem como um convênio para aquisição de equipamentos para envase de mel em sachê através da Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes – Cooapicali.

Aconteceu na Bahia, em novembro de 2009, o 1º Congresso Nordestino de Apicultura e Meliponicultura e Feira da Cadeia Apícola, evento que reuniu mais de 1.450 participantes para a discussão das políticas públicas para a atividade, painéis temáticos que trataram sobre o aumento da produtividade do semiárido, produção inspecionada, padronização de unidades de beneficiamento, potencialidades da própolis das abelhas sem ferrão, gestão da apicultura, dentre outros assuntos.

O Congresso foi coordenado pela SEAGRI, contou com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, da Federação Baiana dos Apicultores – Febamel e da Associação de Apicultores da Chapada Diamantina – Flor Nativa, e com apoio do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Petrobras, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, entre outros. Os stands para a exposição dos produtos, a feira de produtos apícolas, as palestras e oficinas promovidas concomitantes ao Congresso atraíram grande número de participantes interessados.

O Quadro 1 resume as ações do programa de apicultura nos diversos municípios baianos.

Em apoio à cadeia produtiva da caprinovinocultura, que se constitui em alternativa socioeconômica adaptada ao ecossistema da caatinga/semiárido, a EBDA realizou cursos para produtores abordando conteúdos relativos à sanidade, manejo produtivo, reprodutivo e alimentar, com destaque para a orientação da formação de reserva estratégica alimentar para o período seco.

QUADRO 1
**AÇÕES DO PROGRAMA DE APICULTURA
BAHIA, 2009**

AÇÃO	MUNICÍPIO
Construção de 28 unidades de extração e processamento do mel e aquisição de equipamentos de beneficiamento	Riacho de Santana, Camamu, Sobradinho, Ribeira do Amparo, Jeremoabo, Tucano, Paulo Afonso, Várzea da Roça, Canudos, Euclides da Cunha, Araci, Quijingue, Antônio Cardoso, Amargosa, Aracatu, Anagé, Caraíbas, Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, São José, Capim Grosso, Caém, Serrolândia, Jacobina, Andorinha e Ponto Novo
Aquisição de equipamentos para uma unidade de extração e processamento de mel.	Quixabeira
Adequação e ampliação de entreposto de mel e aquisição de equipamentos	Tucano
Aquisição de 480 kits produção	Aracatu, Anagé, Caraíbas, Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, São José, Capim Grosso, Caém, Serrolândia, Jacobina, Andorinha, Ponto Novo
Aquisição de equipamentos para entreposto de mel	Serrinha

Fonte: SEAGRI/SUAF

As ações direcionadas a esta cadeia produtiva permitiram a realização de 450 reuniões com os produtores, 860 visitas técnicas e 26 cursos que envolveram 350 produtores, promovidos dois leilões, através dos quais foram disponibilizados animais melhorados, e implantados cinco projetos de pesquisa.

A EBDA implantou campos experimentais em suas bases físicas de pesquisa direcionados à **fruticultura e olericultura** com o objetivo de demonstrar o cultivo racional do limão tahiti, abacaxi, banana, alho e laranja, bem como elaborado o sistema de produção orgânica da cultura da banana, cujos resultados têm sido divulgados aos produtores interessados.

Os cursos promovidos pela EBDA têm atraído grande número de agricultores familiares interessados em aprimorar suas atividades, destacando-se a implantação e manejo da cultura

do abacaxi, em Cruz das Almas; a cultura do coco irrigada, no município de Rodelas (Projeto Araticum e Agrovila 8); formação de mudas de árvores frutíferas, no município de São Felipe; horticultura orgânica para agricultores familiares de Valença e orientação para implantação de horta comunitária, no município de Jaguari; seminário sobre o coco-da-baía, no município de Esplanada.

Em apoio às ações da cadeia produtiva de **citros**, existem quatro bases físicas para a produção de borbulhas cítricas em ambiente protegido, para o fornecimento de material genético melhorado para os viveiristas de citros. Estão em pleno funcionamento as estufas instaladas no Território do Litoral Norte/ Agreste de Alagoinhas (uma em Alagoinhas e duas em Rio Real), e uma no Território do Recôncavo (Conceição do Almeida). Essas unidades colocam à disposição dos viveiristas de mudas cítricas borbulhas de qua-

lidade genética e com sanidade garantida para o sistema de cultivo. Cada uma dessas unidades de produção de borbulhas cítricas é constituída por 3.725 plantas cítricas e porta-borbulhas das variedades de laranja pêra, laranja baianinha, laranja salustiana, laranja pineapple, laranja lima, lima ácida tahiti, tangerinas poncan, mexerica e murcote, tendo como porta-enxertos o limão-cravo.

As unidades experimentais da SEAGRI estão produzindo 19 variedades de citros, e já foram disponibilizadas 970 mil borbulhas aos viveiris-

tas associados e cadastrados. No momento, foi disponibilizada uma borbulheira pronta no município de Rio Real, para corte, com capacidade de atender com 200 mil borbulhas a 30 agricultores familiares viveiristas.

Merece destaque a realização do III Encontro de Citricultura Bahia e Sergipe, realizado em Rio Real, em outubro de 2009, com a participação de 500 produtores, técnicos e especialistas em citricultura.

O Quadro 2 relaciona as atividades desenvolvidas no programa da citricultura em 2009.

QUADRO 2

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA DA CITRICULTURA BAHIA, 2009

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE
Agricultores Familiares Assistidos	2.900
Produção de Mudas	2.800.000
Produção de Borbulhas Cítricas	970.000
Projetos de Crédito Aprovados (R\$ 4,3 milhões)	385
Geração de Empregos Diretos	5.500
Capacitação de Agricultores Familiares	488

Fonte: SEAGRI/EBDA

Programa Terra da Gente – Semeando

O Programa Terra da Gente ganha força neste Governo com o Projeto Semeando, que contempla ações de qualificação de agricultores familiares na produção e formação de bancos de sementes próprias para as comunidades e a distribuição de sementes para os agricultores familiares, estímulo à melhoria tecnológica gerencial e organizativa e apoio à comercialização em redes dos produtos agropecuários, a fim de conquistar novos mercados com geração de trabalho e renda.

Com o objetivo de fomentar a produção de sementes de oleaginosas e de culturas alimentares, o Programa Semeando cumpre um dos compromissos assumidos pelo Governo da Bahia de restabelecer a oferta, aos pequenos

agricultores, de sementes de qualidade genética comprovada, de alta produtividade e mais resistentes às doenças e pragas, visando, sobretudo, à melhoria da produção e a construção de uma autonomia efetiva do insumo básico para futuros plantios.

Vale ressaltar que o uso de sementes de boa qualidade genética pode elevar a produtividade de uma lavoura em níveis que variam de 20% a 60%, ampliando, desta forma, o volume de grãos produzidos no Estado.

Nesse programa, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA capacitou 223 técnicos na produção de sementes, dos quais 123 técnicos no ano de 2009. Um total de 280 agricultores foram qualificados para implantação e desenvolvimento de campos de produ-

ção de sementes, na safra de verão 2008/2009, que beneficiarão mais de quatro mil agricultores familiares com os bancos de sementes próprias que poderão ser utilizadas na safra subsequente.

Em outra frente, mais de 80 mil famílias de agricultores familiares foram contempladas com a distribuição de 1.806.269 kg de sementes de feijão, feijão vigna, milho e sorgo na safra verão 2008/2009, um investimento na ordem de R\$ 9,2 milhões. Além disso, 4.670 agricultores

foram beneficiados com os bancos comunitários de sementes próprias.

Os agricultores familiares da Bahia não foram contemplados com a distribuição de sementes na safra de inverno 2009, mas para a safra verão 2009/2010 já foram adquiridos 1.143.425kg de sementes de feijão, feijão vigna, milho e sorgo, para atender 78.848 agricultores familiares (20% do universo), sendo investidos quase R\$ 7 milhões na compra deste insumo (Tabela 6).

TABELA 6
**DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES NA SAFRA VERÃO 2009/2010
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGRICULTOR FAMILIAR ATENDIDO	TOTAL DE SEMENTES DISTRIBUÍDAS (EM KG)			
		FEIJÃO	VIGNA	MILHO	SORGO
Irecê	7.573	64.294	8.936	37.866	7.573
Velho Chico	5.964	11.857	36.181	24.019	4.804
Chapada Diamantina	7.544	72.460	43.193	37.722	7.544
Piemonte do Paraguaçu	2.774	-	27.736	13.868	2.774
Sertão do São Francisco	6.417	-	10.508	5.254	1.051
Oeste Baiano	3.182	-	31.834	15.917	3.183
Bacia do Rio Corrente	3.923	39.226	-	19.613	3.923
Bacia do Paramirim	4.108	4.887	36.193	20.540	4.108
Sertão Produtivo	8.315	9.015	74.133	41.574	8.315
Vitória da Conquista	6.889	22.963	45.925	34.444	6.889
Médio Rio de Contas	1.606	10.484	5.164	8.031	1.606
Bacia do Jacuípe	5.095	-	20.892	10.446	2.089
Sisal	1.920	-	19.202	9.601	1.920
Piemonte Norte do Itapicuru	3.626	-	36.260	18.130	3.626
Piemonte da Diamantina	2.900	-	29.000	14.500	2.900
Litoral Sul	228	1.827	457	1.142	-
Itapetinga	860	-	8.602	4.301	860
Vale do Jiquiriçá	1.738	11.689	5.691	8.690	1.738
Itaparica	1.404	7.021	7.021	7.021	1.404
Extremo Sul	2.782	22.286	5.572	13.929	-
TOTAL	78.848	278.009	452.500	346.608	66.307

Fonte: SEAGRI/EBDA

Programa Sertão Produtivo – Distribuição de Animais

O Programa Sertão Produtivo surge como um marco na promoção do desenvolvimento e inclu-

são social da população que vive no semiárido e tem como objetivo fomentar as atividades produtivas, de segurança hídrica e alimentar e de agregação de valor, com vistas à convivência do agricultor familiar com o semiárido baiano.

Dentre os projetos em execução, destaca-se o Projeto de Fortalecimento da Agricultura Familiar através do Melhoramento Genético de Caprinos e Ovinos, iniciado no ano de 2008 e concluído em 2009, com a distribuição de um total de 38.265 animais

entre caprinos e ovinos, beneficiando 7.680 famílias do semiárido baiano, em 125 municípios.

O Quadro 3 apresenta os territórios e os municípios beneficiados pelo programa.

QUADRO 3

**PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO - DISTRIBUIÇÃO DE ANIMAIS
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO
Irecê	Cafarnaum, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, Uibaí, Irecê, São Gabriel, Central, Lapão, João Dourado, Ipuíara, Jussara, Canarana, Barra do Mendes e América Dourada.
Velho Chico	Malhada, Barra, Igaporã, Serra do Ramalho, Carinhanha, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos, Sítio do Mato e Ibotirama
Chapada Diamantina	Iraquara, Itaetê, Bonito, Itinga e Morro do Chapéu
Piemonte do Paraguaçu	Santa Terezinha, Tapiramutá, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Rafael Jambeiro e Rui Barbosa
Sisal	Quinjingue, Itiúba, Tucano, Biritinga, Teofilândia, Candéal, Conceição do Coité, Queimadas, Cansanção, Monte Santo, Nordestina, Santaluz, Serrinha, São Domingos, Araci, Retirolândia e Ichu
Vale do Jiquiriçá	Planaltino, Irajuba, Maracás e Iramaia
Bacia do Rio Grande	Riachão das Neves, Buritirama, São Desidério, Santa Rita de Cássia, Mansidão e Cotegipe
Bacia do Rio Corrente	Coribe, Cocos, Tabocas do Brejo Velho e São Félix do Coribe
Bacia do Paramirim	Rio do Pires, Caturama, Tanque Novo e Boquirá
Médio Rio de Contas	Palmas do Monte Alto, Lagoa Real, Contendas do Sincorá, Ituaçu e Iuiú
Bacia do Jacuípe	Caraíbas, Anagé e Cordeiros
Piemonte da Diamantina	Itagi e Manoel Vitorino
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	Ipirá, Várzea da Roça, Serra Preta, Pintadas, Pé de Serra, São José do Jacuípe e Nova Fátima
Portal do Sertão	Ourolândia, Umburanas, Várzea Nova, Saúde e Miguel Calmon
Piemonte Norte do Itapicuru	Sátiro Dias, Itapicuru, Olindina, Esplanada, Crisópolis, Rio Real e Aporá
Sertão do São Francisco	Nova Soure, Ribeira do Pombal, Jeremoabo, Banzaê, Heliópolis, Pedro Alexandre e Santa Brígida
Itaparica	Água Fria, Santa Bárbara, Irará, Santanópolis, Antônio Cardoso e Glória
Piemonte Norte do Itapicuru	Ponto Novo, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Pindobaçu e Campo Formoso
Sertão do São Francisco	Sento Sé, Curaçá, Uauá e Sobradinho
Recôncavo	Cabaceira do Paraguaçu

Fonte: SEAGRI/SUAF

Na execução deste programa, adotou-se a metodologia de entrega dos animais através de uma Comissão Municipal, criada para esta finalidade, cuja composição conta com participação de representantes das prefeituras, da sociedade civil e técnicos da EBDA, além da Adab, sendo que esta última tem papel fundamental na avaliação dos animais distribuídos no que se refere aos sinais clínicos de doença infecto-contagiosa e parasitária no momento da entrega dos animais e, no caso dos caprinos, na verificação do atestado negativo de exame laboratorial para Artrite Encefalite Caprina – CAE.

Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado da Bahia – PCPR – Programa Produzir

O Programa Produzir integra uma proposta mais ampla de combate à pobreza rural implementada pelo Banco Mundial e governos estaduais da região Nordeste do país. O objetivo principal do programa é promover a redução da pobreza rural através de financiamentos não reembolsáveis de pequenos investimentos de infraestrutura e de apoio à produção, orientados para promover a melhoria do nível de vida e a geração de ocupação e renda para as comunidades rurais pobres.

O programa é financiado com recursos do Banco Mundial e do Governo do Estado, tendo como estratégias promover a inclusão sócio-econômica dos mais pobres e ações para reforçar a governança. A metodologia do programa é operada de fora para dentro, isto é, partindo do beneficiário para construir os mecanismos de implementação centrados na organização e descentralização. Às comunidades é assegurado o papel de demandantes das ações, de executora e gestora dos investimentos do programa, para que possam participar ativamente da sua execução e, principalmente, usufruir dos seus benefícios.

O Programa Produzir atende 407 dos 417 municípios baianos, excetuada a Região Metropolitana de Salvador.

As Realizações do Programa

O Programa Produzir beneficiou, no exercício de 2009, 149.820 famílias com investimentos da ordem de R\$ 16,4 milhões aplicados em 1.420 projetos distribuídos na área de infraestrutura, geração de renda, apoio à saúde e saneamento, apoio a educação e cultura e projetos ambientais, conforme detalhamento na Tabela 7.

TABELA 7
PROGRAMA PRODUZIR - REALIZAÇÕES BAHIA, 2009

DISCRIMINAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	Nº DE PROJETOS	VALOR (R\$ 1.000,00)
Apoio a Saúde e Saneamento	55.224	832	10.452
Geração de Renda	59.967	394	5.271
Infraestrutura	29.736	126	452
Apoio à Educação e Cultura e Ambientais	1.154	18	201
Projetos Concluídos em Exercícios Anteriores (*)	3.739	50	11
TOTAL	149.820	1.420	16.387

Fonte: SEDIR/CAR – Sacc

(*) Foram incluídos neste quadro porque obtiveram repasse de recursos em 2009

Obs: Dados até 31/12/2009

Ainda como parte integrante do Programa, a CAR investiu em ações de capacitação dos beneficiários e dos técnicos que atuam no Produzir no sentido de fortalecer as organizações comunitá-

rias que são as executoras dos projetos. As realizações desenvolvidas nessa área estão descritas no subitem “Ações de Capacitação”.

Dentre os projetos contemplados neste exercício, 59% correspondem a projetos de apoio à saúde e saneamento, 28% de projetos de geração de renda, 9% de projetos de infraestrutura, e 1% de projetos de apoio à educação e cultura,

além de projetos concluídos em exercícios anteriores com repasse e/ou concluídos em 2009. A Tabela 8 apresenta os projetos implantados nas diversas áreas.

TABELA 8

**PROGRAMA PRODUIR - PROJETOS IMPLANTADOS
BAHIA, 2009**

INVESTIMENTOS	UNIDADES DOMICILIARES ATENDIDAS	PROJETOS COMUNITÁRIOS	VALOR (R\$ 1.000,00)
Melhoria Sanitária	15.834	263	472
Cisternas Domiciliares	13.515	223	7.224
Abastecimento de Água com Ligações Domiciliares	11.458	142	2.144
Projetos Agropecuários		99	2.243
Barragem/Aguada		113	362
Pequenas Unidades Produtivas		17	55
Ponte de Concreto		83	433
Outros Projetos		258	2.145
Casa de Farinha		80	1.043
Melhoria Habitacional	1.815	65	24
Centros de Abastecimento		52	16
Poços		25	226
TOTAL	-	1.420	16.387

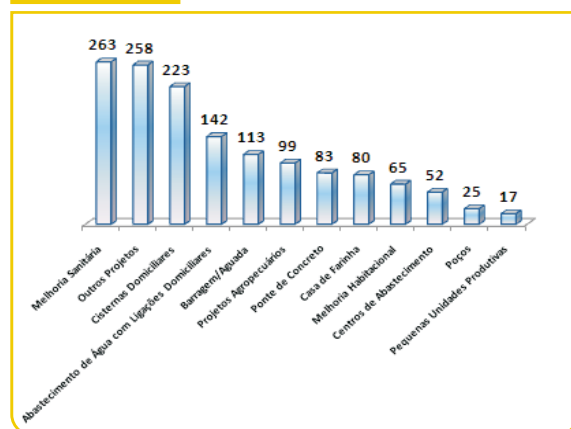
Fonte: SEDIR/CAR

Obs: Dados até 31/12/2009

Quanto ao estágio de execução, vale ressaltar que 245 projetos foram concluídos neste exercício, incorporando mais 22.872 famílias ao processo de inclusão social e econômica promovido pelo programa. O Gráfico 6 permite a visualização dos projetos implantados.

GRÁFICO 6

**PROGRAMA PRODUIR - PRINCIPAIS
AÇÕES IMPLANTADAS
BAHIA, 2009**



Fonte: SEDIR/CAR - Produzir

Obs: Dados até 31/12/2009

Ações de Capacitação

Para garantir que os subprojetos implantados tornem-se sustentáveis, o Produzir investe na área de capacitação, transferindo para as associações comunitárias o poder de definição, execução e gestão dos empreendimentos.

O processo de capacitação no Produzir tem centrado suas ações de educação continuada, que envolve os gestores do programa em todos os níveis, a saber: Conselhos Municipais, Associações Comunitárias e Equipes Técnicas.

No ano de 2009, foram realizados 60 eventos de capacitação voltados, especificamente, para as Associações Comunitárias e Conselhos Municipais, que resultaram na capacitação de 2.200 produtores rurais, com destaque para os treinamentos em associativismo, organização, gestão e manutenção de subprojetos/equipamentos comunitários. Nesse mesmo período, foram realizados 51 treinamentos para equipes técnicas e administrativas vinculadas

à Coordenação do Produzir (sede e escritórios regionais) envolvendo 616 pessoas, com repetição, conforme explicitado na Tabela 9, a seguir.

TABELA 9
**PROGRAMA PRODUIR -
RESUMO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO
BAHIA, 2009**

PÚBLICO	EVENTOS	PARTICIPANTES
Associação Comunitária	39	1.820
Conselho Municipal	21	380
Técnico	51	616
TOTAL	111	2.816

Fonte: SEDIR/CAR – Produzir

Obs: Dados até 31/12/09

As ações de capacitação para as Associações e os Conselhos Municipais foram realizadas com intuito de fortalecer a organização e autonomia das comunidades e dos seus organismos de representação, bem como a gestão e manutenção dos empreendimentos do Produzir, com os seguintes conteúdos: Execução e Gestão de Convênios; Manutenção de Empreendimentos Comunitários; Comercialização de Produtos; Economia Solidária; Elaboração de Planos de Trabalho; Construção de Cisternas para Captação de Água de Chuva e Metodologia para Aperfeiçoamento das Práticas de Trabalho Comunitário.

Os treinamentos das equipes técnicas dos Escritórios Regionais foram priorizados pela Coordenação do Produzir devido ao grande número de convênios firmados com as associações comunitárias e a necessidade de imprimir mais celeridade e qualificação às ações do programa. Assim, foram realizados encontros e treinamentos em procedimentos de avaliação de demandas, supervisão e acompanhamento de convênios, organização comunitária e planejamento participativo, elaboração de programação das atividades dos escritórios regionais, economia solidária, elaboração de planos e metodologia de trabalho comunitário e a prestação de contas de convênios e de manutenção dos escritórios.

Vêm sendo ainda mantidos esforços no sentido de preparar as equipes técnicas em conteúdos referentes à substituição tributária do ISS e retenção previdenciária do INSS.

Com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação contínuo entre os seus diversos setores, a CAR implantou o Programa Diálogos, que teve início em julho de 2009, quando houve cinco Encontros Regionais com a participação de todos os funcionários (técnicos e administrativos) lotados nos 18 Escritórios da CAR.

Como parte das estratégias para estimular a organização e maior participação das comunidades, procurou-se atender às demandas comunitárias por capacitação, utilizando-se dos instrumentos de convênios de desenvolvimento institucional e através de repasse de recursos aos escritórios regionais. Dentre os eventos contemplados através dos referidos instrumentos, destacam-se:

- Intercâmbios de experiências, envolvendo seis Conselhos Municipais e 28 Associações Comunitárias, localizadas na área de abrangência dos escritórios regionais de Serrinha, Itabuna e Vitória da Conquista. Esta atividade foi uma iniciativa destas organizações que têm interesse na disseminação de projetos voltados para geração de emprego e renda;
- Curso em produção de doces, beijus e derivados da mandioca, pleiteado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Araci, com a participação de 90 mulheres de diversas comunidades do município. Este curso visou aumentar a produção alimentos destinados dar suporte à merenda escolar das crianças;
- Encontro dos Povos Indígenas, realizado no município em Itabuna, com o objetivo de integrar e difundir a cultura dos povos indígenas das diversas etnias do Estado;
- Seminário de Agricultura Familiar no município de Valente, com a participação de 120 produtores, para discutir questões específicas da região Sisaleira.

Parcerias

Povos Indígenas – Merece destaque a agilidade na implantação dos projetos e acompanhamento das ações voltadas ao atendimento dos povos indígenas. Estão em execução 17 projetos, entre 33 demandas, priorizados pelas comunidades

indígenas. As ações estão voltadas para a área de geração de renda, compreendendo a implantação de três casas de farinha, 11 projetos de mecanização agrícola, um conjunto de equipamentos para a pesca, um projeto de ovinocultura comunitária e um sistema de irrigação. Essa iniciativa está articulada e integrada com as demais políticas públicas do Estado, voltadas para o seu desenvolvimento sustentável.

Este trabalho conta com a colaboração da equipe da coordenação para Assuntos Indígenas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado e dos coordenadores dos postos da Fundação Nacional do Índio nas áreas de abrangência das diversas comunidades onde habitam esses grupos indígenas. O planejamento técnico, os recursos financeiros e a coordenação ficaram a cargo da CAR, através da Coordenação do Produzir, e das equipes técnicas dos escritórios regionais.

Economia Solidária – Em parceria com a Superintendência de Economia Solidária, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a CAR executa um trabalho de sensibilização dos conselhos, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, técnicos da CAR e de instituições do governo e não governamentais, utilizando a estratégia da economia solidária.

Esta ação de cooperação interinstitucional tem como objetivo a implantação de projetos de desenvolvimento através da estratégia da economia solidária em comunidades pobres rurais. A proposta vem sendo realizada, inclusive com projetos definidos em comunidades de 15 municípios (Matina, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Nazaré das Farinhas, Tucano, Heliópolis, Itapicuru, Araci, Banzaê, Caetité, Barra da Estiva, Rio de Contas, Jaguarari, Sobradinho e Juazeiro) abrangidos por seis Escritórios Regionais da CAR. No momento, 59 projetos já estão executados e os beneficiários encontram-se em fase de capacitação.

Assentamentos rurais – Objeto de um convênio com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, o Produzir está executando em áreas de assentamento 24 sistemas de abastecimento de água.

Intercâmbio

O Governo do Estado recebeu, no mês de abril de 2009, uma delegação do Governo Chinês e autoridades do Banco Mundial com o objetivo de conhecer a experiência do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR na Bahia, o que ocorreu com a visita aos municípios de Tucano, Ribeira do Pomboal, Cipó e Conceição do Coité. Essa atividade envolveu a realização de reuniões com os Conselhos Municipais, as Associações Comunitárias e visitas técnicas aos projetos produtivos e sociais apoiados que têm dado respostas satisfatórias às comunidades rurais e promovido o fortalecimento do capital social uma das metas prioritárias do Produzir.

Projeto de Desenvolvimento Comunitário para as Áreas Rurais mais Carentes do Estado da Bahia – Projeto Gente de Valor

As atividades desenvolvidas neste exercício atenderam 282 comunidades organizadas espacialmente e por características de identidade cultural, econômica e produtiva em 103 unidades de planejamento denominadas subterritórios. Estes subterritórios e suas comunidades estão inseridas nos 34 municípios da área de atuação do projeto. As atividades foram pautadas no fortalecimento do capital humano e social local e no desenvolvimento produtivo de forma ambientalmente sustentável. Em todas as ações, foi garantida a equidade de oportunidades para mulheres e jovens daquelas localidades.

Os subterritórios e comunidades receberam assessoramento técnico, realizado num sistema de parcerias com organizações locais. Esta assessoria é prestada por jovens residentes nas localidades, os quais foram capacitados para atuarem como Agentes de Desenvolvimento Subterritorial – ADS. Além dos ADS, foram contratados 11 Assistentes Técnicos – AT com formação técnica agrícola e conhecimento em atividades de convivência com o Semiárido, sendo nove para os municípios da Região Nordeste (NE) e dois para região Sudoeste (SO) do Estado da Bahia.

A Tabela 10 mostra como estão distribuídos os subterritórios, os Conselhos de Desenvolvimento Subterritorial – CDST por Município e jovens Agentes de Desenvolvimento Subterritorial – ADS contratados e o número de pessoas beneficiadas.

TABELA 10
**PROJETO GENTE DE VALOR - NÚMERO DE ADS E CDST POR MUNICÍPIO E SUBTERRITÓRIO
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	SUBTERRITÓRIOS	COMUNIDADES	CDST ¹	ADS ²	PESSOAS BENEFICIADAS
Abaré	3	8	3	3	616
Adustina	4	9	4	4	1.481
Antas	3	7	3	3	906
Aracatu	2	8	2	2	754
Banzaê	5	8	5	5	1.160
Boa Nova	3	8	3	3	907
Bom Jesus da Serra	2	4	2	2	946
Caetanos	3	8	3	3	752
Cansação	3	11	3	3	1.190
Canudos	3	7	3	3	685
Chorrochó	2	7	2	2	477
Cícero Dantas	4	9	4	4	923
Coronel João Sá	3	9	3	3	726
Euclides da Cunha	4	12	4	4	1.613
Fátima	3	8	3	3	1.189
Glória	3	7	3	3	1.155
Heliópolis	3	7	3	3	721
Itapicuru	3	11	3	3	1.325
Jeremoabo	4	10	4	4	1.408
Macururé	2	6	2	2	835
Manoel Vitorino	3	8	3	3	1.092
Mirante	2	7	2	2	858
Monte Santo	5	18	5	5	3.141
Nordestina	3	8	3	3	1.511
Novo Triunfo	3	7	3	3	601
Paripiranga	4	10	4	4	1.842
Pedro Alexandre	2	9	2	2	868
Planalto	2	5	2	2	783
Poções	3	8	3	3	1.008
Quijingue	4	11	4	4	1.202
Ribeira do Amparo	3	9	3	3	1.268
Rodelas	1	1	1	1	135
Santa Brígida	3	9	3	3	1.150
Sítio do Quinto	3	8	3	3	1.243
TOTAL³	103	282	103	103	36.471

Fonte: SEDIR/CAR

(1) Conselho de Desenvolvimento Territorial

(2) Agente de Desenvolvimento Subterritorial

(3) O Contrato de empréstimo prevê a meta de 35.000 pessoas beneficiadas

Obs: Dados até 31/12/09

A presença e investimentos do projeto nos subterritórios estão assegurados com a elaboração dos Projetos de Desenvolvimento Produtivo de cada subterritório. Estes projetos contemplam todas as ações e atividades necessárias ao desenvolvimento local e incluem

um cronograma de ações para os próximos dois anos. Neste exercício, foram elaborados 17 Projetos de Desenvolvimento Produtivo e 86 encontram-se em elaboração. O Quadro 4 apresenta os subterritórios que já estão com seus projetos elaborados.

QUADRO 4

**PROJETO GENTE DE VALOR - PROJETOS POR REGIÃO, MUNICÍPIO E SUBTERRITÓRIO
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO / REGIÃO	SUBTERRITÓRIO
Abaré - NE	Riacho da Varjota
Banzaê - NE	Aldeia Marcação Kiriri
Coronel João Sá - NE	Umbuzeiro
Heliópolis - NE	Cajueiral
Itapicuru - NE	União
Jeremoabo - NE	Ribeirinhos
Monte Santo - NE	União Faz a Força
Nordestina - NE	Sol Nascente
Novo Triunfo - NE	Alto da Esperança
Sítio do Quinto - NE	Unidos pelas Frutas Nativas
Boa Nova - SO	Rumo ao Futuro
Boa Nova - SO	Unidos
Boa Nova - SO	Vitória
Manoel Vitorino - SO	Monte Alto
Manoel Vitorino - SO	Nova Esperança
Mirante - SO	Quatro Forças Unidas

Fonte: SEDIR/CAR

Em consonância com as diretrizes prioritárias de Governo, a oferta hídrica representou 100% das obras executadas em 2009. As cisternas foram construídas em parceria com as comunidades e suas organizações. Ressalta-se que no caso dos municípios de Aracatu,

Caetanos, Coronel João Sá, Mirante e Santa Brígida a soma dos esforços das comunidades, em mutirões, e o reaproveitamento de materiais resultaram na ultrapassagem da quantidade prevista total. As tabelas 11 e 12, abaixo, demonstram as obras por tipo e município.

TABELA 11

**OBRAS HÍDRICAS POR MUNICÍPIO
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	PREVISTAS	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
ABARÉ	1	0	1
Barragem recuperação	1	0	1
BANZÁÊ	2	0	2
Sistema de abastecimento de água	1	0	1
Poço	1	0	1
MACURURÉ	11	0	11
Barragem - construção	1	0	1
Barragem - recuperação	6	0	6
Sistema de abastecimento - implantação	2	0	2
Sistema de abastecimento - recuperação	2	0	2

Continua

Conclusão da Tabela 11

FÁTIMA	19	18	1
Sanitário residencial	18	18	0
Sistema de abastecimento - implantação	1	0	1
PLANALTO	1	0	1
Sistema de abastecimento - implantação	1	0	1
TOTAL	34	18	16

Fonte: SEDIR/CAR

Obs: Obras hídricas, exceto cisternas. Estas obras integram recursos inscritos em restos a pagar 2008, à exceção o município de Banaê, cujos convênios são do exercício de 2009.

TABELA 12

NÚMERO DE CISTERNAS POR MUNICÍPIO E ESTÁGIO DE EXECUÇÃO¹
BAHIA, 2009

MUNICÍPIO	PREVISTAS	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Abaré	31	31	0
Aracatu	322	646	0
Boa Nova	20	0	20
Bom Jesus Da Serra	98	69	29
Caetanos	0	138	0
Cansanção	68	0	68
Canudos	112	0	112
Chorrochó	112	0	112
Coronel João Sá	90	136	0
Euclides Da Cunha	119	0	119
Fátima	122	24	98
Itapicuru	86	16	70
Jeremoabo	55	0	55
Macururé	151	127	32
Manoel Vitorino	106	0	106
Mirante	0	94	0
Monte Santo	145	0	145
Nordestina	28	28	0
Novo Triunfo	60	0	60
Paripiranga	35	0	35
Pedro Alexandre	218	0	218
Planalto	96	18	78
Poções	132	0	132
Quijingue	54	0	54
Ribeira Do Amparo	70	0	70
Santa Brígida	150	192	0
TOTAL	2.480	1.519	1.613

Fonte: SEDIR/CAR

Continua

Garantia Safra

Após sucessivas secas enfrentadas pelos agricultores familiares em grande parte do Estado da Bahia e sendo necessário o emprego de ações emergenciais, a partir de 2002, foi instituído o Programa Garantia-Safra, uma ação permanente que se fundamenta em um arranjo institucional com a participação de agricultores familiares, dos Municípios, do Estado e da União. O controle social do benefício ocorre mediante participação de entidades da sociedade civil representada nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRS, responsáveis pela seleção e reconhecimento dos beneficiários.

A divulgação do Programa Garantia Safra é feita pela EBDA, em função da capilaridade de suas bases físicas no Estado. O programa visa garantir aos agricultores familiares do semiárido a segurança de uma renda mínima, caso aconteça a frustração da safra,

em função das intempéries climáticas. No ano agrícola 2008/2009, ocorreram 22.604 adesões de agricultores, sendo 11.217 na safra verão e 11.387 na safra inverno, em 89 municípios no total.

Na safra 2009/2010, foram inscritos ao Garantia Safra 42.100 agricultores, o que mostra que o programa tem muito a crescer, comparando-se com o universo dos agricultores familiares do Estado da Bahia, que é o maior do Brasil (em torno de 662 mil).

Estima-se que, com o início das inscrições da safra de inverno, até fevereiro de 2010, o quantitativo alcance 80 mil agricultores inscritos no programa, resultando no incremento de mais de 200% entre as safras 2008/2009 para 2009/2010.

Tem sido crescente a adesão dos municípios ao Garantia Safra desde os anos agrícolas 2004/2005, conforme Tabela 13.

TABELA 13 GARANTIA SAFRA - SAFRAS 2004/2005 A 2009/2010
BAHIA, 2009

ANO SAFRA	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10*
Nº de municípios aderidos	40	35	22	54	89	79
Agricultores aderidos	8.907	9.148	6.067	15.173	22.604	42.100**
Nº. de municípios que receberam os benefícios	1	8	7	28	40	-
Nº. de agricultores que receberam os benefícios	582	2.565	2.105	9.528	8.598	-

Fonte: SEAGRI/EBDA/SUAF

(*) safra de verão

(**) resultado apurado não concluído

A distribuição das adesões dos municípios por Territórios de Identidade nas safras verão 2008/2009 e inverno 2009 estão apontados nas Tabelas 14 e 15 a seguir:

TABELA 14 ADEÇÃO DOS MUNICÍPIOS E AGRICULTORES AO GARANTIA SAFRA VERÃO 2008/2009
BAHIA, 2009

TERRITÓRIO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE AGRICULTOR	MUNICÍPIO
Bacia do Paramirin	1	311	Macaúbas
Bacia do Rio Corrente	2	245	Santa Maria Vitória, São Félix do Coribe
Chapada Diamantina	1	52	Andaraí
Irecê	12	2.688	Cafarnaum, América Dourada, Uibaí, João Dourado, Lapão, Canarana, São Gabriel, Irecê, Presidente Dutra, Jussara, Central, Carinhanha
Piemonte da Diamantina	1	57	Mirangaba
Sertão do São Francisco	4	3.683	Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso
Sertão Produtivo	8	2.448	Malhada de Pedras, Sebastião Laranjeiras, Candiba, Ibiassussê, Iuiú, Palmas do Monte Alto, Guanambi, Brumado
Vale do Jequiriçá	4	251	Iramaia, Brejões, Maracás, Nova Itarana
Velho Chico	7	1.482	Carinhanha, Malhada, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho, Matina, Paratinga, Ibotirama
TOTAL	40	11.217	-

Fonte: SEAGRI/SUAF

TABELA 15
**ADEÇÃO DOS MUNICÍPIOS E AGRICULTORES AO GARANTIA SAFRA INVERNO 2009
 BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE AGRICULTOR	MUNICÍPIOS
Piemonte Norte do Itapicuru	7	908	Caldeirão Grande, Campo Formoso, Pindobaçu, Ponto Novo, Jaguarari, Senhor do Bonfim, Andorinha
Portal do Sertão	11	4.254	Coração de Maria, Feira de Santana, Ipirá, Conceição da Feira, Ipecaetá, Santanópolis, Santo Estêvão, Anguera, Antônio Cardoso, Tanquinho, Santa Bárbara
Bacia do Jacuípe	7	614	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Pé de Serra, Várzea da Roça
Semiárido Nordeste II	7	819	Ribeira do Pombal, Banzaê, Cipó, Heliópolis, Nova Soure, Ribeira do Amparo, Sítio do Quinto
Recôncavo	2	107	Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves
Sisal	12	4.502	Araci, Barrocas, Candeal, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Serrinha, Tucano, Valente
Piemonte do Paraguaçu	2	141	Itatim, Tapiramutá
Piemonte da Diamantina	1	42	Serrolândia
TOTAL	49	11.387	-

Fonte: SEAGRI/SUAF

Entre novembro de 2008 a novembro de 2009, cerca de 120 mil novos agricultores familiares tiveram Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP emitidas, que, somadas às inscrições anteriores vigentes, totalizam 303 mil inscrições, significando que quase 50% do universo dos agricultores familiares no Estado da Bahia já estão contemplados com este importante instrumento que permite acessar diversas políticas públicas no país.

A DAP é um documento obrigatório para que o agricultor familiar possa obter crédito e participar dos programas estaduais e federais. Somente na Bahia, por solicitação do Governo do Estado, existe a DAP *off line*, que possibilita que o cadastramento seja efetuado e só depois enviado via internet para o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Também na Bahia, está sendo lançado o Programa de Universalização das DAP, que vai facilitar o cruzamento de informações sobre a agricultura familiar em todo o país, facilitando a criação de políticas públicas para o setor.

Terra de Valor

O Terra de Valor tem por objetivo promover o desenvolvimento do semiárido baiano e diminuir as desigualdades regionais existentes no Estado. No ano de 2009, as ações se concentraram nos 51 municípios previstos para a primeira etapa, sendo seis no Território de Itaparica, 18 no Território Semiárido Nordeste II, 20 no Território do Sisal, quatro no Território Agreste de Alagoinhas e três no Território Sertão do São Francisco. Articulado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, o Terra de Valor, possuindo transversalidade necessária com as demais secretarias de Estado, é voltado à efetivação de ações imediatas vinculadas aos quatro grandes eixos de atuação que fortalecem a região: produtivo, infraestrutura, social e institucional.

Com a estratégia de atuação definida em quatro etapas, o programa procurou efetivar as 95 ações

previstas para o período 2008-2010, estando, entre janeiro a outubro de 2009, com 79 ações em andamento e 16 ainda não iniciadas. Em decorrência da transversalidade, as realizações do Terra de Valor estão qualificadas e quantificadas nas diretrizes específicas deste Relatório Anual de Governo.

Dentre as ações realizadas pelo Terra de Valor, desde o seu lançamento, em outubro de 2008, até outubro de 2009, pode-se destacar:

- Pela Sema, a conclusão da construção de 217 Sistemas Simplificados de Água, 96 ampliados e seis recuperados, além dos que se encontram em andamento com 50 construções e três ampliações, com investimento de R\$ 18,3 milhões;
- Pela Sesab, a construção e reforma em 92 Unidades Básicas de Saúde, com investimento de R\$ 6,5 milhões;
- Pela Seinfra, em andamento a conservação e melhoria de 272 quilômetros em dez trechos de estradas, com investimentos de R\$ 23,5 milhões;
- Pela SEINFRA, em andamento a implementação de cerca de 6.500 ligações rurais à rede de energia elétrica em 47 municípios, com investimentos de R\$ 41,6 milhões;
- Pela SEDIR/CAR (Programa Gente de Valor), está andamento a assistência técnica a mais de 29 mil pessoas, assessoria a 230 comunidades, capacitação de mais de duas mil pessoas, formação de 83 Conselhos de Desenvolvimento, construção de 213 cisternas e 18 unidades sanitárias, com investimento de R\$ 24,9 milhões;
- Pela SEDIR/CAR (Programa Produzir), implantação de 134 projetos comunitários, sendo: cinco barragens, 155 sistemas simplificados de abastecimento de água, 14 melhorias sanitárias, 38 cisternas, seis melhorias habitacionais, quatro casas de farinha, dentre outras, com investimento de R\$ 11,7 milhões.

Por ser um programa transversal não apenas com as unidades da administração estadual, como também com as das administrações federal e municí-

pal, a SEDIR tem procurado articular ações com todas essas unidades. Para o seu bom andamento, a SEDIR promove articulação, também, com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

Em 2009, houve articulações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para a compatibilização do Terra de Valor com o Território da Cidadania, promovido por aquele Ministério e beneficiando os 44 municípios integrados aos Territórios de Identidade Sisal, Itaparica e Semi-árido Nordeste II. Com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a SEDIR está promovendo gestões para a implantação do Projeto Cajuba, que tem como finalidade o assentamento de 400 famílias para a produção de frutas tropicais numa área de 18 mil hectares localizada nos municípios de Nova Soure e Tucano, cuja produção será direcionada para uma unidade industrial de beneficiamento de frutas em funcionamento no município de Nova Soure em liquidação. Junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, está compatibilizando as obras rodoviárias federais prioritárias na área de abrangência do Terra de Valor, em consonância com as trechos de obras das estradas estaduais em execução.

Durante o ano de 2009, a SEDIR intermediou reuniões de projetos públicos e privados com instituições financeiras e/ou prestadoras de serviços do setor público e privado, como Banco do Nordeste – BNB, Banco do Brasil – BB, Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A – Desembahia, Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, a exemplo do projeto Itaueira, no município de Ribeira do Pombal, área integrante do Projeto Terra de Valor. Articulou, também, reuniões com as cooperativas e associações vinculadas às culturas de caprino, sisal e mel, junto aos bancos de desenvolvimento públicos para negociação de novos empréstimos e mudança do perfil da dívida.

Programa Biossustentável

O Programa Biossustentável da SEAGRI tem como objetivo inserir a agricultura familiar na base de produção e beneficiamento das culturas fornecedoras de óleo para biodiesel e apresenta as seguintes metas:

- Elevar de 40 mil para 100 mil o número de agricultores envolvidos na cadeia produtiva do biodiesel até o ano de 2010;
- Ampliar a área plantada para 200 mil hectares com oleaginosas consorciadas com culturas alimentares;
- Contribuir para o aumento da renda média das famílias contempladas pelo Biossustentável.

O Biossustentável tem como linhas de atuação: o fortalecimento da base de produção de oleaginosas e culturas alimentares em consórcios, mediante a produção e distribuição de sementes; o apoio no processo de negociação entre as empresas produtoras de biodiesel e os agricultores familiares para a contratualização da compra a preços justos; a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater integrada (selo combustível social), bem como o apoio às estruturas cooperativas de esmagamento. Para tanto, o programa distribui insumos, máquinas e equipamentos necessários ao cultivo de culturas oleaginosas, apoiando, assim, a constituição e fortalecimento de cooperativas de agricultores produtores de oleaginosas.

A SEAGRI, através do Programa Biossustentável, vem apoiando o processo de negociação entre as empresas produtoras de biodiesel e as cooperativas de agricultores familiares na contratualização da compra, a preços justos, bem como o apoio à constituição e fortalecimento das cooperativas destes agricultores e das estruturas cooperativas de esmagamento.

Em 2009, a SEAGRI investiu na captação de recursos junto à Fundação Banco do Brasil para a implantação de uma Unidade de Esmagamento de Oleaginosas sob gestão da Cooperativa dos Pequenos Produtores da Região de Olindina – Coopro, com previsão de investimento de quase R\$11 milhões, que deverá beneficiar mais de dez mil famílias de agricultores rurais dos Territórios Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas, Semiárido Nordeste II e Sisal.

Além disso, a SEAGRI vem acompanhando o Projeto Polos de Biodiesel do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e tem participação efetiva nas Reuniões de Análise Crítica da Petrobras Bio-combustível – RAC e nas reuniões semanais do Programa Estadual Bahiabilio.

As ações desenvolvidas em 2009 favoreceram fortemente a inserção da agricultura familiar na ca-

deia de oleaginosas, promovendo, além das ações supracitadas, reuniões com as cooperativas de produção de oleaginosas para avaliação do Programa de Biodiesel e possível ajuste, além de acompanhamento, esclarecimento e direcionamento de ações junto aos agricultores familiares dos territórios que serão contemplados com insumos, máquinas, equipamentos, unidade de esmagamento de oleaginosas e Assistência Técnica e Extensão Rural.

A SEAGRI, através da EBDA, vem apoiando os interesses da agricultura familiar no que se refere à geração de tecnologias para o desenvolvimento de sistemas de produção de oleaginosas, levando assistência técnica aos agricultores familiares nesta atividade.

Ao longo do ano de 2008 e 1º semestre de 2009, a EBDA vem executando ações de pesquisa em áreas de agricultores familiares, totalizando 15 ensaios experimentais com culturas oleaginosas (mamona e pinhão manso) em diversas regiões/Territórios de Identidade do Estado, para observar e comparar os seus comportamentos em relação à produção de óleo. A EBDA firmou contrato com a Petrobras para prestar assistência técnica a agricultores de 91 municípios selecionados para produzirem girassol na safra de inverno de 2009, sendo mobilizados 7.534 agricultores.

Destaca-se, também, a realização de nove cursos na área de oleaginosas, visando à implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, através dos quais foram capacitados 212 técnicos multiplicadores de prefeituras, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Fetag, de Sindicatos de Trabalhadores, da Universidade Estadual da Bahia – Uneb, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e da EBDA.

Programa Valorização dos Ativos Ambientais

O Programa Valorização dos Ativos Ambientais busca garantir o uso sustentável dos recursos ambientais, a recuperação dos solos em unidades de produção de base familiar, orientando tecnologias para a subsolagem e a descompactação de solos. Tendo em vista a necessidade de melhoria da estrutura física dos solos, a SEAGRI/EBDA continua disponibilizando para os agricultores familiares equipamentos compostos por 30 tratores com sub-

solador, grade aradora e niveladora, para realizar a recuperação dos solos através da prática da subsolagem.

Com esta prática, foram recuperados 650 hectares de solos coesos no Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte e os resultados obtidos estão refletidos na recuperação de pomares cítricos visíveis através do crescimento significativo do sistema radicular, infiltração e capilaridade de água no solo, melhor absorção dos nutrientes e, finalmente, aumento na produtividade da cultura, que passou de 16 t/ha para 20 t/ha pela leitura de campo, quando realizadas as práticas orientadas. Essa atividade foi realizada, também, em solos compactados no Sudoeste com a cultura do algodão em perímetros irrigados, saindo de um rendimento de 70 t/ha para 130 t/ha.

Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Secafes

O objetivo desse sistema é fomentar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, através da sua adequação às demandas de mercado, promover a criação de espaços voltados à comercialização, abrir novos canais de comercialização e capacitar agricultores para o gerenciamento de empreendimentos.

Visando possibilitar o fortalecimento da organização dos produtores e da produção, com base em formas associativas, aumentar o seu poder de governança nas cadeias produtivas onde se inserem e incrementar seu nível de renda, a SEAGRI tem buscado oportunidades para estes agricultores a partir da obtenção de melhores preços na venda dos seus produtos e obtenção de insumos e serviços de boa qualidade, mais baratos, diminuindo, conseqüentemente, os custos da produção.

Para que as demandas desse setor possam ser atendidas, as ações de campo do programa se baseiam nas Bases de Serviço de Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar –BSC, estruturas criadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e que atuam em parceria com o Estado da Bahia através desse programa. Nos anos 2007 e 2008, foram implantadas sete Bases de Serviços e Comercialização – BSC e, em 2009, este número evoluiu para 11 unidades.

Em 2009, foi realizado um curso de extensão em Gestão de Cooperativas e o público beneficiário, composto por 25 pessoas, dentre eles dirigentes, lideranças, técnicos de cooperativas, associações e novos grupos em via de formalização, saíram fortalecidos e capazes de promover a otimização dos recursos organizacionais.

Em parceria com Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, foi organizada a 1ª Oficina de Fomento ao Crédito com o objetivo de tratar questões ligadas ao crédito, tais como: acesso, inadimplência, assistência técnica, cadastramento de técnicos, emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, dentre outros, tudo isso devido aos altos índices de inadimplência do Estado. Na ocasião, foi criado um Grupo de Trabalho do Pronaf para acompanhar e propor encaminhamentos às instituições de crédito.

Os trabalhos do grupo ganharam força com a edição da Medida Provisória 432/2008 e, posteriormente, com a Lei 11.775/2008, que tratava da renegociação das dívidas dos agricultores e suas prorrogações. A última prorrogação de prazo estendeu a renegociação até 30 de outubro de 2009, permitindo a construção de uma agenda nos territórios de identidade para tratar do assunto.

Os principais resultados decorrentes da atuação do referido grupo podem ser constatados através: da renegociação, no ano de 2009, de 60% do total de 130 mil operações inadimplentes no Estado; cadastramento de emissores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/Pronaf, que passa a ser estadual e realizado pela EBDA, como também o lançamento da DAP versão 1.7 Off-line a nível nacional, que, na Bahia, ocorreu em dezembro de 2009.

Através do Programa Secafes, a SEAGRI discute com a Secretaria da Educação do Estado – SEC a inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar da rede pública estadual e, da mesma forma, também está sendo encaminhada proposta às prefeituras para o atendimento da rede de ensino pública municipal, sendo o assunto discutido em sete seminários territoriais viabilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Com o objetivo de permitir o acesso dos produtos da agricultura familiar à rede de lojas da Cesta do Povo, foi realizado o mapeamento das produções dos empreendimentos ligados à Agricultura Familiar no Estado que atendem à legislação vigente, possuem embalagens, rótulos, aroma e textura aprovados pela Empresa Baiana de Alimentos S.A. – EBAL e que estejam adimplentes com o Estado. Atualmente, participam do programa seis cooperativas, com mais de duas mil famílias beneficiadas.

As Vilas da Agricultura Familiar e as Feiras da Agricultura Familiar são espaços criados para facilitar a comercialização através de stands cedidos aos empreendimentos familiares. Ao final de cada ano, a Fenagro é aguardada com grande expectativa entre os agricultores, pois, neste evento, está sendo instalada a Vila, com capacidade de congregação empreendimentos dos diferentes territórios do Estado.

Em 2009, foram realizadas nove Vilas da Agricultura Familiar, das quais oito em áreas das exposições agropecuárias, com a comercialização de produtos dos empreendimentos de agricultores familiares. Nas oito primeiras feiras, participaram 86 empreendimentos de diversos territórios do Estado, comercializando um valor total de R\$ 68,8 mil, o que corresponde, em média, R\$ 800 por expositor. Além do ganho econômico, há outro imensurável, que é a divulgação dos produtos e dos empreendimentos, possibilitando contato com potenciais compradores, o que permite negócios futuros.

No período de 28 de novembro a 7 de dezembro de 2009, foi realizada mais uma Vila da Agricultura Familiar, na Fenagro, contando com a participação de 250 representantes de 120 empreendimentos da agricultura familiar. Além disso, visando à inserção dos produtos da agricultura familiar nos bares e restaurantes da Bahia, em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, foi montada uma cozinha experimental, abastecida com 90% de ingredientes provenientes da agricultura familiar. Paralelo à feira, foram realizadas rodadas de negócios e estabelecidos contatos para negócios futuros.

Outro importante marco deste Governo é a concessão do Selo da Agricultura Familiar. O selo é uma marca de origem da produção para produtos provenientes de empreendimentos solidários ou

de agricultores individuais possuidores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/ Pronaf. O selo tem caráter promocional e certificador de origem, o que agrega valor ao produto comercializado.



É concedido preferencialmente aos produtos agroecológicos, registrados nos órgãos competentes, de organizações com gestão participativa. O gerenciamento do selo se dá via comitê gestor, que é formado por Governo Federal, Estadual e pela sociedade civil.

O selo esteve estampado em todos os produtos dos 55 empreendimentos da Agricultura Familiar que participaram da 1ª Feira Feminista e Solidária da Bahia e nos produtos dos 22 empreendimentos participantes da VI Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, no Rio de Janeiro. Dentre os produtos comercializados, havia doces, beijos, farinha, chocolate, palmito, mel e artesanatos.

Mata Verde

O Projeto Mata Verde tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica, através da instalação de Sistemas Agroflorestais diversificados, com a manutenção e recuperação da lavoura cacaueteira, assegurando aos agricultores familiares a formação de quintais produtivos e outras ações capazes de promover a inclusão social pela segurança alimentar e nutricional.

O Projeto Mata Verde prevê atender um total de 50 mil famílias, que serão beneficiadas com as ações de diversificação agropastoril, aumento da produção de hortifrutigranjeiros, através da oferta sistemática de sementes e mudas, assistência técnica, implantação de agroindústrias e acesso dinâmico ao crédito para os agricultores familiares, promovendo também a interrelação com o turismo rural.

A região que compõe o bioma Mata Atlântica é composta por 153 municípios, abrangendo oito territórios: Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul, Extre-

mo Sul, Rio das Contas, Itapetinga, Vale do Jiquiriçá e Agreste de Alagoinhas /Litoral Norte.

Para o fortalecimento da cadeia produtiva da seringueira, ao todo serão distribuídas um milhão de mudas para 3.670 agricultores familiares, visando a implantação de 2.500 hectares em 32 municípios. Até dezembro de 2009, foram distribuídas 186.400 mudas de seringueiras, beneficiando 724 famílias.

O ciclo produtivo da seringueira tem início a partir do 6º ano após o seu plantio, e os agricultores beneficiados terão retorno econômico a partir do 1º ano, já que o plantio das mudas doadas atende ao preconizado no Sistema Agroflorestal – SAF, que permite a inserção de outras culturas, como o cacau e cultivares de ciclo curto (abacaxi, mandioca, banana etc).

A previsão é de que, no Sistema de Produção Agroflorestal – SAF, sejam implantadas 400 árvores/ha de seringueiras e a produção esperada com os novos clones são de no mínimo 1.000kg de borracha fresca por hectare ao ano. Considerando que o preço atual de mercado da borracha fresca é de R\$ 1,50/kg, tais plantios deverão render R\$ 1.500/ha/ano ao produtor. Considerando que serão plantados 2.500 hectares ao todo, espera-se uma produção de 2,5 milhões de quilos de borracha, o que irá totalizar uma receita de R\$ 3,75 milhões para os agricultores dos territórios contemplados.

No Território do Baixo Sul, serão distribuídas 400 mil mudas de seringueira, contemplando 13 municípios e 2.228 agricultores beneficiados. Até o momento, foram entregues 70 mil mudas a 412 agricultores dos municípios de Teolândia, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Nilo Peçanha e Camamu.

Na região do Território do Extremo Sul, a distribuição será de 200 mil mudas e irá promover a implantação de 500ha de seringueira para os agricultores familiares dos municípios de Prado, Belmonte, Mucuri, Itamaraju, Guaratinga, Nova Viçosa e Jucuruçu, beneficiando 642 agricultores. Até o momento, foram entregues 25.200 mudas a 84 produtores dos municípios de Prado e Itamaraju.

No Território do Litoral Sul, será realizada a distribuição de 400 mil mudas de seringueira para a im-

plantação de 1.000ha, beneficiando os municípios de Arataca, Camacã, Ilhéus, Buerarema, Itajuípe, Juçará, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Coaraci e Una, devendo atender a 800 agricultores. Já foram entregues 91,2 mil mudas a 228 produtores rurais em sete municípios.

Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – Uniater

O Programa Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – Uniater tem como objetivo dinamizar a produção e a rentabilidade das propriedades rurais, a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas e ao crédito.

É compromisso do Governo do Estado assegurar os serviços de assistência técnica a 662 mil agricultores familiares, contando para tal com uma política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o qual passa a ser o responsável pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo Federal, e com a SEAGRI, através da Superintendência da Agricultura Familiar – Suaf e da EBDA, além de convênios com organizações sociais credenciadas.

As organizações sociais têm sido parceiras do Estado e estão levando a assistência técnica ao campo através do Programa Universalização da Assistência Técnica – Uniater, que tem como base uma metodologia que vai além de uma simples intervenção no meio rural, pois busca dinamizar a produção e a rentabilidade das propriedades rurais, a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas e ao crédito.

Foram firmados 18 convênios em 2008/2009 para atender 58.500 agricultores familiares com Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater e, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, foram efetivados mais sete convênios para atender 11.749 agricultores.

Visando dar continuidade e ampliar esta ação, em dezembro de 2009, foram aditados 13 convênios iniciados no ano anterior e firmados mais outros 20 em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, através Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR,

com o objetivo de atender 108 mil famílias em 2009/2010, contribuindo com o aperfeiçoamento da relação Estado - Sociedade Civil.

As 18 Organizações Sociais conveniadas com a SEAGRI através do Programa de Universalização de Assistência Técnica foram:

- Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Aeca;
- Associação Regional de Convivência Apropriada a Seca – Arcas;
- Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – Aecofaba;
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – Accojus;
- Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar – Ascoob;
- Associação dos Pequenos Produtores da Barra da Ipueira – Ceta;
- Associação de Produtores Rurais das Fazendas Integradas de Cacimba do Silva e Sertãozinho;
- Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves – CFR-PTN;
- Centro de Apoio dos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana – Catrufs;
- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – Fundação Apaeb;
- Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional – Fase;
- Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia – Fatres;
- Federação dos Trabalhadores (as) da Agricultura Familiar do Estado da Bahia – Fetraf;
- Instituto Regional da Produção Agropecuária Apropriada – Irpaa;
- Movimento de Organização Comunitária - MOC;
- Rede das Escolas Famílias Agrícolas de Integração do Semiárido – Refaisa;
- Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – Sasop;
- Prefeitura Municipal de Pintadas.

Dentre as ações desenvolvidas, durante o ano de 2009, e que serviram para o fortalecimento da agricultura familiar, com aumento da produção e da diversificação da produção, merecem registro:

- Acompanhamento e monitoramento dos sete convênios firmados em parceria com a

CAR, assinados no final de 2008, e que permitiram o atendimento de 11.749 agricultores familiares;

- Dinamização da Câmara e Fórum Estadual de Ater, articulando a realização de dois seminários estaduais do Fórum de Ater;
- Realização do Seminário da Rede Baiana de Ater;
- Credenciamento de 69 instituições para a execução dos projetos de Ater;
- Implantação de sistema informatizado de cadastramento e acompanhamento de agricultores familiares da Ater pública não estatal;
- Fomento das ações de Ater nos municípios de abrangência do Programa Terra de Valor;
- Realização do curso sobre Gestão de Convênios e de Prestações de Contas para 46 participantes que representaram 31 organizações;
- Implantação dos projetos produtivos dos jovens multiplicadores de Ater;
- Consolidação das cadeias produtivas de caprinovincultura e apicultura como alternativa econômica das propriedades rurais;



Projeto produtivo de caprinos em Inhambupe com a Refaisa

Acervo: SEAGRI



Projeto produtivo de horticultura em Licínio de Almeida com a Aecofaba

Acervo: SEAGRI

- Realização da 1ª Jornada da Agricultura Familiar, um encontro realizado em Salvador, que reuniu 489 agricultores familiares e suas representações durante dois dias, em cinco oficinas temáticas, para a discussão da aplicação das políticas públicas para o setor, especialmente aquelas voltadas para a Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, crédito fundiário e comercialização de produtos.

Os principais resultados decorrentes do Programa de Universalização de Assistência Técnica, no ano de 2009, foram:

- Fortalecimento da agricultura familiar com o aumento da produção e da diversificação;
- Inovação na metodologia da assistência técnica aos agricultores familiares com utilização de jovens multiplicadores e trabalhos em grupo;
- Orientação e supervisão do trabalho de assistência técnica realizado por jovens, melhorando a organização dos trabalhos de assistência técnica;

- Introdução de práticas agrícolas agroecológicas, promovendo mudanças na prática dos agricultores;
- Agricultores mais organizados para a produção e comercialização;



Acervo: SEAGRI

Encontro de juventude camponesa em Conceição do Coité



Acervo: SEAGRI

Projeto produtivo de caprinos em Inhambuque com a Refaisa



Acervo: SEAGRI

Curso de agroecologia para jovens em Riacho de Santana



Acervo: SEAGRI

Projeto produtivo de fruticultura em Rio Real com a Refaisa



Acervo: SEAGRI

Projeto de avicultura em Feira de Santana com a Catrufs

- Agricultores capacitados em gestão, administração rural e associativismo;
- A agricultura familiar produzindo alimentos, gerando renda e ocupação no setor rural;
- Resgate e reavaliação do conhecimento das tecnologias camponesas;
- Redução do uso de insumos externos;
- Segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais com variedades cultivadas locais;
- Inserção das políticas públicas: discussão do Programa Garantia Safra, Pronaf e política de acesso à terra;
- Organização da produção e comercialização com novos empreendimentos agroindustriais, tais como casas de farinha e casa do mel.



Acervo: SEAGRI

Projeto produtivo de fruticultura dos jovens da Escola Família Agrícola em Rio Real

Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – Trilha

Este programa busca a inserção de grupos de jovens do campo em cadeias produtivas que possibilitem a inclusão econômica e social. É desenvolvido em parceria com as Secretarias da Educação – SEC, do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, buscando, além da implantação de sistemas produtivos para geração de renda, a elevação da escolaridade e a qualificação profissional.

O Programa Trilha visa o combate à pobreza no campo, combinando o aporte de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep com outros oriundos das linhas de apoio à agricultura familiar, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Pela primeira vez na história, o Governo do Estado da Bahia estabelece políticas específicas para a juventude, reconhecendo os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais, que oportunizará a inserção de milhares de jovens no mundo de trabalho, com elevação de escolaridade.

Em 2008, foi publicado o edital de chamamento público para seleção de propostas de projetos de inserção de grupos de jovens do campo em cadeias produtivas e, em 2009, foram selecionados 33 projetos para atender 1.187 jovens (Tabela 16), observando os critérios:



Acervo: SEAGRI

Encontro de avaliação das Redes Escolas Famílias Agrícolas – Aecofaba e Refaisa em Feira de Santana



Acervo: SEAGRI

Curso de cooperativismo realizado em Salvador

- Jovens moradores da zona rural com idade entre 16 a 29 anos;
- Sem emprego formal;
- Pertencente às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família;

- Participantes de atividades de formação escolar promovidas pelo Governo do Estado;
- Jovens que devem cursar da alfabetização ao Ensino Médio.

TABELA 16

**PROJETOS TRILHA
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	PROJETO / CADEIA PRODUTIVA	JOVEM BENEFICIADO
1 Ajustina	Associação Povoado Quixabeira	Doce do Umu	50
2 Banaê	Associação Apícola	Avicultura	30
3 Banaê	Associação Apícola	Agroindústria de Doce	40
4 Barra	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	30
5 Barra	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	30
6 Barra	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	40
7 Buritirama	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	30
8 Buritirama	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	30
9 Buritirama	Centro de Estudo Socioambiental da Bacia do São Francisco	Avicultura	40
10 Cansanção	União das Associações dos Pequenos Agricultores de Cansanção	Caprino-ovinocultura	50
11 Cansanção	Humana Povo para o Povo	Força Jovem/Apicultura	40
12 Cansanção	Humana Povo para o Povo	Caprino-ovinocultura	30
13 Cansanção	Humana Povo para o Povo	Piscicultura	30
14 Coaraci	Promoção de Desenvolvimento da Educação, Mobilização e Organização Socioambiental	Apicultura	30
15 Coaraci	Promoção de Desenvolvimento da Educação, Mobilização e Organização Socioambiental	Polpa de Fruta	40
16 Coaraci	Promoção de Desenvolvimento da Educação, Mobilização e Organização Socioambiental	Doces de Fruta	30
17 Itapicuru	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	34
18 Itapicuru	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	30
19 Itapicuru	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	30
20 Nordestina	Associação dos Produtores do Assentamento Nova Vida	Caprino - ovinocultura	50
21 Nordestina	Associação dos Produtores do Assentamento Nova Vida	Caprino - ovinocultura	36
22 Nordestina	Associação dos Produtores do Assentamento Nova Vida	Caprino - ovinocultura	35

Continua

Conclusão da Tabela 16

23	Quinjingue	Humana Povo para o Povo	Caprino -ovinocultura	50
24	Quinjingue	Humana Povo para o Povo	Força	50
25	Santaluz	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira	Jovem/Apicultura	37
26	Santaluz	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira	Artesanato	30
27	Santaluz	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira	Caprino -ovinocultura	35
28	Sátiro Dias	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	34
29	Sátiro Dias	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	32
30	Sátiro Dias	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina	Avicultura	34
31	Taperoá	Projeto Onça	Avicultura	30
32	Taperoá	Projeto Onça	Horticultura de Transição	30
33	Taperoá	Projeto Onça	Apicultura	40
TOTAL			1.187	

Fonte: SEAGRI/SUAF

Os projetos foram aprovados pela Procuradoria Geral do Estado – PGE e assinados em dezembro de 2009 para execução em 2010.

Programa de Irrigação

A Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI vem desenvolvendo estudos e implantando projetos públicos de irrigação que têm propiciado, além do desenvolvimento regional, a inclusão social de agricultores e suas famílias que, historicamente, enfrentam problemas de estiagem prolongada, com frequentes frustrações de safras agrícolas, especialmente aqueles que vivem na região semiárida. Essa oportunidade de trabalhar com a agricultura irrigada e de gerar renda familiar, certamente impedirá o deslocamento dos agricultores para outras regiões, ou para grandes centros populacionais, à procura de trabalhos alternativos visando sua sobrevivência.

A seguir, estão caracterizados os projetos públicos de irrigação, bem como as atividades desenvolvidas para promover a operação e a manutenção dos equipamentos instalados:

Projeto de Irrigação Ponto Novo – Localizado no município de Ponto Novo, no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, tem como fon-

te hídrica a barragem de Ponto Novo com aporte da barragem de Pindobaçu. Possui uma área de 2.640ha irrigáveis, distribuídos em 146 lotes para agricultores familiares com área de 730ha, 59 lotes empresariais com área de 1.626ha e um lote para produção de feno denominado Pulmão Verde, com área de 110ha.

Como infraestrutura de uso comum, o projeto dispõe de uma estação de bombeamento principal com seis bombas de 400 CV; uma estação de bombeamento secundária com 6 bombas de 150 CV; 18.932m de canais revestidos; 2.316m de adutoras com diâmetros de 700mm a 1.000 mm; duas chaminés de equilíbrio; duas estações de pressurização com potência unitária de 225 CV; 34km de rede elétrica de 13.8kv e 45km de caminhos de serviço.

No Projeto de Irrigação de Ponto Novo, um total de 1.250 hectares está sendo explorado com cultivos de banana, coco, manga, maracujá, melancia, goiaba e abacaxi. O projeto tem potencialidade de gerar 2.600 empregos diretos e 3.900 empregos indiretos e um valor de produção anual de R\$ 30 milhões.

Foram investidos R\$ 130,7 mil na aquisição de adubos químicos, como uréia, superfosfato simples e cloreto de potássio, para adubação de fundação na cultura da banana em 54 lotes de irrigação explo-

rados por 54 famílias de agricultores familiares, devendo elevar a produtividade desta cultura de 15t/ha para 45t/ha e beneficiar diretamente 270 pessoas.

Projeto de Irrigação Jacuípe – Localizado no município de Várzea da Roça, Território de Identidade Bacia do Jacuípe, tendo como fonte hídrica a barragem de São José do Jacuípe, possui capacidade para irrigação de uma área de 1.002ha, distribuídos por 334 pequenas propriedades agrícolas. A infraestrutura comum do projeto é composta de uma estação de bombeamento principal com cinco bombas de 150 CV; uma estação de bombeamento secundária com seis bombas de 175 CV; 6.977 metros de adutoras com diâmetros de 500 a 800 mm; 8.860 metros de canais revestidos; um reservatório de controle com volume de acumulação de 5.400m³ e seis estações de pressurização com potência total de 240 CV.

A área irrigada parcelar do projeto vem sendo implantada por etapas, através de um convênio firmado entre a SEAGRI e o Distrito de Irrigação do Projeto Jacuípe. Atualmente, estão sendo implantados 171 hectares de sistema parcelar de irrigação, beneficiando 57 agricultores familiares. Além disso, estão sendo recuperadas 22 caixas para medição de vazão, estruturas para evitar vazamentos, bem como sistemas elétricos com a realização de ajustes operacionais, representando um investimento da ordem de R\$ 304,6 mil.

A exploração agrícola atual compreende uma área aproximada de 160 hectares, que está ocupada com os cultivos de banana, goiaba, pinha, capim, feijão, milho e olerícolas. Quando totalmente implantado, o projeto terá potencial para gerar uma receita da ordem de R\$ 7,8 milhões por ano e garantir mil empregos diretos e dois mil empregos indiretos.

Projeto de Irrigação Paulo Afonso – Localizado no município de Paulo Afonso, Território de Itaparica, tem como fonte hídrica a Barragem PA IV da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf e compreende uma área de 330,8 hectares irrigáveis, distribuídos em 55 lotes de agricultores familiares e médios agricultores.

A infraestrutura comum do Projeto de Irrigação de Paulo Afonso compreende duas estações de

bombeamento, sendo uma com quatro bombas de 175 CV e outra com quatro bombas de 150 CV; 10.120m de adutoras com diâmetros de 500 a 800mm; 11.250m de rede de distribuição na área do Tigre e 8.765m de rede de distribuição na área da Baixa do Boi.

Encontra-se em andamento a implantação do sistema de automação das estações de bombeamento EB-01 e EB-02 do projeto, que objetiva racionalizar a operação do perímetro irrigado, reduzindo consideravelmente os custos fixos de operação, especialmente com as despesas de pessoal, e propiciando aumentar o período diário de operação sem aumento significativo no custo de energia, sendo investidos R\$ 107 mil.

Um total de 330 hectares está sendo explorado com cultivos irrigados de banana, coco, maracujá, melão, melancia, tomate, quiabo, feijão, milho e mandioca. O projeto tem potencial para gerar uma receita de R\$ 9,3 milhões por ano, propiciando uma oferta de 500 empregos diretos e mil empregos indiretos.

Projeto de Irrigação Curral Novo / Fazenda Velha

– Localizado no município de Jequié, Território de Identidade Médio Rio das Contas, tem como fonte hídrica a Barragem de Pedras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf. Compreende uma área de 525,1 hectares irrigáveis, distribuídos em 114 lotes de agricultores familiares e médios agricultores.

O Projeto de Irrigação Curral Novo possui 8.630m de adutora principal instalada por gravidade e constituída de tubos de ferro fundido em seu trecho inicial e de tubos de poliéster em seu trecho posterior, com diâmetros que variam entre 400 e 800 mm, 988m de adutora secundária com diâmetro de 400 mm e 8.024m de rede de distribuição com diâmetros de 50 a 315 mm. Possui também uma estação de bombeamento tipo *booster* com duas bombas de 50 CV e uma estação de pressurização com duas bombas de 40 CV.

Está sendo realizada a implantação e melhoria do sistema parcelar de irrigação em 20 lotes de agricultores familiares, que representam uma área de 40 hectares, bem como a recuperação e manutenção da infraestrutura de irrigação (estação de

pressurização, caixas de medição e adutora). Essas ações representam um investimento de R\$ 263,5 mil e estão sendo executadas em parceria com o Distrito de Irrigação de Curral Novo/Fazenda Velha.

Como cultivos principais do projeto, têm-se a banana, coco, graviola, caju, goiaba, manga, acerola, mamão e olerícolas. O projeto tem potencial para gerar 650 empregos diretos e 970 empregos indiretos e um valor de produção anual de R\$ 5,6 milhões.

Programa de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano – Este programa compreende a implantação de módulos de irrigação nos municípios de abrangência da Bacia Sedimentar de Tucano, com o objetivo de disponibilizar infraestrutura de irrigação parcelar para 150 hectares, por município, por módulo. Cada uma dessas unidades irá beneficiar 100 famílias de agricultores familiares e cada família irá explorar um lote com área unitária de um e meio hectare, cuja água de irrigação será proveniente de dois poços profundos com vazão média de 200.000 l/h. Cada módulo dispõe ainda de dois poços para monitoramento do lençol freático, duas bombas submersas com potência unitária de 200 CV, reservatório, rede elétrica, adutora, rede de distribuição, sistema parcelar de irrigação e caminhos de serviço.

Além da área de 150 hectares destinados à irrigação de olerícolas, os módulos contarão com uma área de reserva legal e preservação permanente e uma área destinada à construção de casas para essas famílias, perfazendo uma área de 300 hectares por módulo. No espaço destinado à habitação, também estarão disponíveis 3.000m², que poderão ser utilizados para cultivos e criação de pequenos animais.

O primeiro módulo, localizado no município de Tucano, já está em funcionamento, mas ocorreu a necessidade de recuperação das estações de bombeamento dos poços PP1 e PP2 e também a recuperação da adutora, de forma a prevenir futuros problemas de refluxo. Foi realizada a reabertura da vala da adutora, refeito o berço de areia, reinstalação da adutora com a recomposição do envoltório de areia e instalação de válvulas de retenção e ventosas, um investimento da ordem de R\$ 24,2 mil.

A SEAGRI adquiriu insumos agrícolas (calcário e fertilizante) para a implantação dos cultivos hor-

tícolas irrigados por agricultores familiares, bem como materiais hidráulicos de reposição para manutenção da infraestrutura de irrigação do Projeto de Tucano, o que irá representar um investimento de R\$ 96 mil.

No ano de 2010, está prevista a implantação do segundo módulo da Bacia Sedimentar de Tucano e o módulo de Ribeira do Amparo. Para isso, já foram adquiridos os materiais e equipamentos de irrigação que representaram um investimento de R\$ 747 mil. Também foi deflagrado o procedimento licitatório para a implantação das obras de infraestrutura hidráulica, ao custo estimado em R\$ 1,7 milhão.

Sistema de Abastecimento de Água Rural do Vale do Curaçá – O Distrito de Vila Pilar, no município de Jaguarari, Território Piemonte Norte do Itapicuru, conta com um sistema de abastecimento de água composto de 55.580 metros de adutora, sete reservatórios de 10m³, dois reservatórios de 20m³, 20 bebedouros, 11 chafarizes, uma caixa de distribuição de 70m³ e uma estação de bombeamento com duas bombas de 50 CV com vazão de 44,8m³/h, atendendo 11 localidades e 307 domicílios.

Em convênio celebrado com o Centro de Cultura e Assistência Social da Paróquia de Jaguarari, a SEAGRI possibilita a operação e manutenção do sistema de fornecimento de água rural, beneficiando uma população de 2.595 habitantes e um rebanho (caprinos e ovinos) estimado em 50 mil cabeças na região do Vale do Curaçá. No ano de 2009, essas ações representaram um investimento de R\$ 207,7 mil.

Outras Ações para Irrigação no Estado – Encontra-se em andamento o procedimento licitatório para a aquisição de 90 kits de irrigação compostos de motobomba, tubos e conexões para irrigação por aspersão, microaspersão e gotejamento. Esses equipamentos serão usados por associações de agricultores familiares em áreas que apresentem potencial de água e solo para a prática da agricultura irrigada. Essa ação irá representar um investimento da ordem de R\$ 1 milhão.

Através da SEAGRI/EBDA, o Governo da Bahia vem atendendo a dois segmentos na área de agricultura irrigada: apoio e o acompanhamento da Opera-

ção das Unidades de Irrigação Pública Estadual, cujos projetos são operados pelos Distritos de Irrigação, alcançando uma área de 4.777 hectares, além da assistência técnica e extensão rural, atendendo a 260 pequenos produtores em áreas de irrigação pontual.

Pecuária de Corte

O Estado da Bahia detém o maior rebanho de bovino do Nordeste, com mais de 10,8 milhões de cabeças, correspondendo a 30% do rebanho de bovinos da Região Nordeste, e participa com 5,7% da produção nacional.

A construção ou adequação de novos matadouros e entrepostos frigoríficos, associados à implantação de novas indústrias, bem como o estímulo ao processamento industrial com agregação de valor, ampliou a capacidade de processamento de carne bovina, bubalina, ovina, caprina e suína, inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Estadual – SIE e Serviço de Inspeção Federal – SIF, o que assegura a qualidade nutricional e higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos da carne ofertados à população, proporcionando a sustentabilidade da agroindústria baiana.

Continuam os esforços do Governo do Estado para ultrapassar a meta proposta para 2010, de alcançar mais de 30 indústrias em funcionamento, levando o setor a um aumento superior a 50% no processamento da carne bovina, caprina, ovina e suína de qualidade para atender à demanda da população baiana nos diversos territórios.

A indústria frigorífica ganhou, neste ano, novos frigoríficos instalados nos municípios de Alagoinhas (bovinos, caprinos, ovinos e suínos), Juazeiro (bovinos, caprinos, ovinos e suínos) e Brumado (bovinos), e inicia-se agora a execução do projeto para a construção de um frigorífico em Jacobina e outro em Ibititá, além das obras dos frigoríficos de Itoró, Poções e Irecê.

Encontra-se em fase final a formatação do projeto de frigoríficos para abate de bovinos, caprinos, ovinos e suínos nos municípios de Remanso, Bom Jesus da Lapa, Morro do Chapéu, Itabuna e Valença, e de bovinos em Ipirá, Riachão do Jacuípe e Seabra, o que assegurará a oferta de carne de qualidade

para a população dos municípios beneficiados e demais regiões.

Visando atender ao pequeno pecuarista, a SEAGRI desenvolveu um projeto de construção de matadouro frigorífico, com uma planta padrão com capacidade de abate de 30 a 50 animais/dia, dentro do programa de descentralização e regionalização de matadouros, conforme as exigências da Portaria 304, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. O projeto ficará à disposição das prefeituras, dos produtores e dos empresários, e terá o objetivo precípuo de fortalecer a pecuária de corte, combatendo o abate clandestino.

Em parceria com as Prefeituras Municipais de Santa Cruz da Vitória, Canudos, Nova Fátima, Araci, Pé de Serra, Tapiramutá, Planaltino e São Domingos, a SEAGRI, mediante convênio, está viabilizando a construção de Centros de Comercialização de Animais, um investimento total de R\$588 mil. As Prefeituras, em contrapartida, fizeram a doação do terreno e a SEAGRI disponibilizou um projeto básico para as obras dos referidos Centros. Os Centros de Comercialização de Animais são um conjunto de currais, embarcadouro de animais, balança com capacidade de 1.500kg, estrutura de acesso a um *Tattersal* de leilões e um quiosque para atender aos produtores no fechamento de negócios.

Pecuária de Leite

Com produção que ultrapassa 920 milhões de litros ano, o Estado da Bahia é o maior produtor de leite do Nordeste, contando com um rebanho leiteiro de, aproximadamente, 3,5 milhões de animais.

O leite bovino é produzido em toda a Bahia e aproximadamente metade da produção é realizada pela agricultura familiar, destacando-se os Territórios de Identidade do Extremo Sul, Itapetinga, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Portal do Sertão, Vitória da Conquista e Oeste, onde se encontram instaladas usinas de processamento do leite, com a presença do emprego de ferramentas tecnológicas e gerenciais.

O trabalho desenvolvido pela EBDA em apoio à atividade da pecuária leiteira consistiu em orientações aos pecuaristas quanto à organização de produção e o melhoramento genético, sendo este último executado através da introdução de raças

bovinas leiteiras como a Gir de linhagem leiteira, trabalhada na Estação Experimental do Paraguaçu (em Itaberaba), a Girolândia, desenvolvida na Estação Experimental de Aramari (Itambé), e a Guzerá de linhagem leiteira, na Estação Experimental Cruzeiro do Mócó (Feira de Santana). Na Estação Experimental de Aramari, também foi desenvolvida ação voltada para a produção orgânica de leite.

Com relação aos trabalhos de sanidade animal, a EBDA vem realizando um trabalho pioneiro envolvendo homeopatia e a fitoterapia, alternativas de sustentabilidade para o controle dos principais problemas sanitários dos rebanhos, com baixo custo, e que refletem de forma positiva tanto na saúde do animal como da família dos produtores e consumidores, além de permitir o equilíbrio do meio ambiente.

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA vem orientando os agricultores familiares quanto ao uso de ferramentas tecnológicas, tais como: implantação, subdivisão, manejo e utilização de pastagem, de forma intensiva; implantação, manejo e utilização de forrageiras para formação de reserva estratégica, visando a suplementação alimentar dos animais nos períodos de escassez de pastagens; uso de cerca elétrica na subdivisão das pastagens; coleta de amostras de solo para análise laboratorial, para correção/adubação, em casos necessários; e nutrição mineral do rebanho: dentre outras.

Buscando promover o desenvolvimento da pecuária leiteira com perspectivas de crescimento contínuo e sustentável, o Governo do Estado implantou, em 2009, o Planejamento Estratégico da Agropecuária do Estado da Bahia, dando ênfase à bovino-cultura de leite.

Este programa objetiva utilizar o crédito assistido, direcionado e orientado e, através desta estratégia, busca consolidar as bacias leiteiras do Estado com a aquisição de matrizes puras registradas ou mestiças, e aplicação de investimentos exclusivamente na formação de uma infraestrutura moderna capaz de aumentar a produtividade e melhoria genética do rebanho, fortalecendo a competitividade da agropecuária leiteira da Bahia.

Para modernizar a base produtiva leiteira, em conformidade com a Instrução Normativa Nº 51, que

regulamenta a conservação e a qualidade do leite, foram concluídos os trabalhos de georreferenciamento dos locais para instalação dos tanques de resfriamento de leite com capacidade de dois mil litros cada. As obras dos abrigos serão construídas pela SEAGRI.

Iniciativa importante foi a implantação da Câmara Setorial do Leite, que tem como foco principal discutir o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira do Estado, organizar e unir o setor e propor políticas públicas em busca da autossuficiência da Bahia na produção e consumo do leite. Merecem ainda destaque o melhoramento genético do rebanho, geração de emprego e renda no setor e a implantação de um laboratório de análise da qualidade do leite.

Floricultura Tropical e Subtropical

A Bahia tem grandes chances de se tornar um excelente produtor e exportador de flores e de plantas ornamentais, tanto no cenário nacional como no mundial, despontando como o mais novo Estado exportador de suas primeiras flores e folhagens tropicais de qualidade, iniciando com remessa de amostra para a Holanda e entregas semanais, em pequena escala, para o Estado de São Paulo, além de já suprir toda a demanda do mercado local de Salvador.

Existem muitos desafios que precisam ser vencidos, a exemplo da aplicação de tecnologias avançadas nos sistemas de produção, uso de material genético adequado, treinamento e capacitação constante da mão-de-obra, profissionalismo nas áreas gerencial, comercial, de logística e distribuição, exploração das aptidões regionais, organização dos produtores, oferta de estruturas de apoio comercial, além do incentivo ao uso de tecnologias de embalagem e pós-colheita.

Trabalha-se para implantar uma Central de Comercialização de Flores e Plantas Ornamentais numa área construída total de 1.400m², a ser instalada em Salvador, para atender à cadeia produtiva e congregar toda a produção, com um investimento estimado de R\$ 3 milhões. Em 2009, foi concluída a elaboração do projeto executivo que prevê a instalação de 150m² de câmara frigorífica para acondicionamento de flores e folhagens de corte,

além de área de *show-room*, praça de alimentação e entretenimento, estacionamento para caminhões, veículos utilitários e veículos de passeio, totalizando uma área de 4.000m².

A SEAGRI tem apoiado os produtores do Programa de Flores da Bahia através da promoção de eventos que contribuem para fortalecer a divulgação, a exposição e a realização de negócios no ramo da floricultura, com a oferta de arranjos florais, flores e folhagens de corte e plantas ornamentais.

Em novembro deste ano, em parceria com o Sebrae, a SEAGRI criou a Feira Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Bahia, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva da floricultura, possibilitando dinamizar e alavancar as vendas de flores no mercado atacadista. Os produtores dos diversos municípios marcam presença nas instalações da futura Central de Comercialização uma vez por semana e a feira permanente tem atraído proprietários de floriculturas, decoradores, artistas florais, atacadistas, distribuidores e consumidores em geral.

Com a proximidade das festas do final do ano de 2009, aconteceu uma Feira Especial de Flores na Central de Narandiba, em Salvador, atendendo um numeroso público com a oferta de flores e arranjos florais, no período de 22 a 29 de dezembro

O Governo da Bahia vem realizando o acompanhamento técnico e sistemático dos Projetos Comunitários de Mucugê, Ibicoara, Barra do Choça, Miguel Calmon, Bonito, Vitória da Conquista, Maracás, Cruz das Almas e Paulo Afonso, o que tem permitido sugerir novas intervenções, sempre em parceria com as Prefeituras Municipais com vista a torná-los autossustentáveis.

O percentual de participação das flores da Bahia no mercado de Salvador, algo em torno de 20%, permaneceu estabilizado neste patamar em 2009.

Atualmente, estima-se que exista uma área de 500 hectares sendo explorados com flores tropicais e subtropicais na Bahia, com uma produção de 400 mil dúzias de flores, que representa os atuais 20% do mercado, chegando a movimentar no mercado varejista R\$ 80 milhões/ano, gerando mais de 1.500 empregos diretos e 10 mil indiretos.

Pesquisa Agropecuária

No que se refere à pesquisa agropecuária, um dos grandes avanços neste ano, no âmbito da EBDA, foi o aumento do número de projetos de pesquisa em execução: ao todo são 143 projetos, distribuídos em praticamente todas as regiões do Estado.

Este assunto será abordado com maior detalhe na diretriz Articular a Base Científica com Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO SUL DA BAHIA – PAC/Cacau

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, em parceria com o Governo do Estado da Bahia, elaborou o PAC Cacau e em sua concepção estabeleceu-se uma visão de futuro, identificando-se os principais problemas regionais e definindo-se objetivos, prioridades e as metas para sua implementação, conforme indicados a seguir:

Caracterização e Equacionamento da Dívida dos Cacaucultores

Com a publicação da Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, criou-se o instrumento legal para o equacionamento das dívidas dos produtores e operacionalização do PAC Cacau, estabelecendo medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Tem havido, no âmbito da SEAGRI um grande esforço para implementação das ações do PAC Cacau, especialmente em relação à renegociação dessas dívidas. Foi criado o Comitê Gestor do Cacau, formado por representantes dos governos federal e estadual, agentes financeiros e setor produtivo, com a finalidade de acompanhar e monitorar as ações do PAC Cacau.

A primeira ação objetiva do Comitê foi a solicitação ao Ministério da Agricultura para a prorrogação do prazo de renegociação das dívidas dos produtores, vencidas em dezembro de 2008,

passando inicialmente a vigorar até junho de 2009 e, posteriormente, até dezembro/2009.

O Comitê Gestor fez o levantamento do perfil da dívida dos produtores, o qual demonstrou que mais de oito mil operações de crédito, compostas em sua grande maioria por mini e pequenos pro-

dutores, especialmente financiados através da Desenhahia e do Banco do Nordeste, estavam fora do alcance dos benefícios do PAC Cacau, apesar de estarem vinculadas ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, conforme Tabela 17, constatando-se, assim, que o universo de operações a ser renegociado era superior a 14.000.

TABELA 17
PERFIL DA DÍVIDA DOS PRODUTORES BAHIA, 2009

CARACTERIZAÇÃO	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Operações enquadradas na Lei 11.775/2008	5.206	414.997
Operações da Desenhahia incluídas posteriormente	3.458	67.148
Total das operações enquadradas	8.664	482.145
1. BNB (operações em processo de enquadramento)	4.448	57.534
1.1. Pronaf	359	2.724
1.2. Outros Programas	4.089	54.810
2. Banco do Brasil	1.646	407.804
2.1. Pesa*	1.306	342.400
2.2. Securitização	315	41.161
2.3. Pesa extra cacau	25	24.243
Operações não enquadradas	6.094	465.338
Dívidas em todos os programas	14.758	947.483

Fonte: SEAGRI/SDA

(*) Pesa – Programa Especial de Saneamento dos Ativos – Lei nº 9.138 de 29/11/95

Com base no levantamento do perfil da dívida, a SEAGRI solicitou ao Ministério da Agricultura apoio para a inclusão dos contratos que estavam fora do alcance da lei e, assim, beneficiar um maior número de produtores.

O Ministério da Agricultura foi sensível ao pleito do Governo da Bahia, inserindo na Medida Provisória 445/2009 a possibilidade de ampliar o número de contratos a serem beneficiados, incluindo 3.458 da Desenhahia que estavam fora das negociações, totalizando 8.664 contratos, no valor de R\$ 482,1 milhões.

O pleito encaminhado ao Mapa, para inclusão de 4.448 contratos do BNB que ainda estão fora do alcance da Lei 11.775/2008, encontra-se em fase de negociação.

Vale destacar, também, a criação da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia, que ocorreu, em abril de 2009, sob a coordenação da SEAGRI, constituída por 23 membros representantes. Esta Câmara passou a ser o fórum permanente e adequado para as discussões e decisões relativas ao agronegócio do cacau, devendo contribuir para a efetiva implementação do Programa de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Sul da Bahia – PAC Cacau.

Tendo em vista a baixa produtividade das lavouras de cacau, que se situa em torno de 15 arrobas por hectare, foram editadas Notas Técnicas demonstrando a possibilidade de aumentar essa produtividade nos próximos cinco anos, com adoção de novo pacote tecnológico. Esse aumento de produtividade tornará viável a capacidade de pagamento

dos produtores nos refinanciamentos das dívidas e nas novas operações de crédito.

Tais Notas Técnicas foram encaminhadas pela SEAGRI ao Banco do Nordeste, solicitando a prorrogação do prazo de carência para oito anos e de mais 12 anos para início das amortizações anuais nas operações de refinanciamento das dívidas dos produtores.

O Banco do Nordeste atendeu à solicitação do Governo da Bahia e enquadrou as dívidas dos produtores que estão em fase de liquidação/renegociação no Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente, com prazo de carência de oito anos e de 12 anos para amortização, com apresentação de Plano de Manejo da Cultura do Cacau em Sistemas Agroflorestais – SAF.

A edição da Lei nº 12.058/09 assegurou a prorrogação do prazo para renegociação das dívidas dos produtores, que passou de 30/06/09 para 31/12/09, tendo em vista a impossibilidade de preparação dos contratos até o período inicialmente fixado.

A formalização dos contratos entre os agentes financeiros (BB, BNB e Desenhahia) criou o marco legal para permitir a assinatura de aproximadamente três mil contratos de renegociação/liquidação e para o enquadramento das dívidas no FNE, e os primeiros contratos foram assinados durante o evento de lançamento intitulado “Mutirão”, que aconteceu em outubro de 2009.

Até novembro de 2009, foram regularizadas 888 operações, no valor total de R\$18 milhões, e estão em processo de assinaturas e registros mais 203 operações, num total de R\$ 3,8 milhões.

Crédito Rural para Revitalização da Cacaucultura

A implementação das ações do PAC Cacau no contexto da revitalização da cacaucultura e da economia regional obteve progresso neste ano, principalmente no que se refere às providências para viabilizar a renegociação/liquidação das dívidas dos produtores (inclusões/alterações na legislação), tendo seu prazo prorrogado para 30/12/09,

facilitando, assim, a assinatura de contratos pelos produtores com os agentes financeiros.

Estão incluídos nesses contratos a Clonagem e Adensamento das Lavouras, Custeio Agrícola, Diversificação da Produção Regional através de Novas Alternativas, Fruticultura, Palmito Cultivado, Piaçava, bem como a Recuperação da Bovinocultura de Leite e a Industrialização de Cacau em Pequena Escala.

Recuperação da Capacidade Operativa das Organizações Estaduais de Pesquisa e Assistência Técnica – Ater

Estão atuando na área do PAC Cacau mais 41 técnicos que foram contratados pelo Governo do Estado para reforçar e ampliar o quadro profissional da EBDA para o trabalho de assistência técnica.

Em parceria com a Ceplac, o Governo do Estado capacitou, até o ano de 2009, um total de 297 extensionistas em sistemas de produção, inclusive de cacau orgânico, bem como nos procedimentos para elaboração de projetos de financiamento vinculados ao PAC Cacau, sendo 77 da EBDA e 220 da Ceplac. Também foram capacitados em tecnologia de produção de cacau, por meio de palestras, reuniões e dias de campo, 2.540 produtores.

Apoio à Produção de Mudas

Considerada como importante instrumento de apoio ao desenvolvimento regional e às políticas agrícolas do Governo do Estado, a Biofábrica de Cacau viabiliza a produção em larga escala de mudas de alto valor agrônômico, que são disponibilizadas aos produtores a preços inferiores aos valores de mercado, garantindo o suprimento de material genético para o agronegócio cacau e de outras culturas de interesse agroecológico da região.

Em 2009, a Biofábrica de Cacau produziu 775.288 mudas de cacau para distribuição aos produtores da região cacaueira a um custo unitário de R\$ 1,35, que foram suficientes para o plantio de 1.107ha no Sistema Agroflorestal – SAF, além de produzir 369.750 mudas de essências florestais e 431.712 mudas de fruteiras diversas. Também foram produzidas um milhão de mudas de serin-

gueira, a um custo unitário de R\$ 2,50, para o plantio de 2.500ha, igualmente no sistema SAF.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, por solicitação da SEAGRI, produziu 70 mil mudas de dendê da variedade Tenera, a um custo unitário de R\$ 2,57, suficientes para o plantio de 467 hectares na região cacaueira.

O investimento total com a produção das mudas de cacau, seringueira e de dendê foi de R\$ 3,6 milhões.

Verticalização da Produção de Cacau

Para a industrialização do cacau em pequena escala, em agosto de 2009, o município de Itamaraju passou a contar com a primeira fábrica de massa de cacau fino, que será gerida pela Cooperativa de Agricultura Familiar Agroecológica do Entorno do Descobrimento – Cafaed. Para a implantação da fábrica, foi investido R\$1,2 milhão dos Governos Federal e Estadual. Sua planta tem capacidade de absorver a produção de amêndoas de cacau de 700 famílias de agricultores do Território Extremo Sul, estimada em 190kg de massa de cacau (líquor), 100kg de chocolate por dia e a matéria prima da indústria chocolateira será exportada.

Em setembro de 2009, o Governo da Bahia firmou convênio para a construção de uma fábrica de chocolate em Ibicaraí, que deverá estar concluída em seis meses. O empreendimento servirá como referência para a implantação de mais quatro unidades, nos municípios de Coaraci, Buerarema, Itajuípe e Uruçuca. As novas fábricas impulsionarão a economia regional, e cada uma delas receberá R\$ 2,3 milhões provenientes do Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, contando com o apoio da SEAGRI, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e das prefeituras municipais.

Em convênio com o Instituto Cabruca, está sendo priorizada a implantação de uma área de 300 hectares no biênio 2009/2010, para a produção de cacau orgânico por agricultores familiares, com um orçamento de R\$ 300 mil.

O Governo da Bahia assegurou, neste ano, a contrapartida do Estado no valor de R\$ 100 mil para o convênio firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa para a realização de pesquisa em rede – Projeto Rede Renorbio – Vassoura-de-Bruxa, cujo valor total importa em R\$ 6,1 milhões. Também existe a garantia da aprovação de um projeto de silvicultura com espécies nativas em áreas de plantio de cacau, no valor de R\$ 2 milhões.

Em nível estadual, a Fapesb está assegurando recursos para apoiar a pesquisa com cacau. Através de convênio entre a Agência de Defesa Agropecuária – Adab e a Ceplac, estão sendo realizados testes visando o registro do biofungicida Tricovab junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, para o controle da vassoura-de-bruxa.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão em regime especial de administração direta da estrutura da SEAGRI, promove, coordena, supervisiona, acompanha, executa e avalia as políticas de reforma agrária e regularização fundiária, respondendo a duas grandes preocupações do Estado: a regularização da posse das terras e a democratização do acesso à terra.

Regularização Fundiária

O título de terra representa segurança para os agricultores familiares, enquanto prova real e jurídica de posse de um imóvel. Este documento serve também como garantia hipotecária para obtenção de financiamento agrícola junto aos agentes oficiais de crédito e é um documento requisitado e exigido pelo Governo Federal para a concessão de aposentadoria rural.

Neste ano, as ações de regularização fundiária basearam-se na organização e execução, a partir da ótica territorial, de encontros de trabalho nos territórios, com a realização de “Oficinas de Planejamento das Ações de Regularização no Território de Identidade”, dinâmica que foi

implantada no ano de 2007 e que permanece orientando as ações de cadastro, medição e entrega de títulos para cada território.

A SEAGRI realizou 6.195 medições de imóveis, atuando em 20 Territórios de Identidade, conforme Tabela 18.

TABELA 18

**MEDIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MEDIÇÃO REALIZADA
Irecê	1
Chapada Diamantina	165
Sisal	437
Litoral Sul	201
Baixo Sul	438
Extremo Sul	311
Vale do Jiquiriçá	444
Sertão do São Francisco	141
Oeste Baiano	253
Sertão Produtivo	580
Piemonte do Paraguaçu	4
Bacia do Jacuípe	1096
Semiárido Nordeste II	554
Recôncavo	255
Médio Rio de Contas	270
Bacia do Rio Corrente	304
Piemonte Norte do Itapicuru	46
Vitória da Conquista	61
Velho Chico	187
Bacia do Paramirim	85
Agreste de Alagoinhas	71
Diversos Territórios (Agentes Credenciados)	291
TOTAL	6.195

Fonte: SEAGRI/CDA

Neste exercício, foram emitidos 8.161 títulos de terra, para uma área de 151,2 mil ha em 25 Territórios de Identidade, e promovida a en-

trega de 7.023 títulos para agricultores em 25 Territórios do Estado, conforme indicado nas Tabelas 19 e 20.

TABELA 19

**EMIÇÃO DE TÍTULOS DE TERRA
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TÍTULO	ÁREA (ha)
Irecê	4	33
Velho Chico	333	10.180
Chapada Diamantina	215	5.643
Sisal	950	13.920
Litoral Sul	217	3.606
Baixo Sul	573	3.777

Continua

Conclusão da Tabela 16

Extremo Sul	401	26.944
Vale do Jiquiriçá	276	1.802
Sertão do São Francisco	1.103	32.288
Oeste Baiano	4	39
Bacia do Paramirim	82	970
Sertão Produtivo	140	3.110
Piemonte do Paraguaçu	518	7.663
Bacia do Jacuípe	6	28
Piemonte da Diamantina	162	3.601
Semiárido Nordeste II	622	8.137
Agreste de Alagoinhas	927	6.136
Portal do Sertão	217	1.029
Vitória da Conquista	164	3.992
Recôncavo	68	350
Médio Rio das Contas	164	2.399
Bacia do Rio Corrente	496	8.982
Itaparica	19	218
Piemonte Norte do Itapicuru	354	5.815
Metropolitano de Salvador	146	564
TOTAL	8.161	151.226

Fonte: SEAGRI/CDA

TABELA 20
**ENTREGA DE TÍTULOS DE TERRA
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TÍTULO ENTREGUE
Irecê	126
Velho Chico	610
Chapada Diamantina	240
Sisal	1.217
Litoral Sul	34
Baixo Sul	804
Extremo Sul	283
Vale do Jiquiriçá	6
Sertão do São Francisco	337
Oeste Baiano	98
Sertão Produtivo	251
Piemonte do Paraguaçu	48
Piemonte da Diamantina	215
Semiárido	627
Agreste de Alagoinhas	1.146

Continua

Conclusão da Tabela 20

Portal do Sertão	212
Vitória da Conquista	22
Recôncavo	30
Médio Rio das Contas	128
Bacia do Jacuípe	1
Bacia do Rio Corrente	272
Piemonte Norte do Itapicuru	186
Metropolitano de Salvador	127
Bacia do Paramirim	1
Itaparica	2
TOTAL	7.023

Fonte: SEAGRI/CDA



Acervo: SEAGRI

Entrega de Títulos de Terra em Feira de Santana

Ainda na área de regularização fundiária, destacam-se as Ações Discriminatórias Administrativas, tanto urbana quanto rural, que se constituem em importantes instrumentos de suporte às ações de governo nos municípios.

A Ação Discriminatória Administrativa é o meio hábil de que dispõe o poder público para a delimitação do caráter devoluto (público) ou privado de uma determinada área. O processo consiste na identificação, cadastro, levantamento topográfico e demarcação de todos os imóveis existentes numa área pré-estabelecida, determinando ou derivando na separação de imóveis públicos e privados, para posterior regularização fundiária dos particulares e arrecadação dos públicos.

Através de convênios com prefeituras municipais, foram concluídos dois projetos de discriminatória administrativa urbana nos municípios de Itiúba e Jaborandi, para uma área de 1.494 hectares. Nos municípios de Monte Santo, Eunápolis, Boninal e Seabra estão sendo realizados os trabalhos de discriminatória administrativa rural em 12 imóveis rurais, numa área de 40,8 mil hectares, de acordo com as informações constantes da Tabela 21.

TABELA 21

**DISCRIMINATÓRIA ADMINISTRATIVA RURAL
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	PORTARIA	IMÓVEL RURAL	ÁREA (ha)
Boninal	040/09	Território Quilombola Mulungu/ Cotia	2.530
Eunápolis	025/09	Fazenda Cedro	6.435
	026/09	Fazenda São Caetano e outros	1.820

Continua

Conclusão da Tabela 21

Monte Santo	041/09	Fazenda Mundo Novo	831
	042/09	Fazenda Putumuju	2.581
	014/09	Fazenda Capivara	10.829
	020/09	Fazenda Angico/Jibóia	929
Seabra	043/09	Território Quilombola Vazante	2.496
	044/09	Território Quilombola Olho D'Água do Basílio	4.826
	045/09	Território Quilombola do Agreste	2.341
	046/09	Território Quilombola do Capão das Gamelas	1.316
	048/09	Território Quilombola "Baixão Velho"	3.935
TOTAL		12	40.868

Fonte: SEAGRI/CDA

Na Regularização Fundiária, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões, dos quais R\$ 2,2 milhões provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, R\$ 178 mil do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e R\$16,2 mil de convênios com as prefeituras, incluindo aí os investimentos nas ações destacadas a seguir:

Núcleo de Ação em Quilombos – NAQ – O Estado da Bahia tem, atualmente, 259 Comunidades Remanescentes de Quilombos – CRQ certificadas pela Fundação Palmares. Posta a necessidade imperativa da instituição de políticas públicas de reparação para com estas comunidades, cabe ao Estado construir estratégias que garantam a melhoria das condições de vida das CRQ respeitando os seus processos organizativos, as práticas comunitárias e expressões identitárias.

A SEAGRI/CDA vem atuando na construção da Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos, integrando, desde 2007, o Grupo Executivo Intersetorial para Quilombos, que propõe

uma política desenvolvida a partir da implementação de ações intersetoriais, articulando os diversos órgãos da administração direta e indireta, para atender às demandas da população quilombola.

Ciente de que uma política fundiária para as comunidades quilombolas exige agilidade, consolidação de condições e instituição de procedimentos que viabilizem as garantias constitucionais, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA implantou, em 2009, o Núcleo de Ação em Quilombos – NAQ e realizou, em março do mesmo exercício, o Seminário "Quilombo em Questão", quando foram discutidos importantes temas correlatos e que mostram a realidade do povo quilombola no território baiano.

Neste exercício, a CDA, através do NAQ, atuou junto a 31 comunidades, em oito municípios, envolvendo ações que beneficiaram 3.762 famílias quilombolas, tendo sido deflagradas seis Ações Discriminatórias Administrativas Rurais em sete comunidades, beneficiando 602 famílias, conforme Tabela 22 a seguir.

TABELA 22
**AÇÕES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS
BAHIA, 2009**

COMUNIDADE		FAMÍLIA (Unid)	AÇÃO DESENVOLVIDA
Seabra	Cachoeira da Várzea	104	Georreferenciamento e memorial descritivo
	Mocambo da Cachoeira	77	Georreferenciamento e memorial descritivo
	Baixão Velho	95	Georreferenciamento e memorial descritivo Deflagração do processo de discriminação administrativa rural

Continua

Continuação da Tabela 22

Seabra	Vazante	45	Georreferenciamento e memorial descritivo Deflagração do processo de discriminação administrativa rural
	Olhos D'Água do Basílio	64	Georreferenciamento e memorial descritivo Deflagração do processo de discriminação administrativa rural
	Capão das Gamelas	68	Georreferenciamento e memorial descritivo Deflagração do processo de discriminação administrativa rural
Boninal	Agreste	72	Georreferenciamento e memorial descritivo Deflagração do processo de discriminação administrativa rural
	Mulungu / Cotia	258	Deflagração do processo de discriminatória administrativa rural
	Conceição	178	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
Cairu	Galeão	400	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Monte Alegre	35	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Comunidade Rua da Cajazeira/ Rua da Prata/ Rua do Fogo	200	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Torrinhas	115	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
Camamu	Pratigi	200	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Ronco/Abóbora	35	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Pedra Rasa	90	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Tapuia	198	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Barroso	45	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Garcia	115	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Porto do Campo (Ilhota)	54	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
Ituberá	São João/Santa Bárbara	150	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Lagoa Santa	150	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Brejo Grande	150	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Quilombola da Inguazeira	120	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Cágados	250	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade

Continua

Conclusão da Tabela 22

Taperoá	Graciosa	120	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Lamego	120	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Miguel Chico	57	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
Nilo Peçanha	Boitaraca	35	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
	Jatimane	86	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
Wenceslau Guimarães	Nova Esperança	76	Visita diagnóstico Reuniões com a comunidade
TOTAL		3.762	-

Fonte: SEAGRI/CDA

- **Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil** – O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária é desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Reordenamento Agrário, em parceria com os órgãos estaduais de terra e consiste no georreferenciamento dos imóveis, com aparelhos de última geração utilizando o Sistema de Posicionamento Global – GPS. As informações obtidas revelam a situação fundiária dos municípios, tornando-se um importante instrumento para a proposição de políticas públicas, proporcionando a execução de uma ampla ação de regularização fundiária, dirigida prioritariamente aos agricultores familiares.

Neste exercício, o programa foi lançado nos municípios de Araci, Quinjingue e Ribeira do Pombal, sendo que, neste último, o programa já foi iniciado com a realização do cadastro literal de 4.450 imóveis e o cadastro gráfico de 407 imóveis.

- **Regularização em Área de Proteção Ambiental** – A SEAGRI, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário, está desenvolvendo um trabalho inédito no Brasil em áreas de proteção ambiental, visando a regularização fundiária dos imóveis através do reconhecimento do domínio e entrega de títulos de terra.

O aplicativo, que está sendo utilizado pela primeira vez na Área de Proteção Ambiental – APA

do Pratigi, o Sistema de Gestão Territorial – SGT, vem facilitando os trabalhos e agilizando as etapas do processo de regularização fundiária, possibilitando juridicamente as condições necessárias para a proteção, investimento e manejo do ecossistema, aspectos fundamentais para a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica.

Neste exercício, foram realizadas 437 medições na APA de Pratigi, nos municípios que a integram: Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Pirai do Norte (Território do Baixo Sul) e Ibirapitanga (Território Litoral Sul).

Apoio à Reforma Agrária

No apoio ao Programa de Reforma Agrária, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 2,9 milhões, sendo R\$ 537 mil do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep e R\$ 2,9 mil do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

A execução de ações conjuntas do Estado com o Incra, através do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA do Governo Federal, vem sendo desenvolvida pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA mediante a realização de vistorias de imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social, visando o assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Foram realizadas 105 vistorias em 21 Territórios de Identidade, listados na Tabela 23.

TABELA 23

**VISTORIA DE IMÓVEL RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	VISTORIA REALIZADA
Irecê	1
Velho Chico	4
Chapada Diamantina	4
Sisal	3
Litoral Sul	5
Baixo Sul	2
Extremo Sul	11
Itapetinga	1
Vale do Jiquiriçá	5
Sertão do São Francisco	14
Oeste Baiano	2
Sertão Produtivo	2
Piemonte do Paraguaçu	19
Bacia do Jacuípe	3
Piemonte da Diamantina	1
Semiárido Nordeste II	3
Agreste de Alagoinhas	6
Vitória da Conquista	9
Recôncavo	7
Piemonte Norte do Itapicuru	1
Metropolitano de Salvador	2
TOTAL	105

Fonte: SEAGRI/CDA

Outra ação de destaque nessa área diz respeito aos Fundos de Pasto, que constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por grupos de famílias com certo grau de parentesco. A SEAGRI regulariza a posse destas áreas e encaminha ao Incra para efetivar o seu reconhecimento como área de reforma agrária. O Estado da Bahia possui hoje 413 áreas de Fundo de Pastos, envolven-

do um total de 16.438 famílias. Destas áreas, 125 estão reconhecidas pelo Incra e 96 já foram tituladas.

Com vistas a reduzir a diferença entre as áreas existentes e tituladas, a CDA vem atuando nas áreas de Fundo de Pasto, tendo realizado neste ano nove medições/ demarcações (Tabela 24).

TABELA 24

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ÁREAS DE FUNDO DE PASTO
BAHIA, 2009**

ATIVIDADE	QUANTIDADE	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Áreas medidas/ demarcadas	9	Monte Santo, Uauá.
Requerimentos efetuados	400	Casa Nova, Monte Santo, Pilão Arcado, Uauá, Andorinha e Jaguarari.
Cadastro do Sipra Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária do Incra	500	Andorinha, Cansanção, Casa Nova, Juazeiro, Monte Santo, Pilão Arcado, Remanso, Uauá, Ponto Novo, Curaçá e Jaguarari.

Fonte: SEAGRI/CDA

Em apoio à reforma agrária, o Governo da Bahia tem investido na implantação de infraestrutura rural em áreas de assentamentos, mediante a celebração de convênios com suas associações representantes. Neste ano, foi concluída a construção de uma casa de farinha elétrica e a im-

plantação de máquinas e equipamentos de outra, iniciadas as obras de outras quatro, realizado reboco interno de 91 casas e a construção de 26 caixas d'água, beneficiando um total de 191 famílias, em dez assentamentos rurais, indicados na Tabela 25.

TABELA 25
OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO BAHIA, 2009

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	OBRA/ SERVIÇO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Biritinga	Associação Comunitária Boa Vista.	Construção de Casa de Farinha Elétrica.	37
Palmas de Monte Alto	Associação Comunitária Nova Esperança de Mangueira.	Construção de Casa de Farinha Elétrica.	40
Esplanada	Associação Novo Paraíso.	Construção de 26 bases para caixa d'água.	26
Miguel Calmon	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Araçazinho.	Construção de Casa de Farinha Elétrica.	25
Piritiba	Associação Rural Esperança.	Construção de Casa de Farinha Elétrica.	25
Santo Amaro	Associação de Pequenos Produtores Itapema II.	Construção de Casa de Farinha Elétrica.	38
TOTAL			191

Fonte: SEAGRI/ CDA

Fomento ao Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário –PNCF, de iniciativa do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é executado na Bahia através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário / SEAGRI.

O PNCF é um instrumento complementar de reforma agrária que oferece linhas de crédito para a compra de imóvel rural e para os investimentos de infraestrutura social e produtiva, em áreas não passíveis de desapropriação por interesse social. O financiamento é coletivo e os agricultores precisam estar organizados em associação legalmente constituída. É prioridade do programa democratizar o acesso à terra, criar mais empregos no campo, evitar o êxodo rural, aumentar a produção agrícola e diminuir a pobreza rural.

Aguardando a reformulação do Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, as contratações de financiamento do PNCF foram suspensas. Aprovado o novo Regulamento, finaliza-se o percurso necessário à regulamentação da linha de Combate à Pobreza Rural do Programa



Reboco de casas - Crédito Fundiário

Acervo: SEAGRI/CDA

Nacional de Crédito Fundiário. A decisão do Condrap encerra uma etapa onde o Crédito Fundiário deixa de ser um projeto piloto para se transformar numa política continuada de acesso à terra, complementar às ações de reforma agrária, e se firma como instrumento de inclusão social e combate à pobreza rural.

Embora as contratações estivessem suspensas, a SEAGRI aplicou recursos da ordem de R\$ 253 mil do Funcep no desenvolvimento das atividades de instrução de processos com vistas a permitir o seu

encaminhamento quando da retomada das contratações. Foram realizadas 31 vistorias de imóvel rural, 13 medições em imóvel rural, 24 propostas de negociação de preço e elaborados 16 Subprojetos de Aquisição de Terras – SAT.

A elaboração dos SAT, em andamento, atende a 16 assentamentos e beneficia 497 famílias de assentados, enquanto as medições de imóveis rurais realizadas para fins do crédito fundiário beneficiaram 369 famílias, em 13 assentamentos rurais, conforme Tabelas 26 e 27.

TABELA 26

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF
SUBPROJETOS DE AQUISIÇÃO DE TERRAS – SAT
BAHIA, 2009**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	FAMÍLIAS A BENEFICIAR
Irecê	Cafarnaum	Associação dos Familiares Assentados do Povoado de Recife	32
		Associação dos Familiares Assentados do Povoado de Recife/Fazenda Floresta	30
	Jussara	Associação Comunitária Educacional e Agrícola de São Gabriel	25
Baixo Sul	Camamu	Associação Comunitária da Fazenda São João da Cédula da Terra	30
Médio Rio das Contas	Itagi	Pequenos Produtores do Projeto Pati	45
	Jequié	Associação dos Pequenos Agricultores do Bairro Vila Vitória de Jequié e Adjacências	62
Piemonte Norte do Itapicuru	Jaguarari	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jacunã	23
Extremo Sul	Jucuruçu	Associação Senhora da Conceição	16
Litoral Sul	Maraú	Associação Comunitária da Fazenda To Contente da Cédula da Terra	30
	Pau Brasil	Associação dos Pequenos Agricultores Caminhando para o Futuro	25
	Una	Associação dos Criadores de Gado Sem Terra	30
Sisal	Araci	Associação Comunitária Força da Aliança	25
	Queimada/Itiúba	Associação dos Pequenos Agricultores Olga Benária	30
	Santaluz	Grupamento da Fazenda Mocambo do MST	30
Vale do Jiquiriçá	Santaluz/Nordestina	Associação dos Produtores do Assentamento Mário Filho do MST	42
	Cravolândia	Associação Campo Real Sorridente	22
TOTAL			497

Fonte: SEAGRI/CDA

TABELA 27

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF
MEDIÇÕES PARA O CRÉDITO FUNDIÁRIO
BAHIA, 2009

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	ÁREA (ha)	FAMÍLIA A BENEFICIAR
Irecê	Cafarnaum	Associação Assentados do Povoado de Recife	460,0	30
Sisal	Araci	Associação Comunitária Força da Aliança	478,3	25
	Queimada / Itiúba	Associação Pequenos Agricultores Olga Benário	401,9	30
	Santaluz	Grupamento da Fazenda Mucambo	383,0	30
	Santaluz/ Queimada	Associação Produtores do Assentamento Mário Filho	880,3	30
Litoral Sul	Pau Brasil	Associação Pequenos Agricultores Caminhando para o Futuro	46,5	25
	Barro Preto	Associação Agrícola no Projeto de Reforma Agrária - AAPRA	312,3	29
Extremo Sul	Guaratinga	Associação dos Artesãos Rurais de Eunapólis	232,0	22
Médio Rio de Contas	Jequié	Associação dos Pequenos Agricultores do Bairro Vila Vitória	500,0	62
Vale do Jiquiriçá	Cravolândia	Associação Riachense de Jovens	Em andamento	25
	Santa Inês	Associação Raimundo Almeida Araújo	440,6	20
Bacia do Rio Corrente	Santana	Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda Vitória	571,0	14
Semiárido Nordeste II	Ribeira do Amparo	Desenvolvimento Santa Luzia / Fazenda Cajuí	—	27
TOTAL			4.705,9	369

Fonte : SEAGRI/ CDA

Modernização da Gestão

A intensificação das atividades da CDA traduz-se em uma demanda quantitativa e qualitativa dos veículos e dos equipamentos destinados aos seus serviços.

Uma frota de veículos em quantidade suficiente e em boas condições de trafegabilidade é imprescindível para viabilizar o deslocamento dos servidores da CDA para os diversos municípios do Estado, na realização de suas múltiplas tarefas. Neste sentido, a CDA renovou parte da sua frota, investindo R\$ 1,5 milhão na aquisição de 19 veículos, aplicando recursos do convênio firmado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.



Renovação da Frota de Veículos da CDA

Acervo: SEAGRI/CDA

Os equipamentos utilizados na área de reforma agrária e regularização fundiária são de tecnologia avançada e, portanto, com especificidades e custo significativos. As constantes mudanças tecnológicas para a coleta e obtenção de dados levaram a CDA a adquirir, neste exercício, 37 novos equipamentos GPS e duas estações totais, que possibilitam a melhoria da qualidade do trabalho realizado.

Para acompanhar o incremento da tecnologia para georreferenciamento, é necessária também a aquisição de equipamentos de informática para processar e armazenar os dados coletados em campo, integrando o avanço tecnológico desses equipamentos com a base de computadores da sede. Com este fim, foram adquiridos 45 *Notebooks*, 35 *desktops*, 19 impressoras e dez estabilizadores, além do mobiliário necessário.

Com a aquisição dos equipamentos técnicos e de informática, foram investidos recursos da ordem de R\$ 1 milhão.

Ações de Participação e Diálogo Social

A CDA desenvolve um importante papel na mediação de conflitos ligados à terra. Suas ações continuam sendo pautadas: através da articulação com os movimentos sociais e com os órgãos responsáveis pela execução e cumprimento das deliberações judiciais relacionadas com os conflitos agrários; no acompanhamento dos mandados judiciais de reintegração de posse que envolve trabalhadores rurais com vistas a facilitar os entendimentos entre as partes; e na participação de audiências públicas, discutindo questões relacionadas com a promoção e defesa dos direitos humanos e civis no campo.

O mecanismo de acompanhamento e intermediação de conflitos vem incrementando o diálogo com a sociedade civil organizada e possibilitando uma visualização de todos os conflitos e ocupações existentes no Estado, gerando instrumentos de gestão e de decisão governamental.

Outras Ações de Apoio ao Programa de Reforma Agrária

A EBDA desenvolveu atividades e práticas de interesse dos agricultores assentados nas áreas de

reforma agrária, visando apoiar suas atividades produtivas, viabilizando financiamentos para projetos de investimentos e custeio capazes de assegurar a produção, atendendo, no período, 669 famílias assentadas com alguma atividade operacional de Ater.

Registre-se que o Governo do Estado, através da EBDA, após firmar convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, reestrutura-se para atender as áreas de reforma agrária com a instalação de 49 Núcleos Operacionais, nos quais a EBDA assumirá os serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates em 552 assentamentos, envolvendo mais de 35 mil famílias assentadas. Para este trabalho, foram contratados 420 técnicos da área ambiental, ciências agrárias, social e administrativa, através de Regime Especial de Direito Administrativo – Reda, para compor o quadro de pessoal previsto no convênio.

Neste ano, foram realizadas Oficinas de Diagnóstico e Planejamento Participativo das Ações de Ates nas regiões de Bom Jesus da Lapa, Salvador, Vitória da Conquista, Andaraí e Senhor do Bonfim, que contaram com a participação de 595 técnicos dos Núcleos Operacionais das regiões de Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Caetité, Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista, além de 375 assentados da reforma agrária e representantes dos movimentos sociais.

Nestas oficinas, foram abordadas questões relacionadas às Políticas de Crédito de Instalação (Fomento para Produção de Culturas Temporárias), Crédito Pronaf; PAA; Programa de Promoção de Igualdade de Gênero; Raça e Etnia; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera; Arte e Cultura na Reforma Agrária; Expresso Cidadão para emissão de documentos, (carteira de identidade, carteira profissional e Cadastro de Pessoa Física – CPF); Programa Terra Sol, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, que é uma ação de fomento à agregação de valor à produção e propicia o aumento de renda dos assen-

tados dos projetos; Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA; Plano de Recuperação Ambiental – PRA; Licenciamento Ambiental e Manejo de Recursos Naturais e as Instruções Normativas da Situação Ocupacional; além de conceitos, princípios e ferramentas de diagnóstico e planejamento.

Foram ainda realizados quatro eventos de capacitação, que envolveram 80 técnicos de Ates, sendo abordados os seguintes temas: Economia Solidária do Nordeste, Políticas Públicas para Mulheres Rurais, Programa de Aquisição de Alimentos e Levantamento Florestal com Aferição de Volume.

A execução de todas as ações antes descritas demandou a aquisição dos seguintes equipamentos: 70 *notebooks*, 350 computadores, 70 impressoras, 420 estabilizadores, 70 GPS, 10 *no-breaks*, 30 câmaras fotográficas digitais, além de mobiliários para a instalação dos escritórios.

BAHIA PROTEGIDA: FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS E VEGETAIS

A Bahia possui a maior área de divisa do país, limitando-se com oito estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, Goiás e Espírito Santo, exigindo um rígido sistema de fiscalização, de modo a proteger os interesses da agropecuária baiana. Esta condição implica em alta vulnerabilidade à introdução de pragas e doenças de importância econômica e quarentenária, determinando a criação de um sistema de fiscalização dotado de barreiras zootossanitárias fixas e/ou móveis.

Assim, as ações desenvolvidas pelos agentes de fiscalização se revestem da mais alta importância, atinentes à fiscalização e consequentes medidas acautelatórias que assegurem a introdução e o trânsito seguro de vegetais, animais,

suas partes, produtos e subprodutos, no território baiano.

A Bahia conta com 43 barreiras fixas e 22 móveis, onde atuam 344 auxiliares de fiscalização, com o amparo de força policial, fruto do convênio com a Secretaria de Segurança Pública – SSP, estratégia adotada objetivando assegurar o fiel cumprimento da legislação.

As barreiras sanitárias implantadas na Bahia em pontos estratégicos constituem-se como pontos fortes de vigilância agropecuária e buscam prevenir a ocorrência de episódios sanitários nas áreas de risco decorrentes da extensa malha rodoviária, com alta vulnerabilidade à entrada de pragas e doenças de importância econômica e quarentenária.

Dentre as ações previstas no Plano Operacional da Adab, está o redimensionamento das barreiras fixas e móveis, posicionando-as estrategicamente, de acordo com a demanda técnica para a manutenção do status sanitário. Os Mapas 1 e 2 apresentam o novo arranjo físico das barreiras fixas e móveis, demonstrando uma melhor e maior segurança, quando comparado à situação atual.

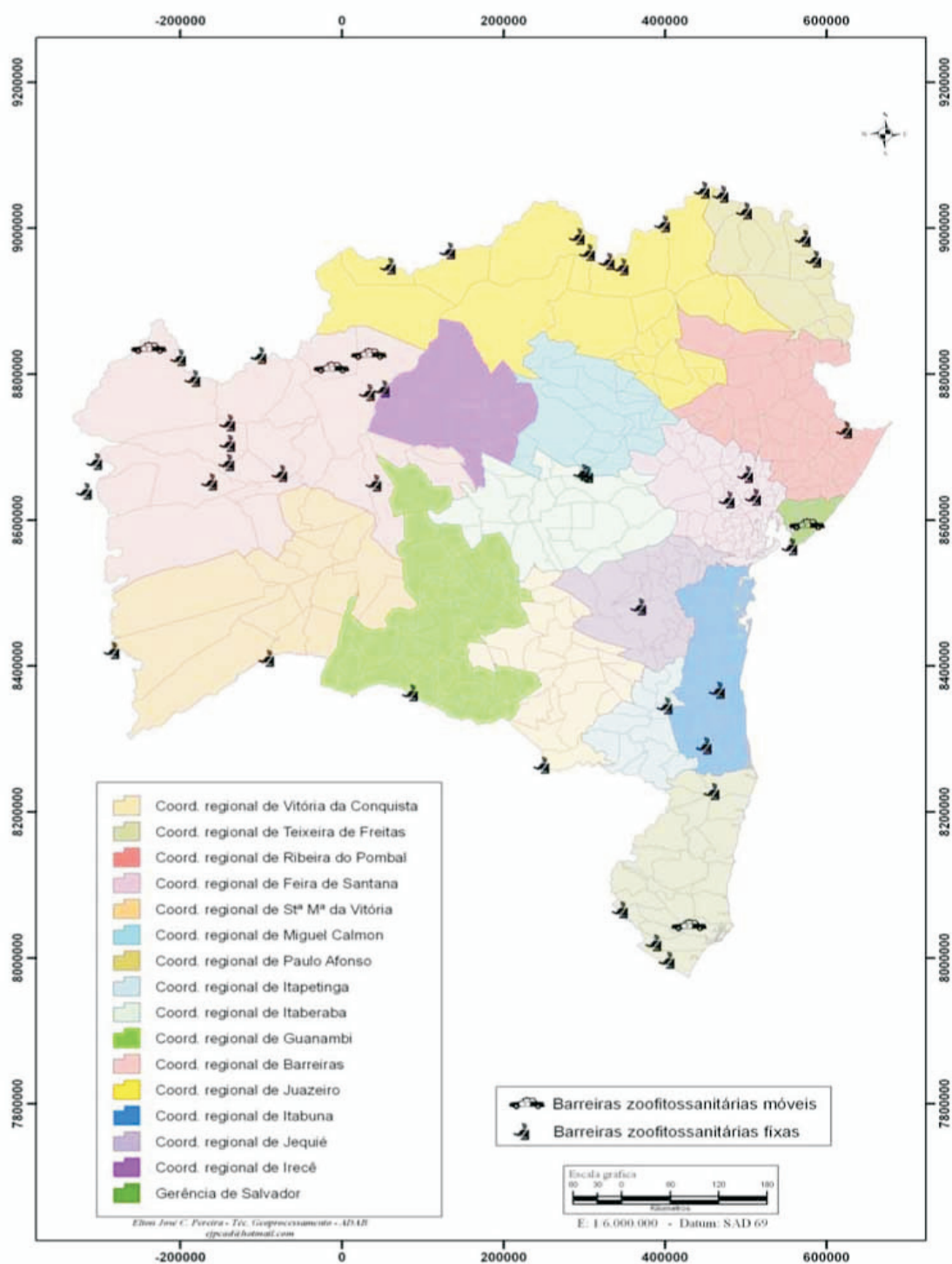


Acervo: ADAB

Barreira Fixa para Fiscalização Zootossanitária – Luís Eduardo Magalhães

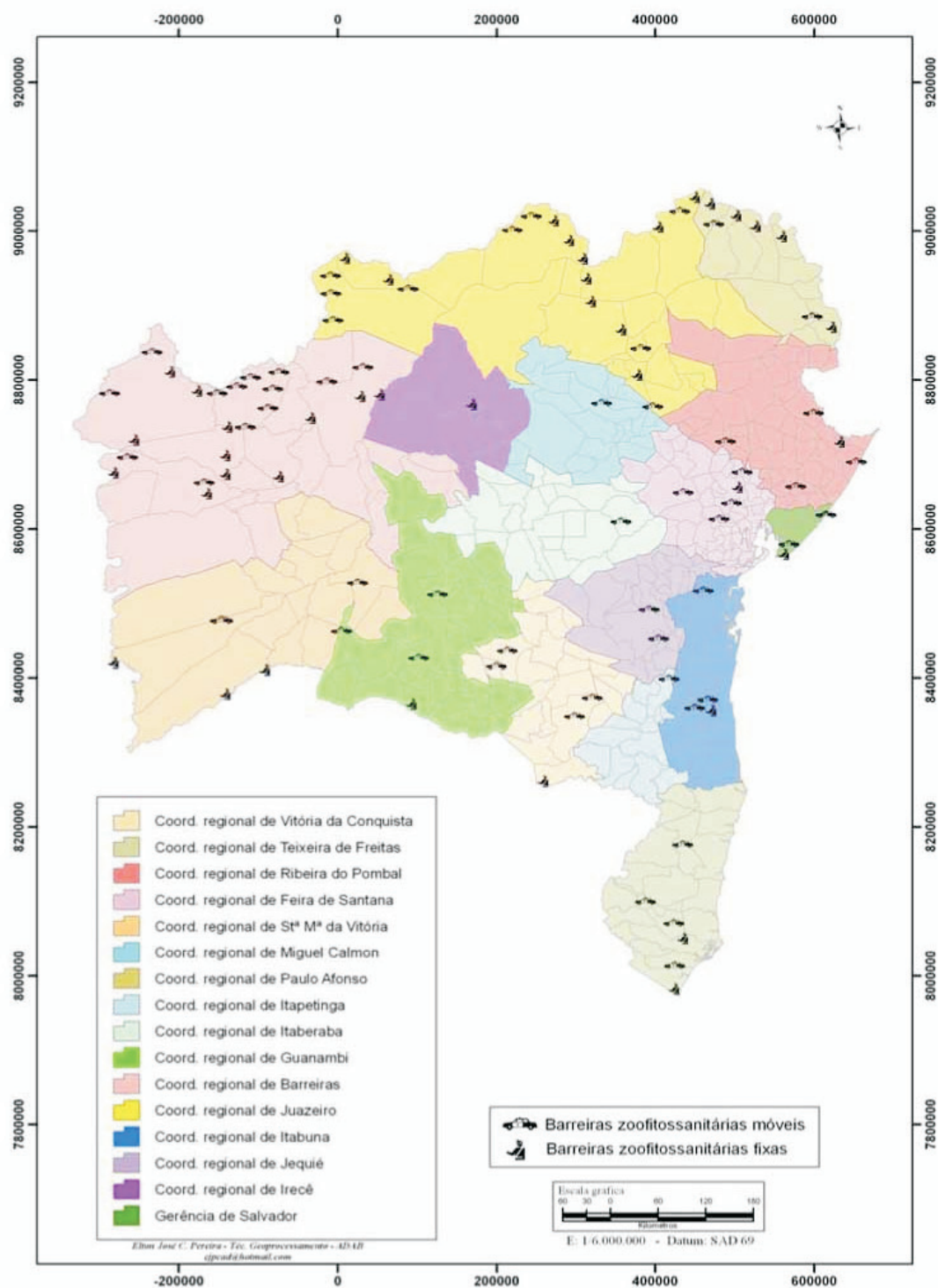
MAPA 1

**BARREIRAS ZOOFITOSSANITÁRIAS ATUAIS
BAHIA, 2009**



MAPA 2

**BARREIRAS ZOOFITOSSANITÁRIAS PROJETADAS
BAHIA, 2009**



Importantes passos foram dados visando a implementação desse novo arranjo, destacando-se a instalação de oito contêineres adaptados para servirem como base física das barreiras sanitárias fixas nos municípios de Abaré, Encruzilhada, Itabuna, Juazeiro, Formosa do Rio Preto (dois), Rio Real e Santa Rita de Cássia, adquiridos mediante parceria com o órgão central de defesa agropecuária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Em suporte ao sistema de vigilância e para aprimorar os conhecimentos técnicos quanto à padronização das ações, foram realizados oito cursos, que contaram com a participação de 288 servidores das regiões de Barreiras, Feira de Santana, Guanambi, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas.

Como resultados da vigilância ativa do trânsito de produtos agropecuários, até o momento, foram apreendidos e destruídos 113,5 toneladas de vegetais e 45,2 toneladas de produtos clandestinos de origem animal, além de recomendar o retorno de 48 veículos à origem por apresentarem mercadoria e documentação irregular.

A Tabela 28 apresenta os principais resultados da fiscalização do trânsito obtidos no ano.

TABELA 28 RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO BAHIA, 2009

ÍTEM FISCALIZADO	QUANTIDADE
Veículos (unid)	75.305
Animais (unid)	141.385.897
Produtos Vegetais (t)	5.930.336
Produtos de Origem Animal (t)	179.828
Apreensões de Produtos (t)	163
Ovos	447.070.960
Animais Aquáticos	97.148.865

Fonte: SEAGRI/Adab

BAHIA QUE PRODUZ – SANIDADE ANIMAL

Programa Bahia Livre de Febre Aftosa

A manutenção da atual condição sanitária do Estado da Bahia como Livre de Febre Aftosa com Vacinação¹, com vistas à evolução para o status de Livre sem Vacinação, representa um dos requisitos essenciais ao desenvolvimento sustentável da agropecuária baiana e do país.

Por essa razão, o Governo do Estado, por meio da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab e com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, instituiu o Programa Bahia Livre de Febre Aftosa, cujas estratégias e resultados alcançados no ano de 2009 são descritos a seguir:

Campanha de Vacinação contra Febre Aftosa – A imunização do rebanho bovino e bubalino ainda representa uma das principais estratégias de defesa da agropecuária baiana contra a reintrodução do vírus da febre aftosa.

Até o ano de 2007, a vacinação contra a febre aftosa era realizada nos meses de março e setembro. Em 2008, a primeira etapa da vacinação permaneceu sendo realizada no mês de março, no entanto, a segunda etapa ocorreu em novembro, cuja a alteração foi em atenção à observância do calendário nacional recomendado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, passando, no ano de 2009, a ser realizada nos meses de maio e novembro.

A Campanha de Vacinação contra Febre Aftosa constitui-se num conjunto de ações e atividades que vão desde a mobilização do produtor, o controle da qualidade da vacina e fiscalização na distri-



¹ Certificação conferida no ano de 2001 pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE

² Atualmente o Estado da Bahia conta com 723 estabelecimentos que comercializam vacinas e outros produtos veterinários para a agropecuária, os quais são cadastrados e fiscalizados regularmente pela Adab.

buição e comercialização², na orientação sobre os cuidados e técnicas de vacinação, na realização de vacinações assistidas em áreas de risco, e vacinação oficial em comunidades indígenas, até a sua declaração na Agência de Defesa Agropecuária – Adab em uma de suas 71 gerências, 338 escritórios municipais, 19 escritórios distritais localizados na zona rural e distritos distribuídos no Estado.



Acervo: Adab

Seminário para divulgação da Campanha contra a Febre Aftosa em Feira de Santana e em Itabuna

Em apoio à primeira etapa de vacinação contra a Febre Aftosa, ocorrida em maio de 2009, a SEAGRI promoveu seminários nos grandes polos produtivos da Bahia (Feira de Santana, Itabuna, Teixeira de Freitas e São Sebastião do Passé), abordando temas como redução da zona tampão, estratégias de vacinação, calendário da vacinação e o panorama do Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Brasil.

Fruto de intensa participação e envolvimento do setor produtivo, a Campanha de Vacinação do



Acervo: Adab

Seminário para divulgação da Campanha contra a Febre Aftosa em Feira de Santana e em Itabuna

ano de 2009 (1ª etapa realizada em maio) resultou no alcance do índice de 96,5% do rebanho, mantendo o Estado da Bahia dentro de uma elevada margem de segurança frente ao índice mínimo de 90% recomendado pelo Ministério da Agricultura para áreas de Baixo Risco para Febre Aftosa.

Dados preliminares indicam que os resultados obtidos na 2ª etapa da Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa foram bastante satisfatórios, e os dados consolidados desta etapa estarão disponíveis no início de ano de 2010, já que, em 15 de dezembro de 2009, terminou o prazo para que o produtor apresentasse nos escritórios da ADAB os comprovantes de vacinação.

O número de estabelecimentos de criação e a população bovina do Estado, com os índices vacinais alcançados por etapas e por territórios, estão descritos na Tabela 29 que se segue:

TABELA 29

ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO, REBANHOS E ÍNDICES VACINAIS ALCANÇADOS CONTRA A FEBRE AFTOSA BAHIA, 2009

TERRITÓRIO	BOVÍDEO			PROPRIEDADE		
	CADASTRADO	VACINADO	%	EXISTENTE	ATENDIDA	%
Agreste de Alagoinhas/L.Norte	354.912	338.055	95,3	8.038	7.249	90,2
Bacia do Jacuípe	416.605	406.035	97,5	15.313	14.326	93,6
Bacia do Paramirim	127.004	118.731	93,5	7.366	6.556	89,0
Bacia do Rio Corrente	645.797	631.397	97,8	15.041	13.468	89,5
Baixo Sul	62.135	58.515	94,2	2.279	1.870	82,1
Chapada Diamantina	312.905	307.985	98,4	13.005	12.758	98,1
Extremo Sul	1.536.732	1.492.762	97,1	10.330	9.917	96,0
Irecê	185.301	181.788	98,1	7.747	7.515	97,0
Itaparica	40.251	38.918	96,7	1.979	1.890	95,5

Continua

Conclusão da Tabela 29

Itapetinga	909.177	891.321	98,0	5.959	5.818	97,6
Litoral Sul	446.198	429.971	96,4	5.145	4.704	91,4
Médio Rio de Contas	305.056	292.257	95,8	5.205	4.534	87,1
Metropolitana de Salvador	19.743	18.469	93,5	677	606	89,5
Oeste Baiano	743.840	699.472	94,0	15.041	13.468	89,5
Piemonte da Diamantina	208.312	204.970	98,4	8.320	7.986	96,0
Piemonte do Paraguaçu	499.839	491.581	98,3	12.390	11.820	95,4
Piemonte Norte do Itapicuru	174.301	170.397	97,8	6.327	6.088	96,2
Portal do Sertão	261.045	251.085	96,2	9.878	8.789	89,0
Recôncavo	234.088	225.013	96,1	6.261	5.489	87,7
Semiárido Nordeste II	392.516	385.660	98,3	16.067	15.524	96,6
Sertão Produtivo	484.364	461.742	95,3	19.590	18.800	96,0
Sertão do São Francisco	151.549	140.653	92,8	6.742	5.970	88,5
Sisal	334.342	315.505	94,4	14.706	13.448	91,4
Vale do Jiquiriçá	308.180	296.217	96,1	7.070	5.385	76,2
Velho Chico	599.761	572.319	95,4	12.829	11.650	90,8
Vitória da Conquista	669.953	645.495	96,3	21.081	20.428	96,9
TOTAL	10.423.906	10.066.313	96,5	254.386	236.056	93,0

Fonte: SEAGRI/Adab

Merecem destaque os avanços obtidos na área compreendida pela Zona Tampão da Região de Remanso, onde o índice de vacinação saiu de 86,6% no ano de 2008 para 94,7% em 2009, graças ao trabalho da força-tarefa, exercida pela Adab juntamente com o Ministério da Agricultura, para melhorar as condições de segurança sanitária daquela região estratégica para a defesa do país na busca da erradicação completa da febre aftosa em todo o território.

As ações executadas na Zona Tampão (área de transição compreendida entre uma área livre de febre aftosa e outra área ainda com risco sanitário) no período de campanha antiaftosa, a exemplo das *blitze* móveis ocorridas nas feiras semanais, realização de palestras e reuniões voltadas para a educação sanitária, ações de investigação epidemiológica, vigilância ativa, visitas às propriedades, vacinações assistidas e atendimentos individuais a criadores, resultaram no alcance de índices superiores aos obtidos nas últimas campanhas.

Este expressivo aumento do índice vacinal e o acréscimo da população bovina existente cadastrada foram resultados relevantes para o enca-

minhamento da proposição de redução da área de Zona Tampão em 10%, acabando de vez com a zona de transição entre uma área livre de febre aftosa e uma área de risco sanitário, o que resultará na agregação de valor aos produtos da pecuária, sobretudo, da região Oeste da Bahia.

Controle do trânsito de animais susceptíveis à Febre Aftosa

– O trânsito de animais representa o principal fator de risco na disseminação da febre aftosa. Dessa forma, os mecanismos de controle e fiscalização do trânsito são fundamentais para evitar a entrada do vírus da febre aftosa no Estado, além de orientar o planejamento das atividades de vigilância epidemiológica e sanitária, a partir do conhecimento dos fluxos de movimentação dos animais. Nesse sentido, a Guia de Trânsito Animal – GTA, emitida nos escritórios da Adab onde o criador possui seu cadastro, ou emitida nos eventos pecuários oficiais, possuem caráter estratégico como instrumento básico de rastreabilidade ao atestar a origem e destino dos animais transportados, assim como a data da última vacinação contra febre aftosa.

Fundamental na vigilância do Estado contra a febre aftosa, a fiscalização do trânsito de animais

é realizada por meio de 43 barreiras sanitárias fixas e 22 móveis, distribuídas estrategicamente na Zona Tampão, nas divisas com os Estados de risco médio ou desconhecido para febre aftosa,

como também internamente e nas demais divisas do Estado, o que possibilitou a fiscalização de 782.228 animais susceptíveis à febre aftosa no ano de 2009, conforme Tabela 30, a seguir:

TABELA 30
**ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS À AFTOSA FISCALIZADOS EM TRÂNSITO
BAHIA, 2009**

	ESPÉCIE SUSCEPTÍVEL					TOTAL
	BOVINO	BUBALINO	CAPRINO	OVINO	SUÍNO	
Animal Fiscalizado	583.422	5.905	74.235	58.361	60.305	782.228

Fonte: SEAGRI/Adab

Além disso, a Adab realizou o monitoramento da transferência de animais susceptíveis à febre aftosa da área de médio risco para a área livre, mediante quarentena, exame laboratorial e definição do roteiro de trânsito, conforme a Instrução Normativa nº 44 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Ao todo, 296 caprinos, 23 ovinos e 17 bovinos foram transferidos para os Territórios do Portal do Sertão, Sisal, Oeste Baiano, Bacia do Jacuípe, Recôncavo e Sertão do São Francisco. Estas transferências não causaram nenhum risco ao seu valioso status sanitário, graças ao monitoramento dos animais.

A prevenção à febre aftosa demanda também o controle e fiscalização do trânsito de peles de animais susceptíveis à doença, por se tratar de um produto potencial veiculador do vírus. Por conseguinte, o Estado exerce essa função, que se estende aos estabelecimentos que armazenam e comercializam peles, denominados de salgadeiras. Em 2009, foram emitidos 385 Certificados de Inspeção Sanitária para um total de 2.550 toneladas de peles fiscalizadas.

Emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA Eletrônica – Fortalecer e proteger a agropecuária baiana. Com estes objetivos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, em parceria com o Governo Federal, implantou, em outubro de 2009, o que há de mais moderno na área de tecnologia da informação: a Guia de Trânsito

Animal – GTA Eletrônica. A emissão deste documento é amparado pelo Sistema de Defesa Agropecuária – Sidagro, ferramenta gerencial de cadastro, que permite maior comodidade, rapidez e segurança para o produtor, inserindo definitivamente a Bahia para os desafios de uma forte comercialização, com vistas, sobretudo, à exportação de bovinos.

Nesse sentido, alianças estratégicas foram estabelecidas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e a iniciativa privada, através dos seus organismos representativos, tais como: Federação da Agricultura do Estado da Bahia – Faeb, Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Estado da Bahia – Sincar, Fundo de Apoio à Pecuária do Estado da Bahia – Fundap, Associação Baiana dos Criadores – Abac e também os agentes financeiros Banco do Brasil e Banco do Nordeste, demonstrando, dessa forma, que a Bahia está lado a lado com o Brasil por uma agropecuária forte, competitiva e sustentável.

A GTA Eletrônica contemplará os 417 municípios baianos, sendo iniciado, preliminarmente, na concepção de área piloto às regiões do Sudoeste, Sul e Extremo Sul, atingindo de imediato 118 municípios com uma população bovina de 3,7 milhões de cabeças.

A Tabela 31 demonstra o total de GTA Eletrônicas e Manuais emitidas em todo Estado pela Adab.

TABELA 31

**EMIÇÃO DE GUIAS DE TRÂNSITO ANIMAL
BAHIA, 2009**

ESPÉCIE	TRÂNSITO INTERESTADUAL		TRÂNSITO INTERMUNICIPAL		TOTAL	
	GTA	ANIMAL	GTA	ANIMAL	GTA	ANIMAL
Bovídeos	7.468	74.510	468.542	2.133.960	476.010	2.208.470
Caprinos	1.327	47.247	3.625	69.310	4.952	116.557
Ovinos	2.163	62.792	6.067	112.903	8.230	175.695
Suínos	274	4.787	2.372	46.921	2.646	51.708
TOTAL	11.232	189.336	480.606	2.363.094	491.838	2.552.430

Fonte: SEAGRI/Adab

Vigilância Epidemiológica – Além das estratégias descritas anteriormente, o Estado da Bahia se mantém vigilante e ativo para qualquer suspeita que possa indicar a ocorrência da febre aftosa e outras enfermidades cujos sintomas sejam semelhantes. Assim, no ano de 2009, foram registrados e controlados 13 focos de suspeita de enfermidade vesicular nos Territórios de Irecê e Velho Chico, constatando-se, mediante exame laboratorial, tratar-se de estomatite vesicular. Ao contrário da febre aftosa, a estomatite também acomete equídeos, fazendo com que cavalgadas, vaquejadas e outros eventos equestres tenham sido cancelados.

A identificação precoce e a resposta imediata do serviço veterinário oficial, assim como a rápida comunicação e aplicação das medidas sanitárias, revelam a eficiência da Adab como agência de vigilância, assegurando a credibilidade internacional do Estado da Bahia junto aos diversos organismos que tratam da Segurança Sanitária na Agropecuária.

Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

O programa está pautado em estratégias de caráter compulsório e voluntário, voltado ao combate de enfermidades que acometem o rebanho leiteiro e de corte do país, como a brucelose e a tuberculose, que são responsáveis por prejuízos significativos de ordem econômica e de saúde pública, já que ambas as doenças podem acometer o homem (zoonoses).

Dentre as medidas de caráter compulsório adotadas pelo Estado, está a vacinação obrigatória das fêmeas de bovinos e bubalinos, entre três a oito meses de idade, contra a brucelose e a vinculação da emissão da

Guia de Trânsito Animal – GTA à adimplência da propriedade em relação ao programa.

Essa estratégia, associada aos 620 Médicos Veterinários do setor privado cadastrados na Adab e aos 1.882 Agentes Vacinadores formados pela Agência nos últimos cinco anos, resultou na vacinação de 407.838 bezerras, distribuídas em 59.648 propriedades, atendidas no decorrer de 2009.



A ação de caráter estratégico implementada refere-se ao fomento à rede de diagnóstico para as duas enfermidades. Nesse sentido, a Adab, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e em parceria com a Universidade Federal da Bahia – Ufba e a União Metropolitana de Educação e Cultura – Unime, promoveu, em 2009, a realização de um curso para o Treinamento em Métodos de Diagnóstico e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal. Atualmente, 343 Médicos Veterinários estão habilitados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa para atuarem na rede de diagnóstico do Estado da Bahia.

Além disso, o controle da comercialização e distribuição de antígenos e/ou alérgenos utilizados pela rede de diagnóstico do programa, estratégia consolidada pela Adab desde o ano de 2004, por meio dos cin-

co pontos de distribuição situados nos municípios de Salvador, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas, comercializou, neste ano, 68.986 doses de antígenos para brucelose e 55.400 doses de tuberculinas, assegurando o suporte necessário ao êxito do combate a essas enfermidades.

A grande inovação do programa, neste ano, incluiu a implantação do processo de certificação voluntária de propriedades livres de brucelose e tuberculose, requisito cada vez mais exigido pelos mercados importadores de produtos de origem animal, com destaque para leite e a carne. Com a implementação da certificação, o setor agroindustrial passa a valorizar ainda mais a matéria-prima fornecida pelo criador que detém o status sanitário diferenciado, enquanto o consumidor final passa a dispor de uma garantia extra de confiabilidade e qualidade nos produtos adquiridos.

O projeto inovador no Estado prevê a criação de áreas com propriedades livres de brucelose e tuberculose em diversos municípios, tendo como ponto de partida o Território de Irecê como área piloto, sendo nove estabelecimentos de produção de leite (oito em Uibaí e um em Irecê). Estes estabelecimentos já receberam a certificação Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab como livres de tuberculose e brucelose, tendo um produto certificado com garantia sanitária e em condições de competitividade para exportação.

O sucesso do projeto resultará da parceria proativa do setor público, do setor privado e dos produtores envolvidos no processo de certificação, relevante para a modernização da cadeia produtiva do leite, através da elevação da condição sanitária das propriedades leiteiras, com oferta ao consumidor de produtos com baixo risco sanitário, qualitativo e competitivo, e com o envolvimento de todos os elos da cadeia produtiva do leite.

Completa as ações estratégicas, para o ano de 2009, a conclusão dos trabalhos de campo relacionados ao Inquérito Epidemiológico da Tuberculose, em que foram amostradas 1.336 propriedades com a realização de 19.389 testes para detectar a tuberculose em bovinos. Com isso, pela primeira vez no Estado, será estimado o número de animais positivos, propriedades com focos da tuberculose e a sua distribuição geográfica no Estado.

Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros

Considerada uma das zoonoses mais importantes na saúde pública, não só por sua evolução drástica e letal como também por seu elevado impacto socioeconômico negativo, a Raiva é alvo de intensas ações de controle realizadas pela SEAGRI, em consonância com as estratégias definidas pelo Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH, normatizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

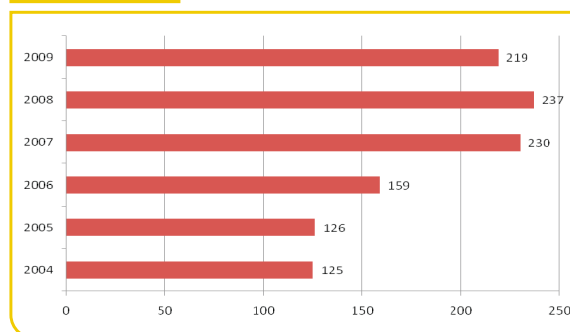
Merece destaque a reunião anual, realizada em abril de 2009, no município de Andaraí, que contou com a participação de 23 Médicos Veterinários responsáveis pelas ações do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH, visando estabelecer o planejamento anual, como também para a padronização dos procedimentos a serem adotados em todo o Estado.

As principais ações desenvolvidas foram:

Vigilância Epidemiológica – Intensificada nos últimos seis anos, conforme Gráfico 7, as ações de vigilância epidemiológica possibilitaram definir o primeiro mapeamento geográfico da raiva dos herbívoros para a Bahia, com a identificação de 11 municípios de risco para doença, os quais passaram a receber maior atenção por parte do controle oficial. Ao todo, foram colhidas 219 amostras de material encefálico para diagnóstico, demonstrando a intensificação da vigilância epidemiológica no Estado da Bahia, em resposta às notificações de suspeitas de doenças neurológicas, com um total de 80 focos de raiva identificados e atendidos pelas equipes da Adab no ano de 2009.

GRÁFICO 7

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – QUANTIDADE DE AMOSTRA DE MATERIAL BAHIA, 2004-2009

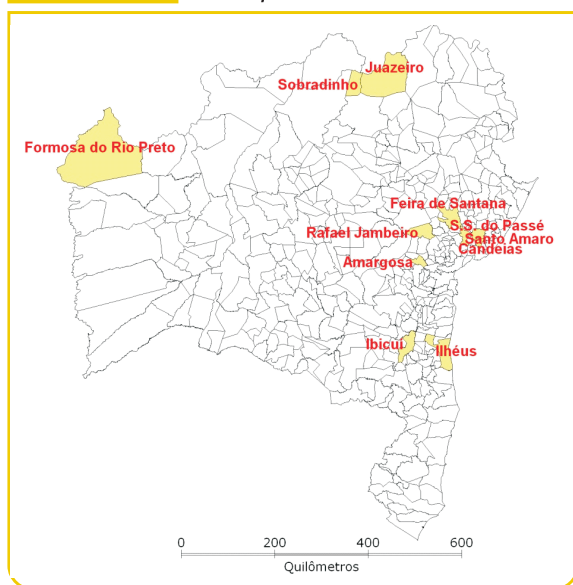


Fonte: SEAGRI/Adab

A definição das áreas de risco para a Raiva levou à publicação da Portaria 362, em dezembro de 2008, através da qual é determinada a obrigatoriedade da vacinação antirrábica nos municípios de risco para a doença. Salienta-se que a Bahia faz parte de um seleto grupo de estados que possuem esta certificação.

MAPA 3

**MUNICÍPIOS COM RISCO DE
OCORRÊNCIA DA RAIVA
BAHIA, 2009**



Fonte: SEAGRI/Adab

Controle Populacional de Morcegos Hematófagos

– Principal estratégia de redução da prevalência da Raiva dos Herbívoros, o controle da população de morcegos hematófagos (*Desmodus rotundus*) tem como base o cadastramento e monitoramento dos abrigos e a captura dos morcegos, quando da ocorrência de focos da doença ou quando registrado o aumento populacional das colônias monitoradas.

Em 2009, foram desenvolvidas 55 intervenções para o controle populacional do *Desmodus rotundus*, destacando-se o cadastramento, monitoramento e captura de morcegos, de maneira que 37 novos abrigos foram identificados e monitorados no Estado.

Compõe ainda o conjunto principal de medidas de controle da enfermidade a vacinação antirrábica dos herbívoros, contando com grande adesão dos produtores, o que pode ser constatado pela quantidade de vacina comercializada no Estado, que, neste ano, chegou a nove milhões de doses.

Programa de Prevenção a Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB

O Brasil é considerado livre da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Para manter esta condição e melhorar a classificação do país quanto ao risco de reincidência da doença, o Estado da Bahia vem cumprindo com todas as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, visando à proteção da saúde de sua população e de sua economia.

Entre as medidas de vigilância epidemiológica, foram realizadas coletas de amostras de animais com suspeita clínica da doença neurológica, sendo todas negativas aos exames de laboratório realizados. Já como ação de vigilância sanitária, destaca-se a fiscalização do uso de proteína animal na ração para ruminantes, em atendimento à legislação federal, sendo que a Bahia foi o primeiro estado a elaborar e publicar seu próprio instrumento legal, com a edição da Portaria nº. 441, em dezembro de 2008.

Programa de Sanidade dos Caprinos e Ovinos

A caprino-ovinocultura representa uma das principais atividades econômicas e de subsistência da Bahia, sobretudo na região do semiárido, a qual corresponde a três quartos do território baiano. São 2.139.749 caprinos e 2.672.868 ovinos, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE, o que confere o título de maior rebanho caprino e segundo maior de ovinos do país.

São 57.282 estabelecimentos agropecuários com caprinos e 96.576 com ovinos, em sua maioria representada pela agricultura familiar.

Além da expressividade numérica do rebanho, nos últimos anos, o Estado da Bahia vem passando por significativo processo de desenvolvimento da atividade, com a consolidação de inúmeras cooperativas, associações, frigoríficos e laticínios. No entanto, esse processo ainda carece dos requisitos de segurança sanitária necessários à sua sustentabilidade. É nesse sentido que o Programa Estadual de Sanidade dos Caprinos e Ovinos tem como principais eixos de ação a caracterização epidemiológica e vigilância sanitária, a educação sanitária e a implementação de ações e projetos de caráter estratégicos, os quais têm seus resultados descritos a seguir:

Cadastramento dos estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos – Iniciado no final do ano de 2007, o cadastramento dos estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos corresponde à ação primordial de todo o trabalho de vigilância epidemiológica necessária ao desenvolvimento sanitário da caprino-ovinocultura

baiana. Os resultados obtidos com esta ação, no ano de 2009, estão listados na Tabela 32 que se segue, cabendo destacar o significativo avanço no Território do Sertão do São Francisco, que saltou de 314 propriedades cadastradas no ano de 2008 para 1.156 novos cadastros realizados em 2009.

TABELA 32

ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO E REBANHOS DE CAPRINOS E OVINOS CADASTRADOS BAHIA, 2009

TERRITÓRIO	ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS	REBANHO CADASTRADO	
		CAPRINO	OVINO
Bacia do Jacuípe	22	-	120
Chapada Diamantina	60	310	-
Irecê	413	2.754	4.316
Itaparica	60	310	-
Portal do Sertão	90	-	466
Sertão do São Francisco	1.156	127.825	116.777
Sisal	24	307	930
TOTAL	1.825	131.506	122.609

Fonte: SEAGRI/Adab

Controle da Rede Laboratorial de Diagnóstico da CAE no Estado da Bahia - Fomentada pela Adab, a rede laboratorial de diagnóstico da Artrite Encefalite Caprina – CAE da Bahia está constituída por 11 laboratórios distribuídos em vários territórios. Isso possibilitou a exigência do atestado de exame negativo para a CAE como pré-requisito à admissão dos caprinos nas exposições agropecuárias do Estado, ação pioneira no país.

Além disso, o controle dos diagnósticos, realizados por essa rede laboratorial, vem gerando importantes subsídios para a vigilância epidemiológica da CAE no Estado, especialmente por cobrir os rebanhos de maior risco para essa enfermidade, que são os animais de raça que participam de exposições.

A Tabela 33 apresenta a compilação dos dados fornecidos pelo conjunto de laboratórios.

TABELA 33

DIAGNÓSTICO PARA CAE ATRAVÉS DA REDE LABORATORIAL DO ESTADO BAHIA, 2009

TERRITÓRIO	ESTABELECIMENTO ANALISADO		ANIMAL TESTADO	
	TOTAL	FOCO	TOTAL	REAGENTE
Agreste de Alagoinhas	1	-	8	-
Bacia do Jacuípe	8	-	1.104	-
Irecê	11	4	1.997	13
Piemonte Norte do Itapicuru	13	-	1.838	-
Piemonte do Paraguaçu	4	2	28	4
Portal do Sertão	6	-	39	-
Recôncavo	2	-	18	-
Semiárido Nordeste II	6	-	1.235	-
Sertão do São Francisco	1	-	1	-
Sisal	7	-	495	-
Velho Chico	3	-	22	-
TOTAL	62	6	6.785	17

Fonte: SEAGRI/Adab

Vigilância e Estudos Epidemiológicos – Entre os principais obstáculos enfrentados pela Defesa Agropecuária para a sanidade dos caprinos e ovinos, está a deficiência de informações epidemiológicas sobre as enfermidades que acometem essas espécies, assim como a carência de mecanismos de controle, a exemplo de imunógenos e técnicas de diagnóstico.

Para superar essa deficiência, a Adab vem intensificando a cooperação técnico-científica com instituições de pesquisa que trabalham com sanidade dos pequenos ruminantes. Os projetos em curso e seus resultados parciais estão descritos no capítulo deste relatório, referente a pesquisas.

Complementa as ações de vigilância epidemiológica, no âmbito do Programa de Sanidade dos Caprinos e Ovinos, o atendimento às ocorrências sanitárias, em que, mais uma vez, tem sido fundamental a cooperação com instituições de pesquisa.

Educação Sanitária – Essa ação tem por objetivo sensibilizar os produtores e a sociedade quanto ao cadastramento, o controle do trânsito de animais (incluindo o bem-estar animal) e as enfermidades que acometem os caprinos e ovinos, entre outras questões de ordem sanitária.

Dentro desse contexto, o diagnóstico educativo sanitário exerce papel de fundamental importância por nortear e monitorar as ações educativas, na medida em que possibilita conhecer o perfil socioeconômico, político e cultural do público a ser atendido, assim como o grau de conhecimento, comportamento e atitudes acerca das questões sanitárias que envolvem a produção de caprinos e ovinos.

Teve início, neste ano, o Diagnóstico Educativo Sanitário para Caprino-ovinocultura, tendo como ponto de partida o município de Pintadas, situado no Território Bacia do Jacuípe, onde foram entrevistados 70 produtores. Além disso, o programa continua desenvolvendo ações educativas sanitárias num total de 962 produtores atendidos.

Ações e Projetos Estratégicos – Escritórios Comunitários – O projeto consiste na implantação de escritórios da Adab em comunidades ou distritos que estejam distantes da sede do município e que possuam um significativo comércio de animais, visando facilitar o acesso dos agricultores familiares ao serviço de emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA.

Como experiência piloto, foi implantado o Escritório Comunitário da Adab na Fazenda Icó, um estabelecimento que pertence a um conjunto de associações comunitárias do Distrito de Itamotinga, município de Juazeiro.

Programa de Sanidade dos Equídeos

A Bahia possui o maior rebanho equídeo do país, com cerca de 1,25 milhão de cabeças, destacando-se também pela qualidade zootécnica de seus animais. As principais raças selecionadas na Bahia são: Mangalarga Marchador, Quarto de Milha, Campolina, Piquira, Pôneis, Appaloosa, Brasileiro de Hipismo, Jumento Pêga, Mangalarga, Paint Horse.

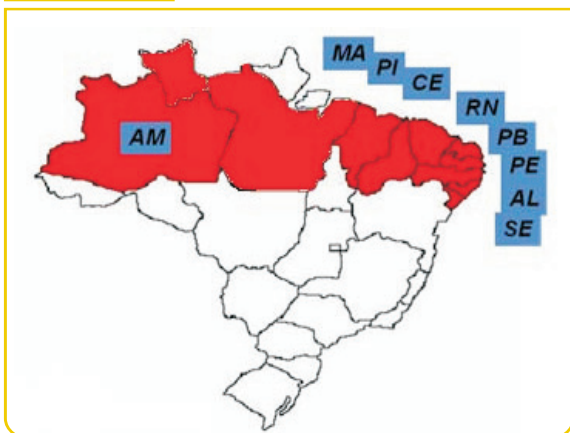
A importância socioeconômica do complexo do agronegócio equídeo envolve desde a realização de eventos equestres (vaquejadas, cavalgadas, provas hípicas, missas de vaqueiro, exposições agropecuárias e leilões) e sua utilização como meio de transporte na zona rural, até a exportação da carne para países como Bélgica, França, Holanda e Itália, através do frigorífico específico para equídeos situado no município de Itapetinga.

Indiretamente, a equideocultura é fundamental para a agricultura familiar e o desenvolvimento das principais cadeias agroindustriais do Estado tais como: a carne bovina, leite, sisal e cacau.

O Programa de Sanidade dos Equídeos contempla o controle e a erradicação, principalmente da anemia infecciosa equina e a manutenção do status de zona livre do Mormo. Estas doenças constituem o principal obstáculo ao desenvolvimento da equideocultura mundial.

MAPA 4

**ESTADOS COM INCIDÊNCIA DO MORMO
BRASIL, 2009**



Fonte: SEAGRI/Adab

A Anemia Infecciosa Equina é endêmica no Estado e está em fase inicial de controle. As principais ações desenvolvidas foram: fiscalização de 116 eventos equestres, realização de 42 inquéritos sorológicos em parceria com prefeituras municipais, ações de educação sanitária, sacrifício de 843 equídeos positivos e saneamento dos focos. Atualmente, 2.500 propriedades-foco estão sob processo de saneamento pela Adab.

Como ações futuras, estão previstos um inquérito sorológico estadual, a criação de um modelo de análise de riscos e a elaboração de um Plano Estadual de Sanidade dos Equídeos.

Programa de Sanidade dos Suínos

Com o surgimento do vírus A/H1N1 em humanos no Brasil e o risco de transmissão para suínos, a Bahia foi o primeiro Estado brasileiro a elaborar um Plano de Contingência para o enfrentamento do vírus, contemplando uma série de medidas eficazes e oportunas de defesa sanitária capazes de impedir a introdução do vírus da Influenza A/H1N1 nas granjas e plantéis do Estado e/ou monitorar e identificar casos de uma possível cepa pandêmica entre os animais. Como medida inicial do Plano, a Adab procedeu ao recadastramento com georreferenciamento das granjas tecnificadas ou que utilizam insumos e pacotes tecnológicos adequados para a produção industrial. Foram recadastradas 55 granjas, com uma população de 77.324 suínos.

Programa Estadual de Sanidade Avícola

O Programa Estadual de Sanidade Avícola já contabiliza resultados importantes, graças à parceria estabelecida entre a SEAGRI, Ministério da Agricultura e a Associação Baiana dos Avicultores – ABA, viabilizando uma cadeia produtiva em franco processo de expansão.

Atualmente, são dez abatedouros frigoríficos já em funcionamento no Estado, sete granjas produtoras de matrizes (matrizeiros), cinco incubatórios (produção de pintinhos), e um universo produtivo constituído por 616 granjas de corte e 56 de postura, todas devidamente cadastradas e monitoradas.

Os principais polos avícolas da Bahia estão situados nos Territórios Portal do Sertão, Agreste de Alagoinhas-Litoral Norte, Oeste Baiano, Vitória da Conquista e Recôncavo, que são responsáveis por uma produção de 66.779.265 aves abatidas, 240 milhões de ovos, comercializados inclusive no mercado externo. A produção de avestruzes (estruticultura) está concentrada nos Territórios de Irecê, Itaparica, Sertão do São Francisco, Médio Rio de Contas e Oeste.

Para o controle da salmonelose, da micoplasmose, da doença de *newcastle* e para a prevenção à introdução da *influenza* aviária, merecem destaque: o monitoramento epidemiológico dos estabelecimentos avícolas, cuja mortalidade de aves tenha ultrapassado 10% da população alojada; o monitoramento das aves caipiras no entorno dos matrizeiros; o controle do trânsito de aves; e o monitoramento dos sítios de pouso de aves migratórias.

Como resultado do conjunto de ações desenvolvidas, a Bahia obteve do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa a Classificação C que geralmente associa casos esporádicos e surtos localizados quanto ao Sistema de Atenção Veterinária para Avicultura, juntamente com os principais Estados produtores do Brasil. Isso possibilita ao Estado comercializar seus produtos avícolas para as principais unidades da Federação; a abertura de novos mercados; a atração de novos projetos avícolas devido à garantia da sanidade dos plantéis; além de assegurar ao consumidor final um produto de maior qualidade.

MAPA 5

PONTOS DE POUSO DE AVES MIGRATÓRIAS
E LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS
PÓLOS DE AVICULTURA INDUSTRIAL
E ESTRUTURICULTURA
BAHIA, 2009



Fonte: SEAGRI/Adab

Visando a verificação do serviço de defesa do PNSA, foi realizado o segundo treinamento simulado em emergência sanitária com a participação de 33 fiscais estaduais agropecuários que participam do Grupo Executivo de Atendimento a Doenças Emergenciais – Gease. Esse treinamento foi de suma importância para o conhecimento da ambiência das etapas dos processos de erradicação emergencial no caso de introdução da doença.

Programa de Sanidade dos Animais Aquáticos

No ano de 2009, o Programa de Sanidade dos Animais Aquáticos manteve as atividades de vigilância e monitoramento das fazendas de carcinocultura do município de Canavieiras (Litoral Sul), onde ocorreu o foco de Mancha Branca (WSS) e Necrose Hipodérmica Hematopoiética Infecciosa (IHHN) dos camarões no segundo semestre de 2008. As fazendas da região retornaram a produção, obtendo bons resultados no primeiro ciclo, graças a ação conjunta entre a Adab e a Bahia Pesca, que vêm trabalhando para estimular o soerguimento da carcinocultura local.

Além disso, através do Programa, foi iniciado, em 2009, o cadastramento e monitoramento de fazendas produtoras de camarão em outros territórios do Estado, tendo sido cadastrados 100 estabelecimentos de produção. Outra ação

importante para o programa foi a criação da equipe de emergência sanitária para doenças de animais aquáticos para atuar na identificação e controle das principais enfermidades.

Visando promover o desenvolvimento sanitário da aquicultura baiana, foi criado o Comitê Estadual de Sanidade dos Animais Aquáticos, composto pelos órgãos oficiais de defesa agropecuária, instituições de fomento, pesquisa, ensino e meio ambiente, o qual atuará como órgão consultivo e de assessoramento da Adab na execução do programa.

BAHIA QUE PRODUZ – SANIDADE VEGETAL

Manejo da Ferrugem Asiática da Soja

A área de soja semeada no Oeste da Bahia, na safra 2008/2009, foi de 982.900 hectares com uma produtividade média de 42,5 sacos por hectare, totalizando uma produção de 2,5 milhões de toneladas, configurando-se como sétimo maior produtor do Brasil. A Bahia, na última safra, registrou uma alta pressão de inóculo da ferrugem da soja, diagnosticada nos laboratórios de diagnose rápida, sendo avaliado de que a elevada severidade constatada se deve às condições climáticas para o desenvolvimento do fungo, observada em praticamente todo o ciclo da cultura.

Perdas consideráveis, que levaram à redução da produtividade, quando comparada ao ano anterior, devido ao excesso de chuvas a partir do mês de março e que se estendeu até o mês de junho, prejudicaram consideravelmente o processo de colheita. As perdas computadas foram de 20%, sendo que, desse percentual, apenas 5% foram relacionadas à ocorrência da ferrugem da soja, o que demonstra a eficiência técnica do Programa.

O Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, em sua reunião ordinária anual, decidiu não flexibilizar a semeadura de sementes de soja em regime irrigado no período do Vazio Sanitário, com a finalidade de manter a pressão de inóculo baixa para a próxima safra. O Vazio Sanitário é a prática de eliminação de todas as fontes de inóculo decorrentes da safra

anterior, ou seja, os restos culturais da primeira colheita que não podem ficar no campo por se constituírem hospedeiros das pragas da cultura em foco.

Para a safra 2008/2009, foram disponibilizados pelo Projeto de Manejo da Ferrugem da Soja nove laboratórios de diagnose rápida da Ferru-

gem Asiática da Soja, que já se encontram à disposição dos produtores (Quadro 5). Os laboratórios funcionam por meio de parceria público-privada com a supervisão e coordenação da Adab. As informações de ocorrências da ferrugem geradas pelo laboratório são confirmadas pela equipe técnica da Adab e disponibilizadas mediante emissão de alerta fitossanitário.

QUADRO 5
**LABORATÓRIOS DE DIAGNOSE RÁPIDA PARA FERRUGEM ASIÁTICA
BAHIA, 2009**

LABORATÓRIO	LOCAL	MUNICÍPIO
Minilab (BASF)	Consultoria Círculo Verde	Luís Eduardo Magalhães
Minilab (BASF)	Agromil	Luís Eduardo Magalhães
Minilab (BASF)	Lavrobrás	Luís Eduardo Magalhães
Minilab (BASF)	Semear	Luís Eduardo Magalhães
Minilab (BASF)	Lavrobrás	Correntina (Rosário)
Minilab (BASF)	Semear	Correntina (Rosário)
Minilab (BASF)	Adab	Barreiras
Minilab (BASF)	Ao lado do Supermercado Juca	São Desidério
SOS Soja (BAYER)	Secretaria de Agricultura	Luís Eduardo Magalhães

Fonte: SEAGRI/Adab

O primeiro foco da ferrugem da soja no Oeste da Bahia foi identificado em janeiro de 2009 na região de Roda Velha, município de São Desidério. Após a confirmação no Laboratório de Diagnose Rápida de Barreiras, imediatamente os fiscais estaduais agropecuários foram acionados para monitorar a área com coleta de novas amostras para confirmação do foco e divulgação no Sistema de Alerta.

No período da safra 2008/2009, foram registradas 277 ocorrências de ferrugem asiática da soja no sistema de alerta da Embrapa, confirmadas nos Laboratórios de Diagnose Rápida da Adab. Dessas ocorrências, 190 foram consideradas como focos, as demais são repetições de ocorrências numa mesma área. Os resultados obtidos no monitoramento da praga na região, quando comparado com os outros estados, reafirmam a eficiência do Projeto de Manejo da Ferrugem da Soja, sendo a Bahia o segundo Estado em número de registro de ocorrências no Sistema de Alerta do Consórcio Antiferrugem.

Ações de Controle do Mofo Branco

Nas principais microrregiões produtoras de soja no Oeste da Bahia, foi realizado um Levantamento Epidemiológico do Mofo Branco para avaliar a situação fitossanitária da soja no que se refere à incidência da doença.

O inquérito epidemiológico foi realizado em 210 propriedades rurais da região de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto e Jaborandi. A área inquirida foi de 325.056 hectares, correspondente a 34% do total da área semeada com soja na safra 2008/2009, conforme estimativa da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – Aiba (2009); em 74% da área inquirida, foi descrita a ocorrência de Mofo Branco, sendo 55,8% descrita como baixa incidência, 12,6% como média incidência, 5,3% como alta incidência e 26,3% como sem ocorrência.

QUADRO 6

**RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INQUIRIDOS NO OESTE DA BAHIA
BAHIA, 2009**

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	LOCALIDADE
São Desidério	Roda Velha	Barreiras	Região da Aisa/Santa Cruz
São Desidério	Linha Timbauba	Barreiras	Placas
São Desidério	Linha Diamantina	Barreiras	Estrada do Café
São Desidério	Linha Verde	Riachão das Neves	Ouro Verde
São Desidério	Linha Paraíso	Riachão das Neves	Anel da Soja
Luís Eduardo Magalhães	BA 460	Jaborandi	Pratudão
Luís Eduardo Magalhães	Bela Vista/Placas	Formosa do Rio Preto	Anel da Soja
Luís Eduardo Magalhães	Novo Paraná/ Alto Horizonte	Formosa do Rio Preto	Coaceral
Luís Eduardo Magalhães	LEM/Taguatinga	Correntina	Rosário

Fonte: SEAGRI/Adab

Os resultados do inquérito epidemiológico do Mofo Branco na Região Oeste da Bahia (Quadro 6) foram apresentados no *workshop* realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste da Bahia – Fundação BA, no município de Luís Eduardo Magalhães.

Bahia destaca-se pela sua qualidade, comparada aos melhores algodões do mundo.

A cotonicultura baiana, até a década de 80, era o carro-chefe no polo produtor de Guanambi, aonde se chegou a plantar 330 mil hectares e criar 500 mil postos de trabalho. O mau preparo do solo, sementes de qualidade inferior, falta de manutenção da cultura e a introdução do bicudo (praga chave do algodão em todo o mundo), determinaram o fim do algodão como riqueza regional.

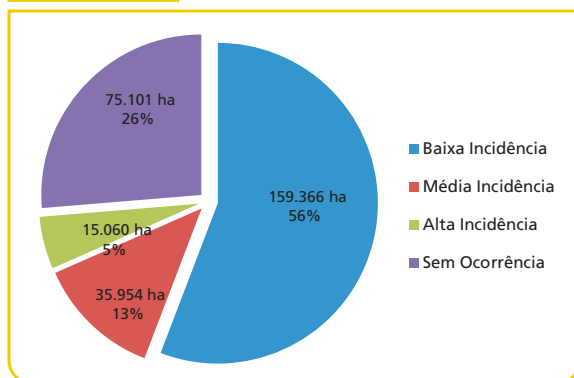
O pioneirismo e empreendedorismo dos agricultores do cerrado da Bahia permitiram a implantação da cultura do algodão na Região Oeste da Bahia, com 2.400 hectares na safra 1995/1996, com exponenciais aumentos de área plantada, a cada safra, o que bem caracteriza a importância da cadeia produtiva do algodão para o Estado da Bahia.

Desde então, o plantio de algodão (*Gossypium hirsutum* L., *Malvaceae*) em todo o Estado vem apresentando um extraordinário crescimento, atingindo, na safra 2008/2009, um total de 293.830 hectares, correspondente a 235 propriedades, com uma produção de 975.404 toneladas.

Atenta à importância da cotonicultura para o Estado, foram promovidas ações estratégicas de defesa fitossanitária, visando a manutenção e sustentabilidade do agronegócio algodão, tais como: fiscalização da data limite de plantio, condução da cultu-

GRÁFICO 8

**NÍVEL DE INCIDÊNCIA DE MOFO
BRANCO NA CULTURA DA SOJA NO OESTE
BAHIA, 2009**



Fonte: SEAGRI/Adab

Programa Fitossanitário do Algodão

Símbolo do desenvolvimento e da força da Região Oeste nos últimos anos, o algodão do Estado da Bahia é o primeiro em qualidade do país, ocupando posição de destaque na produção nacional. Reafirmando a sua posição nos cenários nacional e internacional, a cotonicultura da Região Oeste da

ra quanto ao controle de pragas (principalmente do bicudo), uso correto de agrotóxicos e devolução das embalagens vazias, data limite para o arranquio das soqueiras, eliminação de tigueras (plantas voluntárias que germinam irregularmente), rotação de culturas, que são todos requisitos para a concessão do Certificado de Regularidade, aos produtores que pleiteiam o incentivo fiscal do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão da Bahia – Proalba.

Na safra 2008/2009, a Adab realizou um inquérito fitossanitário sobre a podridão de maçãs do algodoeiro do Oeste, nos meses de maio e junho, quando foram inquiridas 101 propriedades, equivalentes a 157.136 hectares, 60% da área plantada com algodão no Oeste, com estimativa de perda da região inspecionada em até 100 arrobas por hectares.

Com o objetivo de avaliar as possíveis perdas causadas por mofo branco na cultura do algodão, foi realizado o inquérito fitossanitário para avaliar a ocorrência da doença por meio dos focos encontrados em 127 propriedades, totalizando 202.091 hectares.

Observou-se que, em 90 mil hectares inspecionados, não foi detectada nenhuma ocorrência da praga; uma baixa ocorrência em 96 mil hectares e média ocorrência em 16 mil hectares, não havendo nenhuma região que caracterizasse alta ocorrência. Dessa maneira, a perda, em relação à incidência de mofo branco, deve ser considerada desprezível.

A destruição da soqueira, que é a retirada dos restos culturais da safra anterior, que não podem ficar no campo sob pena de comprometer a próxima safra por serem hospedeiros de pragas que atacam a cultura do algodão, é uma prática essencial no combate ao bicudo, pois elimina o alimento da praga na entressafra. Para ter seu efeito maximizado, é importante que seja realizada imediatamente após a colheita, com total empenho, para destruir todas as plantas de algodão.

Foram concedidos 116 certificados, representando 91,3% dos produtores que cumpriram integralmente as normas do Proalba. Ressalta-se que, das propriedades fiscalizadas, 97,5% cumpriram as datas limite de plantio e 89,8% cumpriram tan-

to as datas limite para o plantio como para o arranquio das soqueiras, o que demonstra a ampla adesão do setor produtivo ao Programa.

Um dado relevante é que, na safra 2003/2004, a área com soqueira representava 22,8% da área plantada. Contudo, com a ação fiscalizatória sistemática por parte da Adab, houve redução da área com soqueira, alcançando, na safra 2007/2008, o patamar de 2,7% da área cultivada, permanecendo o mesmo percentual na safra 2008 /2009, mesmo com a expansão da cotonicultura.

Na safra 2008/2009, também 200 agricultores familiares foram incorporados ao Programa e enquadrados às normas do Proalba, ressaltando como resultado uma evolução positiva. Apesar de focos de resistência, 63% dos produtores cumpriram a data limite de plantio e 52%, além de cumprirem a data limite de plantio, também realizaram a destruição das soqueiras.

Visando a difusão de novas tecnologias, foi realizado um Dia de Campo da Cultura do Algodão na região do Vale do Iuiú, com a participação de 560 produtores, tendo como objetivo a capacitação e mobilização do setor produtivo para o aprimoramento do sistema de produção do algodão, com vistas à revitalização e sustentabilidade da cadeia produtiva. Neste evento, foram abordados temas como algodão adensado, controle legislativo, implantação dos núcleos regionais e sua contribuição para uma cotonicultura sustentável, uso e armazenamento correto de agrotóxicos, colheita seletiva, beneficiamento e comercialização do caroço e da pluma.



Dia de campo no Vale do Iuiú

Crédito: SEAGRI

Programa Fitossanitário da Cultura dos Citros

A citricultura baiana é marcada por peculiaridades de uma atividade socioeconômica e cultural que caracterizam as diversas regiões fisiográficas do Estado (Agreste de Alagoinhas, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Oeste e Chapada Diamantina), abrangendo, aproximadamente, 426 mil agricultores, sejam eles proprietários da terra, arrendatários, meeiros, ou assentados.

No Oeste, a citricultura tem caráter empresarial, com poucos pomares, mas que ocupam grandes extensões territoriais, adota sistemas de irrigação, investe em nutrição de plantas e correções de solo, qualifica e emprega mão-de-obra no setor formal da economia, organiza o setor produtivo em associações e cooperativas, combate as pragas mediante métodos de controle disponibilizados pela pesquisa agrícola.

Os Territórios do Agreste de Alagoinhas e o Litoral Norte caracterizam-se por pequenas, médias e grandes propriedades rurais, nas quais a citricultura reflete o tradicionalismo de uma atividade praticada há quatro décadas. Naquelas regiões, o Estado tem dispensado investimentos em prol da modernização e qualificação do setor, destacando-se as ações interinstitucionais executadas, a exemplo do treinamento da mão-de-obra, formação de agentes pragueiros, tecnologia de aplicação, uso seguro e correto de agrotóxicos, implantação de uma unidade de beneficiamento de citros (Mercado do Produtor), de duas biofábricas para a produção de borbulhas protegidas e uma de produção de agente de controle biológico, a microvespa *ageniaspis citricola* utilizada no controle da praga Larva Minadora dos Citros, monitoramento de pragas, tais como Leprose dos Citros e Clorose Variegada dos Citros, acompanhamento e fortalecimento das iniciativas organizacionais do setor produtivo.

O Recôncavo baiano retrata a agricultura familiar em seus diminutos módulos rurais, em sua maioria, menores que 10 ha, com a atividade integrada com a produção de gêneros de subsistência (milho, feijão, amendoim, mandioca, inhame e batata-doce) e pequenas criações. Neste território, encontramos pomares envelhecidos e em processo de substituição bastante diversificados do ponto de vista da constituição de variedades de cítricos (laranjas

pêra, bahia e baianinha; tangerinas e seus híbridos; limões verdadeiros; lima ácida tahiti).

Além das três regiões descritas anteriormente, a citricultura baiana expande-se com muito vigor na Chapada Diamantina, haja vista os atuais investimentos empresariais no cultivo de lima ácida tahiti e a potencialidade do grupo das tangerinas, cujas variedades estão sendo pesquisadas pela Embrapa/CNPMP, com vistas à aclimação a elevadas altitudes.

Nada disso, porém, seria possível se não fosse a condição fitossanitária da citricultura baiana, cujo status de livre de *Huanglongbing* (HLB), Cancro Cítrico, Mancha Preta dos Citros, Morte Súbita e Mosca Negra dos Citros não tivesse sido reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, em recente trabalho de Caracterização de Área Livre de Pragas (2008).



Dentre as ações desenvolvidas durante o ano de 2009 pela Adab, destacam-se:

- Realização de três encontros técnicos nos municípios de Alagoinhas, Itapicuru e Rio Real, em que foram capacitados 70 produtores de mudas cítricas discutidos os instrumentos legais que normatizam a produção deste setor e no âmbito estadual;
- Fiscalização do trânsito de vegetais com a inspeção de 450 toneladas de produtos, das quais 18 toneladas de tangerina Ponkan foram apreendidas devido à apresentação de sintomas de pragas, ausência de documentação fitossanitária, material que representava risco para disseminação de pragas;

- Apreensão e destruição de 2.414 mudas de ornamentais e frutíferas procedentes de Teófilo Otoni (Minas Gerais), com destino a Brasília (Distrito Federal), que estavam sendo comercializadas de forma clandestina em Vitória da Conquista, no Sudoeste baiano;
- Apreensão e destruição de 3.950 mudas cítricas, comercializadas de forma ambulante no município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano. O referido material não dispunha de nenhum documento fitossanitário que atestasse sua origem;
- Apreensão e destruição de 2.630 mudas de cítricos e murta (*murraya sp.*), de procedência desconhecida, sem documentos fitossanitários, comercializadas de forma ambulante no Mercado do Produtor, em Juazeiro;
- Operação Guinárdia, realizada em novembro de 2009, apreendeu e destruiu 1,5 toneladas de frutos cítricos sintomáticos para a Pinta Preta dos Citros no Recôncavo baiano e Região Metropolitana de Salvador;
- Monitoramento do ácaro vetor da Leprose dos Citros, nos municípios de Rio Real e Itapicuru, perfazendo um total de 103 e 58 propriedades inspecionadas/notificadas, respectivamente;
- Divulgação de cinco trabalhos de pesquisa em parceria com a Embrapa/CNPMF e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB no Congresso Brasileiro de Fitopatologia (internacional), na II Jornada Científica de Pesquisa da Embrapa/CNPMF (estadual) e no III Seminário de Pesquisa do Recôncavo da Bahia (estadual);
- Realização de treinamento técnico para 57 alunos da Escola Família Agrícola, no município de Rio Real, com vistas à identificação de sintomas e controle da Leprose dos Citros;
- Participação no II Encontro da Citricultura da Bahia e Sergipe, com a atualização técnica de dez engenheiros agrônomos;
- Participação no *Workshop* Desafios à Citricultura no Nordeste e a Produção de Mudas Livres de Pragas, realizado com o apoio da Biofábrica Moscamed, e o VIII FRULAPA, que discutiu a proposta de diversificação para a fruticultura irrigada;
- Demonstração do Sistema de Produção de Mudas Cítricas em Ambiente Protegido durante a realização da Fenagro/2009;
- Elaboração de uma cartilha com objetivo de alertar a cadeia produtiva dos citros para a ameaça das pragas ausentes em nosso território,

contextualizando esta atividade socioeconômica, delimitando as áreas produtoras, elencando os desafios, destacando a importância do serviço de defesa agropecuária, apresentando a legislação fitossanitária e descrevendo os sintomas das referidas pragas: Huanglongbing (HLB) Ex-Greening, Cancro Cítrico, Pinta Preta e Mosca Negra dos Citros.

Atenta ao dinamismo que envolve o setor da defesa agropecuária, a Adab participou de: Reunião Técnica Pré-Fonesa, para tratar das Instruções Normativas que regulam as atividades pertinentes ao controle do *Greening*, trânsito de frutos procedentes de áreas com ocorrência de Pinta Preta, emissão de Certificado Fitosanitário de Origem – CFO e Certificado Fitosanitário de Origem Consolidado – CFC; Reunião de Contestação à IN 01 de 2009, promovida pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária – Adagro, em Pernambuco; Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária – Fonesa em Sergipe; Lançamento da Câmara Setorial de Citros, em Alagoinhas; 1º Seminário da Citricultura do Estado de Sergipe; Fórum Nacional sobre Sistema de Mitigação de Risco do Cancro Cítrico; e do trabalho de equipe junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, visando a atualização da Legislação Federal do HLB, praga que afeta os citros.

Controle de Moscas-das-Frutas

A fruticultura irrigada desenvolvida no Vale do Submédio São Francisco é um exemplo de área com um diferencial estratégico, responsável por mais de 90% das exportações de manga e uva de mesa, que, com 35 mil ha implantados, geram grandes impactos socioeconômicos, com cerca de 70 mil empregos diretos e 200 mil indiretos, proporcionando trabalho, divisas e exportações para mais de 30 países, com uma receita média anual de 180 milhões de dólares.

Em 29 de agosto de 2006, foi publicada a Instrução Normativa Nº 45 da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa criando a Área de Proteção Fitosanitária do Vale do São Francisco – APF-VSF, compreendendo os municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sento Sé, Abaré e Sobradinho, no Estado da Bahia, e os municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, no Estado de Pernambuco.

A parceria firmada entre a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – Adagro e a Biofábrica Moscamed Brasil tem contribuído para o estabelecimento na APF que tem por finalidade o desenvolvimento e fortalecimento da fruticultura na região, especialmente no que se refere aos trabalhos que visam impedir a introdução de Pragas Quarentenárias Ausentes (A1 – pragas que não ocorrem no Brasil), o controle das Pragas Quarentenárias Presentes (A2 – pragas que estão presentes no Brasil, restritas a algumas regiões e sob controle oficial) e daquelas com restrição fitossanitária dos países importadores, sobretudo a praga das moscas-das-frutas.

A principal ameaça a essa fruticultura são as moscas-das-frutas. Essa praga se constitui a maior exigência quarentenária para exportação de frutas frescas, havendo necessidade de medidas de controle eficaz para a segurança alimentar e proteção do meio ambiente.

Nesse cenário, a Adab promove ações de defesa sanitária com vista a salvaguardar o agronegócio frutícola do Estado. O monitoramento é realizado em todos os polos produtores de frutas com supervisões sistemáticas, controle de qualidade, campanhas de educação sanitária, reuniões e *workshops*.

O controle biológico da mosca-da-fruta contou, nos últimos três anos, com a liberação de 70,8 milhões de insetos estéreis, que foram produzidos pela Biofábrica Moscamed do Brasil, nos polos frutícolas de Livramento de Nossa Senhora e Curaçá beneficiando 2.350 agricultores familiares e favorecendo as exportações de manga.

Além das atividades supracitadas, a Adab disponibilizou para agricultores familiares do Vale do Rio Brumado suprimentos para manutenção do monitoramento dos pomares por dois anos.

No laboratório da Adab, em Livramento de Nossa Senhora, é realizado o monitoramento larval, que permite conhecer a infestação por moscas-das-frutas, tanto na cultura da manga como em espécies hospedeiras que estão, no entorno

dos pomares, muitas vezes servindo de fonte de multiplicação da praga na cultura principal.

As informações geradas por esse levantamento norteiam as ações para implantação, no Polo Frutícola do Vale do Rio Brumado, de uma Área de Baixa Prevalência para Moscas-das-Frutas. Essa caracterização proporcionará abertura para novos mercados, como também a não exigência do tratamento hidrotérmico para partidas de manga enviadas para os Estados Unidos e Japão.

Com a finalidade de detecção da Mosca da Carambola, foram instaladas armadilhas com o atrativo sexual nos principais pontos de ingresso do Estado. Esta praga é uma espécie quarentenária A2, ou seja, ocorre em áreas restritas e está sob controle, restrita à Região Norte do país, e sob controle oficial, próximo ao Suriname, país de ocorrência da praga. Embora o Estado da Bahia seja considerado área de baixo risco, o monitoramento é realizado porque esta mosca é extremamente agressiva, podendo atacar mais de 100 hospedeiros. As armadilhas para esta detecção estão instaladas em portos, aeroportos, feiras livres, nos municípios de Salvador, Juazeiro, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Ilhéus e Feira de Santana.

Projeto Fitossanitário do Abacaxi

A Bahia ocupa a quarta posição na produção de abacaxi no Brasil, com destaque a região de Itaberaba, primeira produtora dessa fruta, possuindo 4.500ha plantados, distribuídos entre 2.500 produtores, demonstrando a potencialidade do semiárido, uma vez que essa planta requer baixa pluviosidade para produzir, o que vem favorecer a agricultura familiar nessa região.

A SEAGRI, empenhada no desenvolvimento e sustentabilidade da cultura do abacaxi no Estado, tem realizado ações de fitossanidade para o controle da doença Fusariose do Abacaxizeiro (*Fusarium subglutinans*). Esse apoio aos produtores de abacaxi vem fortalecendo as atividades de controle fitossanitário, especialmente nos municípios de Itaberaba, Macajuba, Ipirá, Belmonte e Valente.

Entre as ações de controle e prevenção da Fusariose, em 2009, foram realizados 108 inquéritos fitossanitários em propriedades de abacaxi e cadastramento de produtores de mudas, com inspeção e liberação para plantio de 11,4 milhões de mudas, sendo incinerado 1,1 milhão de mudas por não atenderem às exigências legais para o trânsito vegetal.

No ano de 2008, em parceria com Adab/Ceplac, foi iniciado experimento, pesquisa é fruto da parceria na cultura do abacaxi com o fungo *Trichoderma longybracatum*, com a finalidade de verificar a sua ação no controle da Fusariose do Abacaxi. Em 2009, após os resultados encontrados, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac está providenciando junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa a aquisição do Registro Especial Temporário – RET, para continuidade da pesquisa.

No sentido de alertar os produtores sobre as pragas que afetam a abacaxicultura no Estado e que atingem todo o ciclo da cultura, a Adab promoveu, em 2009, seminários e eventos em comunidades rurais, contando com a participação de 1.578 pessoas.

Entre os eventos supracitados, destaca-se o Seminário Produção Agrícola Regional e a Defesa Agropecuária, com Ênfase na Cultura do Abacaxi, realizado no município de Itaberaba, em julho de 2009, com a participação de autoridades estaduais, municipais, técnicos e produtores.



Acervo: SEAGRI/Adab

Seminário sobre a cultura do abacaxi realizado em Itaberaba

Manejo Integrado das Pragas das Anonáceas

A expansão da fruticultura baiana, especialmente a cultura das anonáceas, apresenta-se como importante fator para a diversificação da economia do Estado.

O município de Presidente Dutra, na Região de Irecê, é o principal produtor de pinha, com aproximadamente 4.500 hectares de área plantada, sendo três mil hectares em áreas de sequeiro e 1.500 hectares irrigados, onde são cultivados mais de um milhão de pés da fruteira, com estimativa de produção de mais de 18 mil toneladas por safra anual.

A área cultivada encontra-se em expansão, estimando-se que, em 2009, após conclusão dos levantamentos, o aumento seja de 10% a 15%, principalmente com os plantios sob irrigação. Essas fruteiras têm grande importância social e econômica pela receita gerada com o seu cultivo (em torno de R\$ 18 milhões por ano), montante superior à contribuição que o município recebe do Fundo de Participação, possibilitando a geração de cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos.

Em relação à graviola, cultura em expansão nos municípios vizinhos à cidade de Itabuna, trata-se de uma alternativa na diversificação da economia na região. Com uma produção aproximada de dois mil hectares distribuídos em todo Território do Litoral Sul, a produção tem destino certo para as agroindústrias, o que proporciona aumento da área cultivada prevista de 30 a 40% para atender ao mercado interno, beneficiamento da fruta, polpa, doces, geléias, sorvetes etc.

Em parceria com universidades, vêm sendo desenvolvidos o intercâmbio técnico-científico e ações integradas de pesquisa e defesa fitossanitária, no sentido de estabelecer métodos de prevenção e controle da praga das anonáceas, contando com o apoio das prefeituras municipais de todos os polos de produção da cultura no Estado, bem como órgãos/entidades públicas e privadas.

A realização do 1º Seminário Regional sobre a Cultura da Pinha e Perspectivas de Mercado, no município de Presidente Dutra, atingiu um público de 199 pessoas, na sua maioria produtores familiares. Uma parceria entre esse município e a Adab, por meio de um Termo de Cooperação Técnica, permitirá a doação de um terreno para instalação de uma unidade

experimental, com o apoio da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária – Embrapa Mandioca e Fruticultura – CNPMF, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb e Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz – Esalq.

Foi realizado o diagnóstico dos polos de produção da cultura da graviola nos municípios de Gandu, Una e cidades circunvizinhas, estimando-se em 700 hectares a área plantada, tornando a Bahia o maior produtor de graviola do Brasil com o georreferenciamento de todas as propriedades.

Prevenção à Sigatoka-Negra

A Bahia destaca-se como o primeiro produtor nacional de banana, possuindo uma área plantada de 99.274 hectares, com uma produção de 1.449.198 toneladas/ha, sendo a produtividade média de 14,60 t/ha. A bananicultura é produzida em todas as regiões, inclusive no semiárido.

A produção de banana na Bahia está concentrada na agricultura familiar, que representa 60% dos produtores. O maior polo produtor de banana no Estado fica no município de Bom Jesus da Lapa, que possui 530 hectares de banana do tipo Cavendish, exportando 240 toneladas ao mês. A previsão é que o município amplie sua área de plantio para 1.500 hectares, visando atender à demanda da exportação.

Outros importantes polos produtores de banana do Estado a serem beneficiados são os da Região Cacaueira e do Extremo Sul. Na microrregião composta pelos municípios de Gandu, Wenceslau Guimarães, Tancredo Neves, Teolândia, Piraí do Norte, Nova Ibiá e Itamari, são 14 mil hectares cultivados, com uma produção de 35 mil toneladas/ano, gerando aproximadamente 14 mil empregos diretos e 20 mil empregos indiretos.

Em 2009, a Adab realizou inspeção em 327 áreas produtoras de bananas e em beira de estrada para a manutenção de área livre da Sigatoka-Negra e levantamento fitossanitário da cultura da banana para obtenção do status de Área Livre do Moko, de acordo com as Instruções Normativas 17/05 e 17/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, o que vai tornar livre o comércio interno e externo de banana, sem restrições fitossanitárias.

Foi realizado o levantamento fitossanitário no Território do Velho Chico, nos municípios de Bom Jesus da Lapa (Projeto de Irrigação do Formoso), São Felix do Coribe, Carinhanha, Santana e Serra do Ramalho. O relatório foi enviado para o Mapa e a região está em processo de caracterização como local livre de *Bradinothrips musae*, o que qualifica a região a exportar frutos *in natura* para o mercado argentino.

Também foi realizada a auditoria pelo Mapa no Território Sertão Produtivo, mais especificamente nos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio e Rio de Contas, para manutenção de Área Livre de Sigatoka-Negra, sendo inspecionadas 21 propriedades da região.

No mês de outubro de 2009, foram realizados dois dias de campo com orientações sobre tratos culturais e fitossanidade na cultura da bananeira, um no município de Livramento de Nossa Senhora, com a participação de 30 produtores, e outro no município de Várzea da Roça, com a participação de 125 produtores. Esses dias de campo servem para orientar os produtores sobre os tratos culturais inerentes à cultura, visando a elevação da produtividade do Estado.

Prevenção à Monilíase do Cacaueiro

O Programa de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Sul da Bahia – PAC Cacau tem por objetivo a revitalização da lavoura de cacau, retomando a produção baiana aos níveis da década de 80 (400 mil toneladas), além do investimento na agroindústria e em alternativas agrícolas para a produção baiana.



Inserida no PAC Cacau, a Adab está realizando ações de defesa fitossanitária visando à proteção da lavoura cacaueira da Monilíase do Cacaueiro, praga quarentenária ausente, mas que ameaça esse importante agronegócio. Essa praga já é endêmica em países como Equador, Peru e Colômbia, estes dois últimos com grandes áreas de fronteira com o Brasil, podendo gerar perdas entre 50% e 100% na produção cacaueira. Mesmo com o Brasil livre da incidência

da monilíase, há todo um trabalho de prevenção e mobilização de órgãos federais e estaduais para a formação de barreiras fitossanitárias, visando evitar a chegada do fungo, cujos efeitos sobre a lavoura seriam mais danosos que a vassoura-de-bruxa.

Dentre as ações estabelecidas, a Adab planejou, organizou e realizou, em 2009, em parceria com a Ceplac, o primeiro curso de Emergência Fitosanitária com ênfase para Monilíase do Cacaueiro do Brasil, com participação de fiscais federais, estaduais e extensionistas.

Concomitantemente, promoveu uma série de eventos voltados à capacitação de produtores e trabalhadores rurais sobre a praga e coordenou a elaboração do Plano de Contingência da Monilíase do Cacaueiro adotado nos Estados produtores do Brasil.

A Adab realizou inspeções fitossanitárias de sementes de pupunha sem espinhos na Biofábrica de Pupunha, em Camamu, que haviam sido adquiridas pela Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia – Coopalm, procedentes do Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado – Reca, Nova Califórnia, Rondônia.

Após o recebimento desta partida, fiscais da Adab e do Mapa elaboraram uma proposta para a harmonização de procedimentos para utilização de sementes de pupunha dos estados da Região Norte, assegurando, assim, proteção ao agronegócio do cacau da Bahia.

Prevenção e Controle da Cochonilha do Carmim

A palma forrageira (*Opuntia ficus indica* Mill.), cactácea originária do México, desempenha im-

portante papel econômico e social nas regiões áridas e semiáridas do mundo, inclusive no semiárido da Bahia.

O controle fitossanitário da palma forrageira é de suma importância, considerando a potencialidade da cultura para desenvolvimento social e econômico do semiárido baiano, contribuindo para a geração de postos de trabalho e geração de renda, preservação ambiental, segurança alimentar e na alimentação animal como suporte para cadeia produtiva dos bovinos, caprinos e ovinos, além de ser usada para alimentação humana, com reflexos positivos para indicadores socioeconômicos regionais.

No Estado da Bahia, as lavouras de palma estão livres da Cochonilha do Carmim (*Dactylopius opuntiae*), praga quarentenária A2 que debilita as plantas até a morte com perdas que podem chegar até 100%. Por essa razão, a Adab encaminhou ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Mapa estudo realizado para caracterização de área livre, visando a obter o status de Estado Livre de Cochonilha Carmim. Foi realizada a investigação em 258 municípios do semiárido, sendo aplicados inquéritos fitossanitários em 2.198 propriedades rurais, abrangendo 6.508 hectares cultivados com palma forrageira, tendo como resultado a negatificação da presença da Cochonilha do Carmim na Bahia.

Nesse contexto, a Adab vem promovendo ações de prevenção dessa praga por meio de aplicação de inquéritos fitossanitários junto aos produtores, em diversos municípios do Estado, indicados na Tabela 34.

TABELA 34

**INQUÉRITO FITOSSANITÁRIO A PRODUTORES DE PALMA FORRAGEIRA
BAHIA, 2009**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	INQUÉRITOS REALIZADOS	ÁREA (HA)
Ribeira do Pombal	201	110
Guanambi	128	44
Itaberaba	37	27
Irecê	94	211
Jequié	19	35
TOTAL	479	427

Fonte: SEAGRI/Adab

Fiscalização do Comércio e Uso de Agrotóxicos

A Bahia desenvolve uma agricultura moderna na qual se buscam altos índices de produtividade, sendo o uso de agrotóxicos uma das alternativas no controle de pragas, com vistas ao aprimoramento dos sistemas de produção.

Dados da indústria de agrotóxicos revelam que o Estado ocupa o 8º lugar entre as Unidades da Federação em consumo de agrotóxicos. As últimas estatísticas liberadas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola – Sindag indicam que foram comercializadas na Bahia 8.273 toneladas de ingrediente ativo.

Por outro lado, o comércio irregular e o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, aliados à falta de informações sobre as medidas de segurança nas aplicações desses produtos, predominam em muitos territórios de identidade, causando problemas de saúde humana e ao meio ambiente, com a contaminação de solos, das águas superficiais e subterrâneas, além de provocar a extinção de inimigos naturais e interferir de forma nociva sobre a fauna e a flora.

Nesse contexto, a fiscalização do comércio e uso dos agrotóxicos e afins, exercida pela Adab, visa assegurar aos agricultores a utilização de agrotóxicos de origem conhecida e de boa qualidade, bem como coibir o uso indevido e inadequado desses insumos, contribuindo para reduzir o impacto ambiental no processo de sua utilização, protegendo o meio ambiente, a saúde dos produtores e a população em geral.

Além das ações de fiscalização de revendas de agrotóxicos, e de seu uso em propriedades rurais, o Governo do Estado tem feito um esforço que demonstra a preocupação com essa área da agropecuária, com o treinamento de 325 fiscais que atuam nas barreiras fitossanitárias para padronização dos procedimentos de fiscalização de agrotóxicos que adentram ou transitam no Estado; participação de cinco técnicos da Adab em reuniões da Comissão Estadual de Agrotóxicos, no 4º Encontro de Fiscalização e Seminário Regional sobre Agrotóxicos em Maceió (AL) e

no 7º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional de Agrotóxicos em Vitória, no Espírito Santo.

A Adab fiscalizou 268 revendas de agrotóxicos no ano de 2009.



Fonte: SEAGRI/Adab

Fiscalização do uso correto de agrotóxicos

Projeto Campo Limpo – O Projeto Campo Limpo, por meio do recolhimento e destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos, busca o equilíbrio do meio ambiente e a proteção da saúde do homem do campo, sendo considerado o maior projeto de redução de impacto ambiental agrícola no Estado nos últimos anos.

Em maio de 2009, foi inaugurada uma central de recebimento de embalagem no distrito de Rosário (Correntina), passando o sistema a contar com uma malha composta de oito Centrais e sete Postos de Recebimento.

A Bahia recolheu, no ano de 2008, aproximadamente 1,5 mil toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos, o que corresponde a 63,3% das embalagens recolhidas na Região Nordeste. Em 2009, até outubro, as Centrais de Campo Limpo localizadas em Bom Jesus da Lapa, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Conceição do Jacuípe e Correntina (Rosário) recolheram 1.399.625kg de embalagens vazias em todo o Estado, sendo que a Central de Barreiras foi responsável por 87,2% do recebimento de todo o Estado, com o recolhimento de 1.239.982kg.

O bom índice de devolução é resultado do engajamento de todos os elos participantes do sistema,

dos investimentos em campanhas de conscientização dos agricultores e revendedores e da realização de recebimentos itinerantes, beneficiando, principalmente, o pequeno produtor que tem dificuldade de locomoção até os locais de devolução de embalagens vazias.

A grande extensão territorial do Estado da Bahia, com produção agrícola em todas as regiões, apesar da extensa capilaridade das centrais e postos existentes, exigiu a estratégia do recebimento itinerante, de importância fundamental para o recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos junto aos pequenos produtores rurais, reduzindo os custos com a construção de centrais e postos, propiciando maior dinâmica à atividade e agregando, definitivamente, o setor produtivo ao projeto. Foram realizados recebimentos itinerantes nos municípios de Jaguaquara, Itiruçu, Itaquara, Livramento de Nossa Senhora, Paulo Afonso e Miguel Calmon, recebendo 11 toneladas de embalagens vazias pertencentes a 609 produtores.

As estratégias de ações do Projeto consistiram em: fiscalizar o sistema de devolução das embalagens vazias; ampliar parcerias com todas as instituições com interesse na redução de impacto ambiental; conscientizar e responsabilizar a rede varejista para promover meios que facilitem a devolução das embalagens, diminuindo o ônus para o produtor rural; incentivar parcerias para o recebimento itinerante de embalagens nas áreas de pequenos produtores rurais.

TABELA 35

RECOLHIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS BAHIA, 2005-2009
(Em toneladas)

2005	2006	2007	2008	2009*
969	1.191	1.372	1.449	1.400

Fonte: INPEV, 2009
* outubro 09

Systems Approach para a Cultura do Mamão

O Brasil é o primeiro produtor mundial de mamão, com produção estimada de 1,6 milhões de toneladas por ano, situando-se entre os principais países exportadores, principalmente para o mercado europeu. O mamoeiro é cultivado em quase todo território brasileiro, merecendo destaque os Estados da Bahia, Espírito Santo e Ceará, responsáveis por cerca de 90% da produção nacional.

A Bahia, atualmente, faz parte do seleto grupo de estados autorizados a exportar mamão para os EUA, juntamente com o Espírito Santo e o Rio Grande do Norte. O Extremo Sul baiano produz 78% do total do produto comercializado em todo o Estado, com escoamento diário em torno de 1.560 toneladas, o que representa 55% da produção brasileira de mamão. Com os plantios irrigados, o Oeste Baiano passou a ocupar posição destacada no cenário estadual, produzindo, atualmente, quase 20% do mamão colhido na Bahia.

Foram realizadas inspeções fitossanitárias em todas as áreas produtivas localizadas no Extremo Sul da Bahia, Bom Jesus da Lapa e Região Oeste do Estado no ano de 2009, através de rígido controle das viroses do mamoeiro *Papaya meleira* vírus PMeV e *Papaya ringspot* vírus – PRSV e em conformidade com a Portaria Estadual nº 086, de 17 de abril de 1998, e do Artigo 259 do Código Penal Brasileiro. Além disso, a Adab, em parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura, vem realizando diversos treinamentos com ênfase no Monitoramento e Controle de Pragas e Doenças na Cultura do Mamoeiro em Sistema de Produção Integrada de Frutas.

A presença das viroses do mamoeiro “mancha anelar” e “meleira”, esta última associada às moscas-das-frutas, constituem-se em uma séria ameaça à manutenção dos índices de produção desta importante atividade frutícola, responsável pela geração de 36 mil empregos. Ademais, são entraves quarentenários à comercialização de mamão *in natura*, exigindo a adoção de práticas de pré e pós-colheita, que dão sustentabilidade a toda essa cadeia agropecuária.

A presença das viroses do mamoeiro “mancha anelar” e “meleira”, esta última associada às moscas-das-frutas, constituem-se em uma séria ameaça à manutenção dos índices de produção desta importante atividade frutícola, responsável pela geração de 36 mil empregos. Ademais, são entraves quarentenários à comercialização de mamão *in natura*, exigindo a adoção de práticas de pré e pós-colheita, que dão sustentabilidade a toda essa cadeia agropecuária.



Áreas em produção com o Systems approach em Eunápolis

Acervo: SEAGRI/Adab



Acervo: SEAGRI/Adab

Áreas em produção com o Systems approach em Eunápolis

Os principais resultados das fiscalizações das Unidades de Produção – UP, no ano de 2009, foram: a redução da fonte de inóculo das viroses, com a eliminação das áreas de mamão com focos; a verificação do livro de registro para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem; e o monitoramento e estabelecimento de níveis de controle de folhas e frutos do mamoeiro, sob cultivo em sistema de produção integrada de frutas. Tudo isso permitiu a segurança fitossanitária e quarentenária para o produtor baiano de papaya, determinando a manutenção dos excelentes tetos de produtividade alcançados e a viabilidade de exportação para o mercado norte americano.

Controle da Podridão Vermelha do Sisal

A Bahia é o principal produtor de sisal do território brasileiro, contribuindo com 94% da produção nacional. O sisal gera a renda que possibilita a sobrevivência de aproximadamente 700 mil pessoas nos 262.543 hectares implantados com a cultura, distribuídos em 74 municípios do semiárido baiano, englobando os territórios do Sisal, Chapada da Diamantina, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Irecê, Vale do Jiquiriçá e Piemonte Norte do Itapicuru.



Acervo: SEAGRI/Adab

Campo de cultura do sisal em Valente



Acervo: Seagri/Adab

Planta infectada pela Podridão Vermelha

A Adab, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, desenvolveu ações no intuito de estabelecer métodos de prevenção e controle da Podridão Vermelha do Sisal. O Projeto conta também com o apoio da EBDA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, prefeituras municipais, associações de produtores e pequenos produtores nos 20 municípios da sua área de abrangência (Araci, Barrocas, Capela do Alto Alegre, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, Serinha, Teofilândia, Valente, Campo Formoso, Jacobina, Ourolândia, Miguel Calmon, Mirangaba e Várzea Nova).

Resultados do trabalho de acompanhamento da doença revelaram dados preocupantes nas áreas com maiores incidências, onde o percentual de plantas infectadas passou de 12,7% para 44,2%,

implicando em um aumento de 361% em um período de apenas um ano e meio. A avaliação de métodos de controle aplicada não teve o resultado esperado, apontando para necessidade da realização de uma campanha fitossanitária e implantação de viveiros para produção de mudas endênicas como a forma mais eficiente para contenção da praga.

As principais ações implementadas no ano de 2009 foram: acompanhamento de 26 unidades de observação; realização de seis dias-de-campo onde foram atendidos 250 produtores; realização de um mutirão para práticas fitossanitárias na lavoura do sisal com a presença de 30 produtores; efetivação de três reuniões com a presença de 248 produtores, quando foram discutidos avaliação dos gradientes de dispersão da doença e o estabelecimento de métodos de seu manejo e controle, bem como realização de duas palestras a convite das Prefeituras de Retirolândia e Conceição do Coité que, juntas, somaram 450 participantes, além de participação em 15 programas de rádio.

Atualmente, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, estão sendo conduzidos projetos de pesquisa com métodos de controle biológico com *Trichoderma*, bactérias endofíticas, actinomicetos, além de estudar a possibilidade do uso do resíduo compostado da desfibragem do sisal, que em condições de laboratório apresentaram resultados favoráveis ao controle da Podridão Vermelha.

BAHIA SAUDÁVEL: SEGURANÇA ALIMENTAR COM QUALIDADE

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia – Adab realiza o acompanhamento e registro de estabelecimentos industriais, além das inspeções e fiscalizações de rotina nas plantas já existentes.

A implantação do Projeto de Polos Regionais de Abate vem avançando significativamente e ampliando o parque industrial de abate no Estado. Destaca-se, com caráter estratégico complementar a este projeto, a proposta da SEAGRI do Projeto de Regionalização e Descentralização do abate de bovinos, que prevê a implantação de pequenas unidades frigoríficas.

Em caráter inovador, a busca pela adesão do Serviço de Inspeção Estadual – SIE ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI/POA torna-se uma meta desta gestão, caracterizando o grande desafio para a inspeção baiana.

Adesão ao Serviço Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI/POA

A implantação do Sistema Unificado de Atenção Agropecuária – Suasa, criado pela Lei 8.171/1991, atualizada pela Lei 9.712/1998 e regulamentada através do Decreto 5.741/2006, institui o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Agropecuária (Sisbi/POA), o qual permitirá aos Serviços de Inspeção Estaduais o comércio interestadual, o que só caberia ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Para que os Estados obtenham, de forma voluntária, a adesão a este Sistema, é necessária a comprovação da equivalência junto ao Mapa dos seus processos e procedimentos de inspeção e fiscalização.

O Estado da Bahia, através da Adab, demonstrando o firme propósito técnico, encaminhou o requerimento do Pleito de Adesão em 2008, seguindo os requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa IN 19/2006. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, em março de 2009, realizou auditoria orientativa no Serviço de Inspeção Estadual, apontando as não conformidades encontradas, sendo que as referidas correções contribuíram sobremaneira para o aprimoramento deste serviço.

Para a Auditoria Operacional, realizada na segunda quinzena de novembro, foram indicadas seis indústrias, dentre as quais: dois matadouros frigoríficos de bovino, um matadouro de aves, dois entrepostos de pescado e uma fábrica de conservas; e agora aguarda-se a liberação da adesão ao Serviço Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi para os estabelecimentos auditados. Além da Bahia, os Estados de Minas Gerais e Paraná já sofreram a auditoria operacional, com a previsão de que os Estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul sejam auditados em breve.

Implantação de Pólos Regionais de Abate

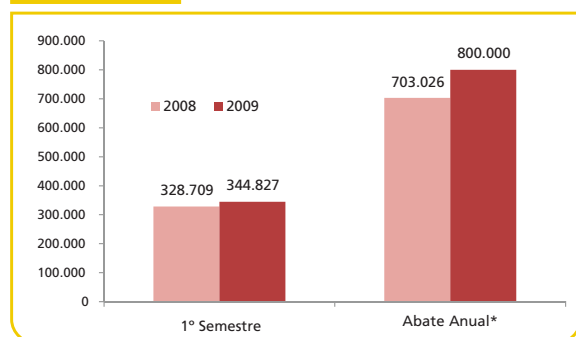
Com o objetivo de superar o obstáculo sanitário do abate clandestino e viabilizar a implantação da Portaria 304/1996 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Mapa, a Bahia implantou o Projeto de Regionalização do Abate, que consiste na criação de Polos Regionais de Abate e que, uma vez instalados, suprem a demanda de carne inspecionada no local do matadouro e de sua região circunvizinha.

Desde sua implantação, foi registrado o aumento do número de estabelecimentos de abate na ordem de 237,5%, evoluindo de oito para 27 matadouros frigoríficos sob inspeção, contribuindo significativamente para o crescimento do número de animais abatidos sob inspeção estadual.

Vale destacar que a modernização do parque industrial frigorífico tem sido determinante para a ampliação e implantação de novos polos regionais de abate, haja vista a grande extensão territorial do nosso Estado. A implantação dos referidos polos tem como objetivo primordial o aumento da capilaridade do abate, cujos reflexos são observados pela grande oferta de carnes inspecionadas no Estado.

GRÁFICO 9

**ANIMAIS ABATIDOS SOB SIE
BAHIA – 2008/2009**

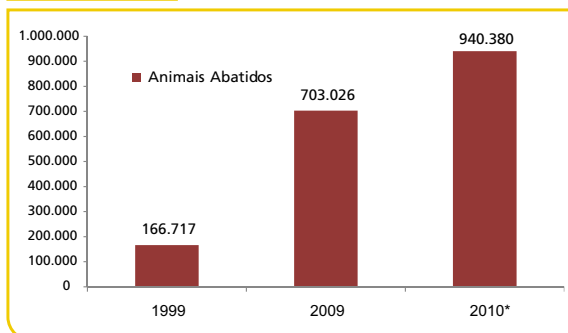


Fonte: SEAGRI/Adab
*Previsão

Com a inauguração de novos matadouros frigoríficos, espera-se um incremento de aproximadamente 13,8% do abate inspecionado sob SIE em 2009, configurando um avanço do estado no combate ao abate e comércio informais de carne.

GRÁFICO 10

**ANIMAIS ABATIDOS SOB SIE
BAHIA, 1999-2010**



Fonte: SEAGRI/Adab
*Previsão

Graças ao êxito já obtido, este projeto estadual é referência nacional na erradicação do abate clandestino, através do qual a população consome carnes e derivados com requisitos e padrões exigidos, sem riscos para saúde humana e para o meio ambiente. De maneira complementar às ações fiscalizatórias, a Agência vem intensificando o “Projeto Adab na Escola”, cujo objetivo é levar informação às crianças do ensino fundamental e médio sobre os perigos do consumo de alimentos (carne, leite, mel, ovos e pescado) sem carimbo dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), Estadual (SIE) ou Federal (SIF). Neste ano, foram realizadas palestras educativas atingindo aproximadamente 25 mil professores e alunos, público alvo deste projeto.

Projeto de Regionalização e Descentralização do Abate

A Bahia ocupa uma grande extensão territorial, dificultando, em alguns municípios distantes dos polos de abate já existentes, a implantação da Portaria 304/1996 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Neste sentido, no intuito de fortalecer toda a cadeia produtiva da carne e incrementar o avanço no processo de regionalização do abate, a SEAGRI idealizou a criação de micropolos de abate.

Os micropólos de abate deverão ser instalados nos municípios baianos que não se situam dentro da área de abrangência dos pólos regionais de abate e que não são contemplados pelo investimento da iniciativa privada com a construção de matadouros, face à baixa demanda do mercado

local e à dificuldade de logística da distribuição do produto final.

Este projeto disponibiliza modelo de planta frigorífica com capacidade de abate de 30 bovinos/dia, representando um investimento em torno de R\$ 1,2 milhão, com geração de 40 empregos diretos e 120 indiretos. A construção da referida planta deverá contar com recursos públicos oriundos do município interessado ou por ele captado.

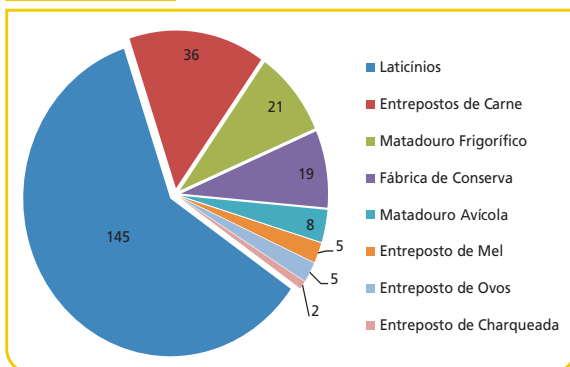
Com a utilização desta estratégia alternativa, o Estado contribuirá positivamente para o desenvolvimento socioeconômico regional, estruturando, desse modo, o abate e a comercialização da carne, agregando esforços também na área ambiental e cultural.

Credenciamento e Fiscalização de Estabelecimento com SIE

De modo a garantir a inocuidade dos produtos de origem animal no Estado sob tutela do SIE, encontram-se registrados na Adab um total de 241 estabelecimentos industriais.

GRÁFICO 11

REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO SIE BAHIA, 2009



Fonte: SEAGRI/Adab

A fabricação de produtos nos estabelecimentos que estão sob regime de inspeção estadual contabilizou, neste ano, aproximadamente, 69 mil toneladas distribuídas entre leite e produtos lácteos, carne e derivados, pescado, ovos e mel. Este volume traduz a oferta de produtos inspecionados no mercado baiano e representa alimentos com com-

provada qualidade higiênico-sanitária que serão consumidos pela população.

Visando incrementar a fiscalização e controle dos produtos elaborados com a chancela deste serviço de inspeção, a Adab celebrou convênios de parcerias com instituições públicas e privadas, tais como:

- Ministério Público do Estado da Bahia, objetivando combater o abate clandestino de animais destinados ao consumo humano, fortalecendo a implantação dos polos de abate e da Portaria 304/96 do Mapa;
- Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz – Lacen, visando verificar a qualidade dos produtos de origem animal, através de análises físico-químicas, microbiológicas e microscópicas;
- Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado da Bahia – Sincar, apoiando o fortalecimento da cadeia produtiva da carne e o combate a produtos oriundos do abate clandestino, além da modernização da pecuária baiana, com a implantação do cadastro eletrônico informatizado;
- Instituto Gujão, para a implantação de um laboratório para análises dos produtos avícolas, dando suporte e intensificando as fiscalizações no combate a fraudes, visando ao desenvolvimento da avicultura no Estado da Bahia;
- Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia – Emev – UFBA, visando a renovação da parceria para o programa de controle da qualidade do leite e seus derivados, através das análises físico-químicas, microbiológicas.

AQUICULTURA E PESCA

A Bahia Pesca tem como finalidade o fomento da aquicultura e da pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

O trabalho tem como ênfase o desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar, visando a melhoria da qualidade de vida dos pescadores, marisqueiras e aquicultores, além das famílias ribeirinhas e de outras comunidades envolvidas.

Como parte da estratégia de ação de Governo, foi priorizada, inicialmente, a atração de investimentos públicos e privados, voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico, criação de polos produtores de pescados e fortalecimento das cadeias produtivas.

Os produtos oriundos da pesca e da aquicultura vêm ganhando cada vez mais espaço na pauta de produção e comercialização do Estado da Bahia, apresentando um excepcional crescimento nos últimos dois anos com investimentos públicos aplicados que somam R\$ 49,1 milhões em projetos produtivos sociais, apresentando assim um incremento na atividade de aproximadamente 30%.

Ainda neste ano, novos projetos foram iniciados e outros estão em negociação com outras esferas de Governo, que, juntos, somam um investimento para a atividade na ordem de R\$ 42,4 milhões. Estes recursos estão possibilitando a implementação de programas e projetos importantes, tais como: o Programa de Incentivo à Inserção de Jovens Pescadores e Aquicultores, através da participação dos jovens em um Barco Escola para a capacitação em técnicas de navegação, captura, beneficiamento e comercialização do pescado; o Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Continental com o desenvolvimento de projetos voltados para a capacitação das comunidades ribeirinhas com a implantação de Unidades Demonstrativas de Criação de Peixes em Tanques-rede; o Programa de Desenvolvimento da Maricultura com a implantação do projeto de cultivo do peixe bijupirá e o projeto de cultivo e reprodução de moluscos nativos, como a ostra, caranguejo e siri, voltados para o apoio aos pescadores artesanais; o Programa de Construção e Revitalização das Unidades de Recepção, Beneficiamento e Comercialização, com o início da construção dos terminais pesqueiros de Ilhéus e Salvador e a reestruturação das Colônias de Pescadores.

O Estado da Bahia, atualmente, detém o terceiro lugar na produção nacional de pescado e o primeiro da região Nordeste, com uma produção de 80 mil toneladas anuais, com perspectiva de ampliação deste quadro para 25% nos próximos dois anos.

O Governo realizou, nos últimos dois anos, várias ações, cujo foco principal possibilita o crescimen-

to da pesca e da aquicultura. Para isto, concluiu a reforma das estruturas físicas das estações de piscicultura do Estado para uma produção de alevinos de 60 milhões/ano, que serão distribuídos nas aguadas públicas do Estado, quando a produção, anteriormente, estava entre 8 a 10 milhões de alevinos/ano.

Incrementou ainda outras ações voltadas para o fomento das produções pesqueira e aquícola. Estas ações são fruto de uma política voltada para o crescimento do setor, desenvolvidas pelo Governo da Bahia em parceria com o Governo Federal junto às comunidades de pescadores, aquicultores e famílias ribeirinhas.

Considerando que a plataforma continental, formada por uma faixa de litoral bastante estreita e de fundo rochoso, não favorece a produção pesqueira, o Governo desenvolveu ações que possibilitam o incremento da produção da pesca artesanal, através da capacitação dos pescadores, no emprego de técnicas novas e equipamentos modernos de navegação e captura, aquisição e recuperação de embarcações, além do lançamento, em alto mar, de equipamentos que buscam a atração e concentração de cardumes. Estas ações desenvolvidas permitem que os pescadores atuem em águas mais profundas e promovam, assim, o incremento nas suas rendas, favorecendo uma melhora nas condições de vida.

Nestes últimos três anos, foram concluídas as obras de melhoria da infraestrutura das unidades artesanais de pesca, sendo recuperadas as Colônias de Pescadores nos municípios de Saubara, Salinas da Margarida, Vera Cruz (Caixa Prego, Conceição e Baiacu), Salvador (Ilha de Maré) e Itaparica (Amoreiras); também foi recuperado o mercado de comercialização de peixes localizado em Maragogipe, além de ações voltadas à melhoria e ampliação de embarcações e distribuição de equipamentos de pesca. Somente em 2009, foram entregues 58 novas embarcações de pesca motorizadas e 6.600 equipamentos para o aparelhamento da frota pesqueira e conservação do pescado.

O Governo está fomentando a implantação de projetos produtivos de aquicultura em áreas marinhas e continentais, objetivando maximizar a pro-

dução de pescado no Estado. A 1ª Conferência de Cessão de Águas Públicas para Aquicultura, realizada em junho do ano passado, em Salvador, e a elaboração do Plano Local para o Desenvolvimento da Maricultura – PLDM buscaram discutir o assunto e alinhar sugestões para a implantação de vários projetos voltados para a produção de cultivos marinhos no Estado.



Acervo: Bahia Pesca

Capacitação em Pesca Oceânica, Projeto de Atuns e afins.



Acervo: Bahia Pesca

Capacitação em Pesca Oceânica, Projeto de Atuns e afins.

Para criar melhores condições de vida para as famílias que residem às margens do litoral da Baía de Todos os Santos, em 2009, foram retomadas várias ações de inclusão social de pescadores e de marisqueiras, a exemplo da implantação do projeto de cultivo e reprodução de ostra nativa e do cultivo de macroalgas e do peixe bijupirá. Além disso, foram distribuídos 78 Kits marisqueira, este último parte integrante do Programa de Controle de Doenças Ocupacionais que acometem as marisqueiras.

Um total de 122 famílias já está operando os 150 módulos instalados para o cultivo de ostras e a expectativa é de produzir, anualmente, 270 mil dúzias do produto, gerando uma renda de um salário mínimo por mês.

Nos últimos três anos, foram investidos R\$ 3,3 milhões na recuperação de oito unidades de produção de alevinos, sendo que sete já foram concluídas (Estações do Itapicuru / Cipó; Estação Pedra do Cavalo / Cachoeira; Estação Joanes II / Camaçari; Estação Itamaraju / Itamaraju; Estação de Porto Novo / Santana; Estação de Pedras / Jequié; Caiçara (Paulo Afonso) e apenas a Estação do Paraguaçu / Boa Vista do Tupim está com suas obras em andamento.

O investimento realizado vai permitir à Bahia Pesca, em 2010, ampliar a oferta de alevinos para 60 milhões para o povoamento de aguadas públicas e projetos sociais de cultivo de peixes. Em razão de problemas nas estruturas operacionais, as Estações de Piscicultura distribuíram, nos últimos três anos, apenas 13,7 milhões de alevinos, atendendo a 112 municípios e beneficiando aproximadamente 60 mil famílias.

Com recursos do Fundo Estadual de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado, em 2009, foram realizados trabalhos para a capacitação de 150 marisqueiras com noções de higiene e saúde e orientações quanto ao uso de equipamentos de prevenção de doenças ocupacionais.

Desde o ano de 2008, através deste programa, estão em funcionamento dois centros de atendimento, sendo um centro médico-odontológico no município de Vera Cruz e um centro de atendimento de doenças ocupacionais em Salvador, no Hospital das Clínicas, exclusivo para o atendimento de marisqueiras.

No ano de 2008, foram entregues 85 kits marisqueira e, em 2009, outros 78 kits marisqueira foram adquiridos. Estes equipamentos vão melhorar as condições de trabalho das marisqueiras no processo de catação de mariscos, além de proteger das doenças ocupacionais decorrentes desse tipo de trabalho. O Kit Marisqueira é composto por um fogão ecológico portátil e de baixo consumo de lenha, uma bancada para catação,

uma pia inoxidável, balde plástico e panela com escorredor e tampa para cozimento.

Encontra-se em plena operação 29 módulos de piscicultura com a instalação de 1.280 tanques-rede situados em barragens públicas, e mais três em andamento que, juntos, terão a capacidade de produzir 2,1 mil toneladas de pescado/ano. As unidades produtivas de piscicultura em tanques-rede estão beneficiando mil famílias nos Territórios do Sertão Produtivo, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Bacia do São Francisco, Baixo Sul, Litoral Sul, Itapetinga, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiriçá, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal e Semiárido Nordeste II.



Acervo: Bahia Pesca

Tanques-rede do Projeto de Unidades Demonstrativas de Piscicultura em Caculé

Através do Projeto Puçá, os manguezais dos municípios de Ituberá (Baixo Sul Baiano) e de Santo Amaro (Recôncavo) foram povoados com seis milhões de filhotes de caranguejo (megalopas), com o objetivo de promover a melhoria das condições ambientais destas regiões, beneficiando as populações de pescadores e marisqueiras.

O Governo do Estado lançou, no município de Valença, em agosto de 2009, o Programa de Isenção de ICMS do Óleo Diesel para as embarcações pesqueiras. Inicialmente, 220 embarcações pesqueiras foram cadastradas para serem beneficiadas pelo programa. Ao todo, 1.200 pescadores artesanais dos municípios de Alcobaça, Cairu, Canavieiras, Caravelas, Ilhéus, Nova Viçosa, Por-

to Seguro, Prado, Salvador, Santa Cruz Cabralia, Valença e Vera Cruz serão beneficiados com a utilização da subvenção no óleo diesel, com uma estimativa de consumo girando em torno de 11,7 milhões de litros de combustível.

Em 2009, através do convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, no valor de R\$ 5,5 milhões, iniciou a tramitação dos processos para a licitação da construção do Centro Vocacional Tecnológico em Pescado em Santo Amaro (Fazenda Oruabo), que visa o desenvolvimento de novos conhecimentos a serem aplicados para o crescimento da atividade de pesca e aquicultura.

Além disso, a Bahia Pesca também promoveu uma ação voltada para o apoio aos Movimentos Sociais dos Pescadores Artesanais, parte integrante do projeto de Reestruturação da Cadeia Produtiva da Pesca, com a distribuição de 6.600 equipamentos de captura, salvatagem, auxílio à navegação e distribuição de canoas, beneficiando 1.500 pescadores da Baía de Todos os Santos.



Acervo: Bahia Pesca

Embarcações, equipamentos de captura e salvatagem do Projeto de Apoio à cadeia produtiva da Pesca Artesanal da BTS



Acervo: Bahia Pesca

Embarcações, equipamentos de captura e salvatagem do Projeto de Apoio a cadeia produtiva da Pesca Artesanal da BTS

Encontra-se em plena execução, desde 2008, o Registro Geral de Pesca – RGP, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, que permitiu, até o momento, a legalização junto ao INSS e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA de 80 mil profissionais que atuam em pesca e aquicultura. Esta ação assegura um auxílio aos pescadores impedidos de praticarem a atividade durante o período do defeso de espécies protegidas.

